

Victor Antunes Leocádio

***Childlessness* no Brasil: A Contribuição das  
Mudanças Sociodemográficas para a  
Tendência de Zero Filho**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2018

Victor Antunes Leocádio

***Childlessness* no Brasil: A Contribuição das Mudanças  
Sociodemográficas para a Tendência de Zero Filho**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula de Andrade Verona  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana de Miranda-Ribeiro

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2018

Ficha Catalográfica

L576c  
2018  
Leocádio, Victor Antunes.  
Childlessness no Brasil [manuscrito]: a contribuição das mudanças sociodemográficas para a tendência de zero filho / Victor Antunes Leocádio. – 2018.  
99 f.: il.

Orientadora: Ana Paula de Andrade Verona  
Coorientadora: Adriana de Miranda-Ribeiro  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia (f. 90-99)

1. Demografia – Teses. 2. Casais sem filhos - Brasil– Teses. 3. Demografia da família– Teses. I. Verona, Ana Paula de Andrade . II. Miranda-Ribeiro, Adriana de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.6

# Folha de Aprovação

Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Ciências Econômicas

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional



## Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE VICTOR ANTUNES LEOCÁDIO N.º REGISTRO 2017653084. Às nove horas e trinta minutos do dia doze do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu-se na *Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 21/11/2018, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “*Childlessness no Brasil: A Contribuição das Mudanças Sociodemográficas para a Tendência de Zero Filho*”, requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Paula de Andrade Verona, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão aprovou o candidato por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2018.

Profa. Ana Paula de Andrade Verona  
(Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Adriana de Miranda Ribeiro  
(Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto  
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. José Eustáquio Diniz Alves  
(ENCF/IBGE/RJ)

  
Prof. Laura Lidia Rodriguez Wong  
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação  
em Demografia

*If we knew it was we were doing, it would not be called research, would it? Albert Einstein*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Reinaldo e Celeida, por terem possibilitado que eu chegasse até aqui – na verdadeira concretização de um sonho presente desde muito tempo. Sem eles, nada disso seria possível. Agradeço, portanto, todo o suporte, incentivo, amor e dedicação ao longo de toda a minha vida. Agradeço também ao Ígor, meu irmão, sempre presente nos momentos mais difíceis, e apesar de mais jovem, sempre sabendo exatamente o que dizer.

Agradeço aos meus demais familiares, os quais são parte essencial da minha trajetória e aprendizado. Em especial, aos meus padrinhos, Bruno e Zélia, além das Tia Cleusa e Tia Lúcia, que não só auxiliaram na minha própria educação, como sempre estiveram por perto. Estendo ainda este agradecimento às minhas primas Bárbara e Nicole, com quem tive minhas primeiras conversas de cunho acadêmico, e, foram verdadeiros exemplos que mirei ao longo de minha trajetória acadêmica.

Agradeço à Tamiris pela presença incondicional e pelo amor forte e seguro em todos os momentos. Por ter facilitado este tortuoso caminho, e, por sempre acreditar em mim, principalmente nos momentos em que eu mesmo me encontrava em descrença.

Um agradecimento mais do que especial à minha orientadora, Ana Paula. Este agradecimento se inicia ainda no primeiro ano de Mestrado, quando tive a oportunidade de cursar sua disciplina sobre fecundidade abaixo do nível de reposição. Não sei se já expressei toda a minha gratidão por isso, mas, esse foi um momento extremamente decisivo. Foi o momento no qual, de fato, decidi o tema que iria me debruçar nesta dissertação. Ana Paula sempre foi muito prestativa e disponível, sempre se interessando por tudo o que eu levava a ela. Obrigado pelo contínuo incentivo e por ter guiado, brilhantemente, o longo processo de elaboração deste trabalho. Deixo também registrado aqui meu respeito e minha admiração.

Um agradecimento também muito especial à minha co-orientadora, Adriana, quem conheci ainda nos tempos de graduação na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP). Desde que expressei a ela o meu interesse pelo Mestrado em Demografia, Adriana sempre esteve por perto me auxiliando, inclusive, me convidando para participar dos famosos “seminários de quarta”, mesmo antes de eu ser aluno do CEDEPLAR. Obrigado por também

sempre ter acreditado em mim, e por ter contribuído fortemente no desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço a todos os professores do CEDEPLAR pela paixão e generosidade no transmitir do conhecimento. Graças também a eles, o meu desejo em estudar e trabalhar com Demografia que já era grande antes mesmo da entrada no Mestrado, cresceu, e, se tornou, o principal objetivo de vida profissional e acadêmica. Uma menção honrosa ao professor Cássio Turra, quem conheço também desde os tempos de graduação, tendo me auxiliado no processo de desenvolvimento de minha monografia, tendo sido um importante elo com o programa de Pós-graduação àquela época, e, principalmente, com quem pude aprender bastante nestes dois anos.

Agradeço ao professor Daniel Powers, da Universidade do Texas, Austin, desenvolvedor do método de decomposição utilizado nesta dissertação. Tive a oportunidade de entrar em contato pessoalmente com o professor, e, ele me atendeu de forma muito solícita, me auxiliando diretamente no processo de manipulação dos dados e utilização do pacote estatístico. Agradeço também ao professor José Eustáquio Alves da ENCE/IBGE, quem me atendeu prontamente no início do desenvolvimento desta dissertação, e me direcionou para importantes discussões sobre o tema. Também à professora Juliana Riani da FJP, com quem mantenho frutíferas conversas desde os tempos de graduação.

Agradeço também aos meus colegas da coorte 2017, e a todos os outros mestrandos e doutorandos que, de alguma forma, me auxiliaram durante este tempo. Em especial, ao Bruno, quem sempre me ajudou na manipulação de dados nos *softwares* estatísticos. Também ao Wanderson e Iaia que, juntos do Bruno, foram sempre parceiros nos trabalhos, grupos de estudo e importantes momentos de lazer e descontração. Uma menção honrosa à Joyce Meneghim, doutoranda do NEPO, que também estuda *childlessness*, e com quem tive a oportunidade de conversar bastante no início do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Fernando Sette, colega de carreira, e o primeiro a me apresentar de forma mais aprofundada a Demografia e o CEDEPLAR. Boa parcela da minha trajetória acadêmica e profissional devo ao seu incentivo. Agradeço também aos colegas que fiz na Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP), onde trabalhei durante meus dois anos de Mestrado. Em especial ao Felipe Nicolai, quem me proporcionou tranquilidade no trabalho para que eu pudesse desempenhar meu papel tanto no governo, como no CEDEPLAR.

Por fim, agradeço profundamente aos meus amigos de toda a vida, com quem mantenho a mesma amizade desde sempre. À minha antiga turma de Divinópolis – Arthur, Bruno, Caio, Diogo, Guilherme, Jader, Pedro Penna e Pedro Simões. Aos meus amigos também de longa data de Itaúna – Caique, Filipe e Mateus. E, aos meus amigos do CSAP, em especial, Vitor, Henrique, Léo, Jair, Yan e Bruno. Muito obrigado por parte dos melhores momentos de descontração, carinho e amizade.

## RESUMO

Ocorreu, no Brasil, entre as coortes de nascimento de 1942-1946 a 1966-1970 um aumento de quase 50% na proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filho - o que era 9,03% na coorte mais antiga passou a ser 13,53% na mais recente. Essa tendência crescente foi acompanhada por mudanças na composição e associação de variáveis como escolaridade e situação conjugal. Considerando esse contexto, este trabalho possui como objetivo analisar a contribuição das mudanças nos componentes de composição e taxa na explicação do aumento proporcional da ausência permanente de filhos no Brasil, isto é, investigar a contribuição de mudanças sociodemográficas na tendência de *childlessness*. A análise se dá através de 6 coortes de nascimento, que vão desde 1942 a 1970, obtidas a partir de dados de mulheres com idades entre 40 e 49 anos dos censos de 1991, 2000 e 2010. Os métodos utilizados são regressão logística binária e decomposição baseada em regressão. Os resultados encontrados mostram que, de forma agregada, ambos os componentes contribuem para o aumento proporcional de mulheres sem filho, com ligeira vantagem para as mudanças no comportamento reprodutivo. Analisando a contribuição de cada uma das variáveis, mudanças na educação tiveram um maior impacto do que alterações na situação conjugal. Uma investigação mais específica sobre as contribuições de cada uma das categorias das variáveis mostra que o aumento da proporção de mulheres sem filho é atribuível principalmente a duas mudanças: composição das mulheres com ensino fundamental incompleto e comportamento reprodutivo de mulheres que já viveram com cônjuge. Os resultados desta dissertação sugerem e discutem um possível afrouxamento/desvinculação da relação entre união e reprodução, assim como um aumento da ausência permanente de filhos voluntária.

---

**Palavras-chave:** Ausência de filhos; Mudanças sociodemográficas; Decomposição.

## ABSTRACT

In Brazil, between the birth cohorts from 1942-1946 to 1966-1970, there was an increase of almost 50% in the proportion of women who completed the reproductive period without a child – what was 9.03% in the oldest cohort, became 13.53% in the most recent. This rising trend was accompanied by changes in the composition and association of variables such as education and union status. Considering this context, this work aims to analyze the contribution of changes in composition and rate components in the explanation of the rising trend of permanent childlessness in Brazil, that is, investigate the contribution of sociodemographic changes in this proportional increase of women without children. The analysis takes place through 6 birth cohorts, ranging from 1942 to 1970, obtained from data of women aged 40 to 49 years in the 1991, 2000 and 2010 censuses. The methods used are binary logistic regression and decomposition based on regression. The results show that, in aggregate, both components contribute to the proportional increase of childlessness, with a slight advantage for the changes in the reproductive behavior. Analyzing the contribution of each of the variables, changes in education had a greater impact than changes in the union status. More specifically, the contributions of each of the variables categories show that the increase in childlessness is attributable mainly to two changes: composition of women with elementary incomplete and reproductive behavior of women who have already lived with their partners. The results of this work suggest and discuss a possible loosening/untying of the relationship between union and reproduction, as well as an increase in permanent voluntary childlessness.

---

**Keywords:** Childlessness; Sociodemographic changes; Decomposition.

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O ARCABOUÇO TEÓRICO E CONCEITUAL DE <i>CHILDLISSNESS</i> .....	16
2.1 A Transição da Fecundidade no Brasil.....	16
2.2 Mulheres Sem Filho no Brasil e no Mundo.....	20
2.3 Principais Variáveis Explicativas .....	29
2.4 Os Diferentes Conceitos e Caracterizações de <i>Childlessness</i> .....	39
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 Base de Dados .....	49
3.2 Descrição das Variáveis Utilizadas .....	51
3.3 O Modelo Logístico Binário.....	53
3.4 Decomposição Baseada em Regressão para Modelos não Lineares .....	54
4 RESULTADOS .....	60
4.1 Resultados Descritivos .....	60
4.2 Resultados do Modelo Logístico Binário .....	68
4.3 Resultados da Decomposição .....	74
5 CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	87

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os países desenvolvidos têm assistido aumentos consideráveis na proporção de mulheres sem filhos. Tanturri *et al.* (2015), ao analisarem um conjunto de estimativas, encontram que a ausência de filhos entre as coortes de mulheres nascidas por volta dos anos 1965 chega a ser observada, por exemplo, em um quarto das italianas que já terminaram o período reprodutivo, e 20% das alemãs e finlandesas que se encontram na mesma situação. Dada a maior prevalência do evento, é também nestes contextos onde se encontra a maior parte da produção teórica e empírica sobre o fenômeno.

Cada uma dessas sociedades desenvolvidas possui características culturais e socioeconômicas próprias, porém, há um conjunto de questões e relações comuns entre elas, as quais auxiliam a introduzir as explicações acerca do fenômeno *childlessness*. Uma delas é o dilema entre mercado de trabalho/escolaridade e fecundidade. Muitas mulheres, por exemplo, optam pela não maternidade como uma estratégia para atingir níveis mais elevados de educação e fixar-se em determinado emprego. Essa escolha pode ser apenas temporária em alguns casos, porém, tendo em vista alguns outros fatores, é possível que ela se torne permanente, como será discutido no próximo capítulo deste trabalho. Outra questão importante é a desigualdade de gênero. Em diversas sociedades, a participação e o apoio dos homens em atividades domésticas são muito reduzidos, ou quase nulos em casos mais extremos. Diante desse cenário, torna-se extremamente dispendioso às mulheres combinar vidas profissional e doméstica, o que reduz a fecundidade, e aumenta a proporção daquelas sem filho. Um terceiro ponto importante na contextualização de *childlessness* é o que discute a premissa da Segunda Transição Demográfica (STD). Isto é, o desenvolvimento econômico produz uma mudança nas preocupações dos indivíduos, as quais deixam de ser majoritariamente materiais, e passam a se configurar em necessidades não materiais, estando as primeiras superadas. As pessoas se encontram, portanto, em condições de almejar questões de ordens superiores como a autorrealização, a qual, em última instância pode ser traduzida, para algumas mulheres, como ausência de filhos (LESTHAEGHE, 2010).

Diante dessa contextualização, em um cenário de fecundidade abaixo do nível de reposição que se acentua no Brasil desde a década passada, torna-se importante, e, cada vez mais atual,

estudar um dos principais determinantes para essa queda massiva da fecundidade: as mulheres que terminam a vida reprodutiva sem filho. Vale dizer, por exemplo, que o aumento percentual desse grupo terá, muito provavelmente, um efeito no aprofundamento desses baixos níveis, uma vez que a fecundidade das demais mulheres não irá compensar esse fenômeno. Portanto, a tendência crescente da proporção de mulheres permanentemente sem filho indica a recorrência de um evento que até pouco tempo era considerado raro, e, enfrentava uma série de adversidades morais e preconceitos.

Segundo o IBGE (2016), a Taxa de Fecundidade Total (TFT)<sup>1</sup> mais baixa experimentada pelo país ocorreu em 2015 com um nível de 1,7 filho<sup>2</sup> por mulher. Já Rosero-Bixby *et al.* (2008), ainda no ano de 2005, apontavam que a maior parte dos países da América Latina apresentava uma TFT próxima ou abaixo do nível de reposição, estando o Brasil nesse grupo.

Da mesma forma que ocorre com a fecundidade abaixo do nível de reposição, o grande volume de estudos acerca das mulheres sem filho é voltado para a realidade dos países desenvolvidos. Todavia, tem crescido o interesse pelo tema na América Latina, e mais especificamente, no Brasil. Alves e Cavenaghi (2013), por exemplo, analisam tendências em *childlessness* ao explorarem especialmente as diferenças socioeconômicas e regionais. Já Meneghim e Oliveira (2016) buscam analisar a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas para mulheres de 50 a 59 anos no período de 1980 a 2010 no Brasil. Apesar destes trabalhos discutirem importantes questões que circundam a ausência de filhos, pouco é debatido acerca dos impactos de mudanças sociodemográficas neste fenômeno.

Tendo isso em vista, percebeu-se entre as coortes de nascimento de 1942-1946 a 1966-1970 um aumento de quase 50% na proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filho – o que era 9,03% na coorte mais antiga passou a ser 13,53% na mais recente. Além disso, outras transformações sociodemográficas modificaram a dinâmica populacional brasileira, como, por exemplo, mudanças na estrutura da educação. Observou-se aumento da cobertura escolar, o que elevou o nível de escolaridade das mulheres brasileiras. A proporção

---

<sup>1</sup> Número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria tido ao final do seu período reprodutivo em determinado período e espaço geográfico se estivesse exposta às taxas específicas de fecundidade daquela região naquele ano (CARVALHO *et al.*, 1998).

<sup>2</sup> Considera-se como nível de reposição uma TFT equivalente a 2,1 filhos por mulher.

de mulheres que nunca viveram com o cônjuge também aumentou. Ademais, ocorreram alterações na composição da população por raça/cor, religião, dentre outras variáveis.

Portanto, o aumento da proporção de mulheres que chegam ao final do período reprodutivo sem filhos no Brasil tem sido acompanhado por mudanças de ordens composicional e comportamental, em variáveis, como escolaridade e situação conjugal, as quais afetam as decisões sobre demanda por filhos.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar quais são as mudanças que mais contribuem para a tendência crescente de *childlessness*. Isto é, considerando tanto a associação de variáveis de controle com a chance de não ter filhos, como as mudanças de composição destas variáveis ao longo das últimas três décadas, propõe-se decompor o efeito destes dois componentes (composição e taxa) na explicação do aumento da ausência de filhos no Brasil, a partir de uma investigação multivariada. A análise é feita utilizando dados de mulheres com idades entre 40 e 49 anos dos censos de 1991, 2000 e 2010, através de 6 coortes de nascimento, entre 1942 e 1970.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho utiliza de técnica de decomposição baseada em regressão logística para quantificar a contribuição relativa a cada um dos componentes (composição e taxa) entre as coortes em análise (FAIRLIE, 1999; POWERS, YOSHIOKA & YUN, 2011)<sup>3</sup>. Ademais, ainda é possível avaliar qual das mudanças mais explica a crescente proporção de mulheres sem filho, isto é, em qual variável está presente o maior impacto.

As mudanças no primeiro destes componentes, isto é, na composição, são aquelas decorrentes das alterações na estrutura populacional. Ao longo dos últimos anos, o Brasil passou por diferentes transformações sociais, econômicas, demográficas, dentre outras. Em decorrência desse processo, a forma com que a população se estrutura em termos das mais diversas variáveis também mudou. São, portanto, estas transformações na composição a que se refere um dos componentes decompostos. As alterações na taxa, por outro lado, tratam das variações no comportamento reprodutivo das mulheres ao longo das décadas analisadas.

---

<sup>3</sup> O método proposto se baseia na decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) e, mais a frente, no Capítulo 3 é explicado com detalhes.

Por fim, vale ressaltar que ambos os componentes são decompostos nas diferentes variáveis analisadas, e, portanto, em cada uma das categorias de mulheres controladas.

De forma resumida, este trabalho visa entender quais são as mudanças que mais contribuem para o aumento de *childlessness*, através de decomposição na variável categórica dependente (ter ou não filho), entre duas coortes, em dois macro-elementos, um de composição (também chamado de efeito de características ou estrutura) e um componente de taxa (também chamado efeito de coeficientes ou comportamento), os quais são analisados segundo as diferentes variáveis sociais, econômicas e demográficas controladas.

Diante do exposto, este estudo possui como principais referências o estudo publicado por Sarah Hayford em 2013, intitulado por: *Marriage (Still) Matters: The Contribution of Demographic Change to Trends in Childlessness in the United States*<sup>4</sup>, e o trabalho de David Reher e Miguel Requena publicado em 2018: *Childlessness in Twentieth-Century Spain: A Cohort Analysis for Women Born 1920–1969*<sup>5</sup>. No primeiro, a autora (2013) demonstra para os Estados Unidos (EUA) que mudanças relativas ao casamento ainda se concretizam no fator que mais importa para o aumento das mulheres sem filho. A proporção crescente de mulheres com ensino superior completo explicou uma quantidade substancial do aumento em *childlessness*, porém, a elevação na proporção de mulheres solteiras contribuiu mais para a tendência crescente de *childlessness*, ainda que tivesse havido certa compensação devido ao aumento do número de filhos entre as não casadas. Já Reher e Requena (2018) mostram que mudanças entre coortes revelam padrões de comportamento diferentes caracterizados por uma reversão da associação tradicional de *childlessness* com situação conjugal e educação.

De forma semelhante à Hayford (2013) e Reher e Requena (2018), este trabalho objetiva explorar a contribuição de mudanças sociodemográficas na tendência crescente da proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filhos no Brasil, inserindo e modificando variáveis, isto é, direcionando a discussão para o contexto brasileiro. Os resultados deste estudo permitem ainda uma comparação que envolve as conjunturas norte-americana e espanhola.

---

<sup>4</sup> Publicação realizada na revista *Demography*.

<sup>5</sup> Publicação realizada na revista *European Journal of Population*.

Estruturalmente, este trabalho apresenta, além desta introdução, mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta uma revisão acerca das principais questões que tangenciam a discussão sobre ausência de filhos. Inicialmente, analisa-se como ocorreu a queda da fecundidade no país a partir da década de 1960. O segundo subcapítulo aborda o contexto no qual o evento estudado está imerso. O terceiro trata das principais variáveis explicativas, e como estas se associam à *childlessness*. Por fim, são apresentados e discutidos os principais conceitos e as mais importantes caracterizações relacionadas ao tema.

O Capítulo 3 apresenta os principais dados e métodos utilizados para realização deste trabalho, com enfoque na apresentação da decomposição baseada em regressão não linear (no caso deste estudo a logística binária).

O Capítulo 4 expõe e analisa os principais resultados encontrados neste trabalho. Primeiro, uma abordagem descritiva apresenta mudanças ocorridas na composição das mulheres e na prevalência da ausência de filhos nas variáveis. O segundo passo utiliza de regressões logísticas, as quais possibilitam não só aprofundar na discussão acerca da associação entre as variáveis, como principalmente, identificar a mudança nos coeficientes ao longo da série de coortes estudada. Por fim, a terceira e mais importante subseção analisa os resultados provenientes da decomposição baseada em regressão logística binária, técnica que permite desagregar a mudança entre coortes em componentes atribuíveis a mudanças na composição da população e componentes atribuíveis a mudanças nos coeficientes, isto é, no comportamento reprodutivo.

O último capítulo apresenta as conclusões à luz das discussões próprias realizadas ao longo da análise dos resultados e sugere agendas de pesquisa futuras que se relacionam ao tema.

Por fim, é possível dizer que além de contribuir para a discussão dos fatores associados à *childlessness*, este trabalho oferece como principal produto um diagnóstico de quais mudanças entre coortes mais impactam a tendência crescente da proporção de mulheres sem filhos, o que, em última instância, fornece mais subsídios para o entendimento do fenômeno no Brasil. Outra importante contribuição ocorre no sentido deste trabalho possibilitar verificar se a dinâmica observada nos Estados Unidos e na Espanha possui similaridades ou se distingue da que se encontra para o Brasil.

## 2 O ARCABOUÇO TEÓRICO E CONCEITUAL DE *CHILDLISSNESS*

Tendo em vista a literatura existente sobre *childlessness*, este capítulo possui o objetivo de prover um entendimento acerca de questões relevantes na discussão do tema, as quais também fornecem bases para a posterior discussão dos resultados. Para isso, primeiramente, de forma concisa, aborda-se o panorama por trás do evento, isto é, apresenta-se breve análise da queda da fecundidade no Brasil. O próximo passo trata de contextualizar a ausência de filhos no Brasil e no mundo, assim como prover explicações teóricas para o fenômeno. O capítulo segue com uma seção disponível às principais variáveis explicativas relacionadas à *childlessness*, sendo finalizado com a discussão dos conceitos e caracterizações chave que permeiam a ausência de filhos.

### 2.1 A Transição da Fecundidade no Brasil

Em comparação com os países desenvolvidos, o processo de transição demográfica no Brasil produziu taxas de crescimento populacional maiores, em decorrência de um maior espaço temporal entre as quedas da mortalidade e da fecundidade, assim como pelo fato destas taxas se encontrarem em patamares bem superiores, *vis-à-vis* os níveis europeus observados imediatamente antes da transição. Outra característica importante é que no Brasil (assim como os demais países latino-americanos) a transição ocorreu a uma velocidade mais elevada se comparado ao observado nos países desenvolvidos (REHER, 2011). Tendo em vista essa conjuntura, a fecundidade brasileira começou a apresentar relevantes mudanças nos níveis e na estrutura a partir da década de 1960 (CARVALHO e GARCIA, 2003). A TFT que se mostrava constante em aproximadamente 6,2 filhos por mulher entre 1930 e 1960, chegou a alcançar um nível abaixo da reposição em 2010 (1,90), e, em 2015 uma TFT ainda menor, equivalente à 1,70 (FRIAS e CARVALHO, 1992; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006; IBGE, 2016). Inicialmente, junto do declínio das taxas, a idade média da fecundidade caiu, provocando um rejuvenescimento da idade à maternidade. *A priori*, o declínio da fecundidade entre os grupos etários mais velhos não ocorreu entre as adolescentes.

Observou-se aumento da TEF<sup>6</sup> das jovens entre 1980 e 2000, ao passo que as taxas das mais envelhecidas se encontravam em queda, o que acarretou numa significativa concentração da fecundidade nas idades mais jovens, isto é, um rejuvenescimento da fecundidade (ALVES e CAVENAGHI, 2009; RIOS-NETO, 2005). Entretanto, a partir do Censo de 2010 foi possível observar uma reversão da tendência, e a idade média da fecundidade passou a subir (MIRANDA-RIBEIRO e GARCIA, 2012).

Iniciando a discussão acerca dos principais fatores que teriam contribuído para a queda da fecundidade no Brasil, Berquó (1983), baseada na teoria econômica de Becker (1960)<sup>7</sup>, analisava a queda sob a luz do cálculo incorporado por uma parcela dos trabalhadores que passaram a avaliar a decisão de quantos filhos teriam levando em consideração os custos econômicos. Outro fator importante teria sido a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Na década de 1960 e primeira metade da década de 1970, o aborto induzido parecia ser um importante método. Essa hipótese é baseada num simples processo de eliminação. Tendo em vista a pouca informação disponível acerca de contraceptivos, e ausência de outros métodos como a esterilização, o aborto induzido aparecia como a principal prática de controle da fecundidade (MARTINE, 1996). A partir da segunda metade dos anos 70, a esterilização através da ligação de trompas foi inserida em larga escala, e aliada a uma crescente divulgação de outros métodos como a pílula, formaram um importante contexto de controle da fecundidade no Brasil. O autor (1996) ainda ressalta que a esterilização teria sido o determinante próximo de maior destaque da queda da fecundidade brasileira.

O Brasil nunca contou com programas voltados diretamente para o controle do crescimento populacional, mas, como Faria (1989) expõe, o impacto de políticas voltadas à modernização social e econômica foram preponderantes para o declínio da fecundidade. Assim, além do aborto e da esterilização, os efeitos indiretos decorrentes de mudanças institucionais nas áreas de saúde e seguridade social tiveram certa relevância na redução das taxas. Todo esse conjunto teria sido ainda acelerado pelo processo de urbanização. O autor (1989) expõe que a política de oferecimento de crédito direto ao consumidor teria facilitado a incorporação de boa parcela da população ao mercado, o que reduziu a demanda por filhos. Já a política de

---

<sup>6</sup> TEF refere-se ao número médio de filhos que uma mulher de uma determinada idade teria em um ano (CARVALHO *et al.*, 1998).

<sup>7</sup> No subcapítulo 2.2 há uma discussão acerca da teoria de Becker (1960).

telecomunicações “inseriu definitivamente no mapa” aparelhos como rádio e televisão, possibilitando a difusão de novos valores e comportamentos que muitas vezes eram direcionados à redução do tamanho desejado de família. A política de benefícios previdenciários, por sua vez, regulou indiretamente a fecundidade, pois, deslocou a responsabilidade da proteção das famílias do ambiente familiar e comunitário para o ambiente estatal e público. Por fim, a política de atenção à saúde teve grande contribuição à medida em que desvinculou sexo da reprodução e estabeleceu parâmetros mais exigentes no que tange aos cuidados dos filhos (FARIA, 1989).

Carvalho, Sawyer e Paiva (1981), assim como Martine (1996), consideram o uso de medidas contraceptivas. Porém, diferente daquele autor (1996), não o coloca como o principal determinante da redução dos níveis de fecundidade. O foco dessa análise está na alteração do comportamento das populações de baixa renda. O processo de proletarização se tornou mais intenso, provocando redução da contribuição da produção doméstica para o consumo de elevada parcela da população. Este contexto praticamente cessou a participação dos filhos na produção dos itens consumidos pela própria família, o que acarretou dificuldades de criação e manutenção de famílias grandes. Outro ponto abordado pelos autores (1981) para justificar o declínio da fecundidade no Brasil se relaciona a uma especificidade dos anos 1970. Houve aumento dos salários reais, todavia, o acréscimo dos preços dos alimentos foi maior, reduzindo o padrão de vida dos mais pobres, e, por conseguinte, dificultando a criação de um grande número de filhos.

A hipótese de Oliveira (1989) se assemelha até certo ponto à explicação proposta por Carvalho, Sawyer e Paiva (1981). Mais uma vez, a proletarização teria sido essencial ao controle da fecundidade ao passo em que a produção foi reorganizada e o processo de contratação deixou de ser familiar para se tornar individual.

Merrick e Berquó (1983) também expõem estudo sobre o que teria determinado em maior medida a queda da fecundidade no Brasil, chegando às seguintes conclusões:

- a) o principal componente da queda teria sido o declínio da fecundidade marital; b) o determinante próximo mais importante daquele declínio seria o aumento do controle dentro do casamento; c) o declínio da fecundidade marital teria acontecido devido à generalização do controle da fecundidade dentro das regiões e grupos sociais mais pobres; d) esses grupos teriam passado por transformações socioeconômicas, tais como o aumento da escolaridade, da posse de bens de consumo duráveis e da participação das mulheres no mercado de trabalho, que teriam engendrado normas favoráveis às famílias pequenas (MERRICK, BERQUÓ, 1983, p. 3-4).

É importante ressaltar a maneira desigual e heterogênea com que essa transição ocorreu no país. De uma maneira geral, o declínio se iniciou primeiro nas unidades da federação (UFs) mais desenvolvidas, assim como na parcela da população com renda mais elevada e maior escolaridade. Em 1970, São Paulo e Rio de Janeiro já apresentavam uma TFT menor que 4 filhos por mulher, ao passo em que outros estados como Amazonas e Rio Grande do Norte possuíam uma TFT maior que 8. Acre e Roraima eram os estados com maiores índices, os quais rondavam 10 filhos por mulher. Especialmente até a década de 1980, havia um processo de aumento dos diferenciais de fecundidade entre os estados brasileiros, porém, a partir desta década, um processo de convergência teve início (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005).

Berquó e Cavenaghi (2005) relatam a desigualdade segundo a escolaridade, e mostram, por exemplo, que o nível da fecundidade das mulheres com superior completo em 1970 é equivalente ao nível geral das mulheres em 2010. E, através do cruzamento entre as variáveis renda e educação, mostram que em 1991, as mulheres sem instrução e com rendimento abaixo de um quarto de salário mínimo apresentavam uma TFT igual à 6,8, na medida em que as mulheres com doze anos ou mais de estudo e mais de cinco salários mínimos exibiam 1,4 filhos por mulher. Esses valores caem em 2000, quando o primeiro grupo relatado passa a ter uma TFT igual a 5,8, e o segundo, 1,1. Observa-se, portanto, que o Brasil como um todo apresentou uma TFT abaixo do nível de reposição em 2010, porém, como expuseram Berquó e Cavenaghi (2005), já em 1991 alguns grupos exibiam taxas condizentes com a realidade dos países desenvolvidos, contexto que ilustra a desigualdade que caracterizou a queda da fecundidade no Brasil.

Assim como expõem Miranda-Ribeiro e Garcia (2012), a queda da fecundidade é um processo que ocorre para todos, entretanto, existem diferenças no nível, no ritmo de queda e na idade média da fecundidade. Estas distinções acabam por demarcar dois padrões: mulheres com menor nível de escolaridade apresentam fecundidade acima do nível de reposição e queda da idade média da fecundidade, já mulheres com maior nível de escolaridade apresentam níveis muito baixos de fecundidade e aumento da idade média da fecundidade.

## 2.2 Mulheres Sem Filho no Brasil e no Mundo

Como discutido na seção anterior, o Brasil experimentou acentuada queda na fecundidade, atingindo TFT equivalente a 1,70 em 2015. Ainda assim, é possível afirmar que a fecundidade brasileira se encontra a um baixo nível. E, contextos como esse, geralmente são acompanhados por um aumento na proporção de mulheres com zero filho (SOBOTKA, 2004).

A Introdução deste trabalho já expôs que entre as coortes de nascimento de mulheres de 1942-1946 a 1966-1970, observou-se um aumento de quase 50% na proporção daquelas que terminam o período reprodutivo sem filho, sendo que a mais jovem dessas coortes já apresenta 13,53% de sua composição nesse contexto. Este percentual se encontra abaixo do que se vê na maioria dos países europeus, porém, este aumento percebido indica como este evento vem ganhando força no contexto brasileiro, além de se aproximar ao observado nestes países desenvolvidos (ALVES e CAVENAGHI, 2013). Rosero-Bixby *et al* (2008) discutem a não entrada de jovens gerações de mulheres brasileiras na maternidade. Alves, Cavenaghi e Barros (2010) evidenciam alterações no arranjo familiar ao apresentarem um debate acerca dos casais DINCs (*double income, no child*), formados por laços de aliança entre duas pessoas (de sexos diferentes ou do mesmo sexo) que não possuem continuidade geracional. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, a família DINC formava 2,7% do total de domicílios, e, na mesma pesquisa de 2006, passou a constituir 3,7%.

Outros estudos como o de Alves e Cavenaghi (2013), Meneghim e Oliveira (2016) e Ferreira e Verona (2015) se propõem a analisar a associação de variáveis sociodemográficas com a ausência de filhos<sup>8</sup>, porém, esta ainda se apresenta como um fenômeno pouco estudado no contexto brasileiro. Por outro lado, em diversas partes do mundo, especialmente na Europa, *childlessness* já possui maior espaço como agenda de debate. Tendo em vista, portanto, esta conjuntura na qual o Brasil se insere, a presente seção se propõe a revisar o que a literatura aborda sobre o contexto que permeia a ausência de filhos, através da discussão de

---

<sup>8</sup> Os resultados dessas associações são discutidos na seção 2.3 reservada à apresentação das principais variáveis explicativas.

importantes fatores, motivações e aspectos, assim como descrição de um *framework* teórico que auxilie explicar o fenômeno.

O aumento da proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo com zero filho se encaixa dentro de um grande “pacote” de mudanças ocorridas nos padrões de formação de família que têm caracterizado os países. Estes passaram a apresentar arranjos familiares considerados menos tradicionais, com destaque para as uniões informais e domicílios com apenas solteiros (SOBOTKA e TESTA, 2008). E, como será melhor discutido na seção seguinte (2.3), situação conjugal é uma variável com enorme poder explicativo.

Quanto à prevalência deste fenômeno em alguns países da Europa, Tanturri *et al.* (2015) mostra que a parcela de mulheres pertencentes a coortes nascidas por volta de 1965 que finaliza o período reprodutivo sem filhos é de grande magnitude. Na Itália, por exemplo, essa proporção chega a 25%, enquanto Alemanha, Finlândia, Áustria e Reino Unido exibem um percentual equivalente a mais ou menos um quinto da coorte. Outros como Bélgica, Grécia, Inglaterra e Holanda possuem 15% dessas mulheres sem filho ao final do período reprodutivo. Alguns países apresentam níveis considerados baixos (abaixo de 10%), como é o caso de países do leste europeu – Bulgária, República Tcheca, Hungria e Polônia e Rússia. Interessante notar que a coorte de brasileiras nascidas entre 1966-1970 apresenta uma proporção acima destes últimos países citados, porém, abaixo dos primeiros e mais próximos de países como Bélgica e Holanda.

Ainda de forma a exemplificar o aumento na proporção de *childlessness*, vale também ressaltar os altos níveis entre coortes de mulheres que ainda não finalizaram o período reprodutivo. Algumas dessas, com idades perto dos trinta anos, chegam a ultrapassar os 40% em alguns países europeus. Mesmo que uma parcela dessas mulheres concretize a maternidade, outra pode não conseguir consumir seus planos reprodutivos em decorrência de um intenso adiamento (ANNELI e SZALMA, 2014).

Antes de avançar com o debate acerca dos índices recentes da ausência de filhos, vale ressaltar um contexto histórico passado importante em que se observou altos índices desse fenômeno. Em diversos países europeus, no final do século XIX e início do século XX, cerca de 20% mulheres terminavam o período reprodutivo sem filho. Esse alto percentual era decorrente (em parte) do padrão europeu de casamento formulado por Hajnal (1965), no qual os jovens adultos deixavam as casas de seus pais para trabalhar e acumular capital, o que,

consequentemente, elevava a idade ao casamento. Como resultado dessa conjuntura, boa parte dos jovens permanecia sem filhos, ou em outros casos, até mesmo solteiros. O sistema de família norte-americano apresentava contexto semelhante. Nele, o adulto solteiro era parte importante da sociedade presente na virada dos séculos XIX e XX, contribuindo, portanto, para níveis de *childlessness* relativamente altos (KREYENFELD e KONIETZKA, 2017). Há estimativas de que 25% das coortes nascidas nesse período não experimentava a maternidade em qualquer momento da vida. Rowland (1998) argumenta que a ausência de filhos dessas coortes possui estreita relação com o momento socioeconômico que caracterizou o pós Grande Depressão da década de 1920. Outro fator que pode ter contribuído é a queda brusca na razão de sexo decorrente da Segunda Guerra Mundial. Já as coortes de nascimento de 1930 a 1940 entraram no período reprodutivo num período denominado por Festy (1980) como “Era Dourada do Casamento”<sup>9</sup>, e, apresentaram níveis baixos de *childlessness*. Entretanto, estes voltaram a subir especialmente entre as coortes nascidas após a década de 1960, como já explicitado acima. Poston e Trent (1982) caracterizam essa tendência apresentada como uma curva em formato de “U”, isto é, altos níveis no início do século XX seguidos por queda e subsequente aumento.

Expostas as evidências históricas e o contexto no qual estas surgiram, a discussão segue com a apresentação de relevantes fatores que auxiliam explicar a ausência de filhos observada entre as coortes atuais. Alguns autores entendem que aspectos sociais e econômicos são os que mais importam para o surgimento do contexto no qual *childlessness* passou a ganhar mais espaço (BARLETT, 1994; MCALLISTER & CLARKE, 1998, *apud* AGRILLO e NELINI, 2008, p.356). Estes citam a transformação ocorrida na sociedade na segunda metade do século XX, quando a disponibilidade de métodos contraceptivos, o aborto, e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho ampliaram o leque de opções postas às mulheres, isto é, estas não mais enxergavam a maternidade como única ou principal alternativa. De forma similar, Livingston e Cohn (2010) ressaltam a importância do surgimento de maiores oportunidades de trabalho para as mulheres, assim como intensificação do uso de contracepção, o que em conjunto, criou condições para as mulheres não terem filhos.

---

<sup>9</sup> Tradução livre de *Golden Age of Marriage*.

Nicoletti e Tanturri (2008) e Tanturri *et al* (2015) discutem os fatores que contribuem para a explicação de *childlessness* através de uma relação estreita com o adiamento da maternidade. As mulheres (em conjunto de seus parceiros) têm buscado níveis educacionais mais elevados, consolidação no mercado de trabalho, acúmulo de capital, além de maior tempo dispensado ao lazer. E, para que esses elementos sejam alcançados, as mulheres passam a adiar continuamente a transição para o primeiro filho. Ao passo que elas agem dessa forma, aumenta a possibilidade de indecisão em se tornarem mães. Isto é, inicialmente, as mulheres adiam até que consigam alcançar determinado objetivo, porém, gradualmente, elas podem se adaptar à um contexto de zero filho, e, eventualmente, não mais se interessar pela maternidade. Além dessa hipótese, sabe-se que a fertilidade das mulheres é inversamente proporcional à idade, por isso, o adiamento pode acarretar numa impossibilidade de concretização do desejo reprodutivo em razão de infertilidade. Portanto, através destas situações descritas, o adiamento torna-se um importante fator de contexto e explicação da ausência de filhos.

Miettinen *et al.* (2015) dá ênfase em fatores socio-estruturais, assinalando elementos que auxiliam o processo de entendimento de *childlessness*. O primeiro deles é a ausência de parceiro. Como já colocado, a relação entre algumas variáveis, como situação conjugal, e ausência de filhos será discutida com profundidade na seção 2.3, porém, vale ressaltar, mais uma vez que, historicamente, a falta de parceiro permanece como um dos principais motivos para que se chegue ao final do período reprodutivo sem filhos. Segundo Portanti e Withworth (2009), na Europa, mulheres solteiras possuem maior chance de permanecerem sem filho se comparadas às casadas. Alves e Cavenaghi (2013) ressaltam que a dificuldade em se encontrar um parceiro pode ser advinda de um excesso de mulheres em relação aos homens, ou mesmo decorrente de um maior nível de escolaridade daquelas se comparadas a estes.

Assim como discutido por Nicoletti e Tanturri (2008) e Tanturri *et al* (2015), Miettinen *et al.* (2015) entendem o adiamento como outro importante elemento explicativo. Por fim, outro fator que contribui para a contextualização da ausência de filhos é o efeito produzido pelo acesso à recursos materiais em diferentes estágios de transição demográfica. Nas sociedades pré-industriais, caracterizadas por baixo nível de desenvolvimento, maior acesso geralmente acarretava fecundidade alta e precoce, ao passo em que a associação passa a ser negativa a níveis maiores de desenvolvimento.

Frejka (2017) expõe que diversos desenvolvimentos sociais têm ocorrido principalmente desde a virada do último século. Alguns desses fatores contribuíram para mudanças no comportamento reprodutivo, e, conseqüentemente, afetaram a ausência de filhos. O autor (2017) também identifica o adiamento da maternidade, aumento da participação feminina no mercado de trabalho, expansão nos níveis educacionais, além de outros elementos como empoderamento e crescentes salários das mulheres. De forma oposta, um contexto de instabilidade e estagnação econômica também pode acarretar num aumento dos níveis de *childlessness*.

Recentemente, o trabalho de Tocchioni (2018) foca na relação do casal para explicar a ausência de filhos. Nesse sentido, mais uma vez o adiamento é um importante fator, tendo em vista uma possível união tardia. Outro elemento associado é a interrupção da relação, o que pode acarretar na dissolução de planos reprodutivos realizados previamente. A falta de parceiro enfatizada por Miettinen *et al.* (2015), problemas de fertilidade e o não entendimento entre ambas as partes do casal no que tange ao tamanho ideal de família são aspectos também identificados.

Este subcapítulo se propôs até aqui à discussão do contexto no qual *childlessness* se encaixa, tendo em vista os importantes fatores individuais e sociais relacionados ao fenômeno em questão. Embora esse conjunto de elementos seja decisivo para explicar a ausência de filhos, ainda resta apresentar teorias propriamente ditas que se prestem a corroborar com a explicação da ausência de filhos. E, por mais que para o contexto europeu, *childlessness* já tenha uma vasta produção de trabalhos, ainda é considerada um tópico de pesquisa relativamente novo (principalmente para o contexto latino-americano), não havendo, portanto, um *framework* teórico bem consolidado que descreva o fenômeno (ANNELI, SZALMA, 2014). Entretanto, tomando como texto base o estudo de Tanturri *et al.* (2015), este trabalho apresenta e discute importantes abordagens teóricas. Apesar destas não terem sido concebidas, *a priori*, com o intuito principal de explicar *childlessness*, são úteis para o debate ao passo em que apresentam o que pode afetar direta ou indiretamente o evento. Além disso, as teorias enfatizadas por Tanturri *et al.* (2015) foram criadas para países desenvolvidos, onde o uso de contraceptivos e o acesso ao aborto são, muitas vezes, mais eficientes e facilitados.

A primeira delas, cunhada como *Segunda Transição Demográfica* (STD) por Ron Lesthaeghe e Dirk van de Kaa em 1986, possui características como fecundidade abaixo do

nível reposição (sustentável), desenvolvimento de diferentes arranjos que não exclusivamente o casamento, desvinculação deste com a procriação em si, aumento no número de divórcios, adiamento das uniões, aumento da eficiência contraceptiva, elevação da fecundidade não-marital e o surgimento de um maior número de mulheres sem filho (ZAIDI e MORGAN, 2017; LESTHAEGHE, 2010).

O grande condutor deste contexto é a mudança cultural que possibilitou o desenvolvimento de normas e atitudes pós-modernas, evidenciando, especialmente, o individualismo. Assim, a STD entende que a diminuição da força da família é explicada pela busca de maior poder de decisão individual acompanhado de um acentuado processo de secularização. Outro ponto importante é a reorientação dos casais, isto é, antes estavam voltados quase que exclusivamente aos seus filhos (*king-child*), já quando ocorre a STD, passam a se importar mais consigo mesmos, e os filhos tornam-se apenas mais um dos componentes presentes na vida dos pais (*king-couple*) (ZAIDI e MORGAN, 2017; LESTHAEGHE, 2010).

Foca, portanto, nas mudanças ideacionais, sendo estas as principais causas da perda da importância da família, ao passo que outras necessidades ganharam maior relevância (ZAIDI, MORGAN, 2017; LESTHAEGHE, 2010). McAllister e Clarke (1998) mostram evidências de mulheres sem filhos que aspiram por independência e liberdade, o que, está diretamente alinhado ao que propõe Lesthaeghe e van de Kaa. Portanto, de acordo com esta teoria, mudanças ideacionais são as principais forças condutoras dos novos comportamentos, dentre os quais a ausência de filhos se encontra (BALBO, BILLARI & MILLS 2012).

A segunda abordagem denominada por *Teoria da Preferência* (HAKIM, 2000; HAKIM, 2002), de forma semelhante à Lesthaeghe e van de Kaa, entende que o comportamento da fecundidade é também definido por valores pessoais e preferências individuais. A secularização, a emergência de aspirações individuais e o enfraquecimento das normas sociais e morais tradicionais, que acompanham esse processo, tendem a fornecer mecanismos que auxiliam as mulheres a seguir o que, de fato, as interessa, o que muitas vezes pode significar o adiamento da maternidade, ou mesmo, a sua própria negação (TANTURRI *et al*, 2015).

Dessa forma, Hakim (2000; 2002) propõe a distinção de três grupos em que as mulheres podem ser incluídas, conforme suas preferências no que tange à família e trabalho. O primeiro grupo, com viés orientado à família, possui como prioridades na vida o ambiente

domiciliar e os filhos, o que as fazem optar por não trabalhar (exceção para situações de emergências econômicas). As mulheres que priorizam a carreira e compõem o segundo grupo, focam, preferencialmente, no ambiente de trabalho, e, em diversas ocasiões, podem acabar permanecendo solteiras ou sem filhos. Já o terceiro grupo, que aglomera a maioria das mulheres, não possui uma inclinação para nenhum dos dois lados, mas, querem usufruir de ambos. Assim, a teoria de Hakim evidencia a heterogeneidade das preferências femininas no tocante à fecundidade. Utilizando da distinção proposta pela autora e de um estudo comparativo em países europeus, Vitali *et al.* (2009) evidencia que o grupo com viés orientado à família tende a apresentar maior fecundidade, ao passo em que as mulheres orientadas ao trabalho e carreira geralmente possuem menos filhos, ou filho algum.

Ainda segundo a Teoria da Preferência, as mulheres tendem a se orientar mais à família ou à carreira de acordo com o que vivenciam no início do processo de socialização. Entretanto, mudanças de cunho moral e/ou social podem encorajá-las a seguir os seus próprios desejos, na medida em que estas alterações têm contribuído para a diminuição de preconceitos e estigmas. Assim, a preferência por uma vida sem filho torna-se, gradualmente, um comportamento mais aceitável. Como exposto por Ryder (1979, *apud* TANTURRI e MENCARINI, 2008, p.56), o surgimento de um novo conjunto de normas sociais tende a transformar a maternidade num evento de natureza preferencial, isto é, não mais obrigatório. *Childlessness* passa a ser, portanto, uma das possíveis opções de escolha.

Como visto, as duas abordagens apresentadas são pautadas por questões culturais e valores pós-materialistas nesse esforço de entender o comportamento reprodutivo feminino, e, por consequência, refletir sobre possíveis razões das mulheres não terem filhos. Individualismo, secularização e autorrealização demonstraram que as pessoas podem avaliar, mais livremente, as diferentes escolhas e os distintos caminhos a seguir em suas vidas. É diante desse contexto que a ausência de filhos ganha notoriedade.

As duas próximas abordagens expostas utilizam-se de perspectivas econômicas na busca do mesmo intento. A primeira delas, proposta por Gary Becker (1960), é denominada por *Teoria da Escolha Racional*, e presume que os casais tendem a considerar renda e preferências pessoais na decisão de ter mais ou menos filhos, de modo que acabam ponderando custos e benefícios numa decisão racional final.

Apesar de, segundo o paradigma econômico, fecundidade e renda estarem positivamente associados, segundo o que propõe a *Teoria da Escolha Racional*, os casais tendem a investir na qualidade e não na quantidade, o que acarreta um menor número de filhos num contexto em que os custos na criação desses são crescentes. Becker (1960) assume que ambos qualidade e quantidade possuem elasticidade positiva com a renda. Entretanto, ao passo que renda tende a aumentar com o desenvolvimento econômico, a demanda por qualidade passa a ser mais elástica e a aumentar com maior velocidade. Esse contexto leva a um aumento do preço da criança suficiente para a redução no número de filhos (BECKER, 1960; LEE, 2015).

Além do *trade-off* quantidade-qualidade, a Teoria da Escolha Racional discute os custos de oportunidade nas decisões de se ter filho ao descrever que o aumento dos salários das mulheres possui o efeito de elevar os custos de uma criança, e por consequência, produzir queda na fecundidade. Tendo em vista que os avanços tecnológicos foram mais acelerados no mercado de trabalho do que no domicílio, o custo do tempo e esforço dispensados aos filhos aumentaram, o que acarretou numa redução dos níveis de fecundidade (BECKER, 1960; LEE, 2015). Vale ressaltar que essa linha de raciocínio tende a se encaixar ainda melhor entre as mulheres com maior nível de escolaridade, as quais escolhem ter menos filhos, pois os custos de renunciar oportunidades na carreira e no mercado de trabalho são mais elevados. Assim, a ausência de filhos pode ser uma provável consequência dos crescentes custos econômicos de uma criança que acabam por superar os benefícios de outras naturezas que não a econômica (TANTURRI *et al*, 2015).

Segundo Agrillo e Nelini (2008), durante os últimos 40 anos, mudanças de natureza econômica e social elevaram os custos e reduziram o interesse por filhos, especialmente no contexto das mulheres, as quais necessitam suportar o impacto e os custos de oportunidade da maternidade. Estes provocam a necessidade de escolha por parte das mulheres, as quais precisam, em muitas ocasiões, escolher entre emprego/seguridade financeira e reprodução.

A *Teoria da Incerteza* corresponde à segunda abordagem com perspectiva econômica citada, e, entende que os tomadores de decisão, neste caso, os casais, adotam uma postura de minimização ou completa aversão aos riscos quando o contexto econômico, social e/ou pessoal é incerto. Sendo o debate acerca de se ter ou não filho, isso se torna ainda mais delicado, tendo em vista ser esta uma decisão que não há qualquer tipo de retorno ou reparação (SIMPSON, 2007; TANTURRI *et al*, 2015). Nesse sentido, é possível destacar

três variações de incerteza que podem afetar as decisões dos casais. A primeira delas, e talvez, mais recorrente em vários setores, é a econômica. Os tomadores de decisão podem entender que se encontram em determinada situação em que seus ganhos de renda não são suficientes para o sustento de uma criança, ou mesmo, não possuem condições de proverem o que pensam ser o mínimo necessário. Pode ser o caso de casais jovens que passam a adiar não só a paternidade, como também o casamento, por exemplo. A incerteza temporal, por outro lado, é centrada mais na impossibilidade de se engajar em algo tão complexo e duradouro como ter uma criança, pelo fato de no momento presente não haver completa estabilidade ou convicção de que o panorama seguirá o mesmo. Um bom exemplo disso é a realização de contratos de trabalho temporários. Por fim, o terceiro tipo de incerteza, o qual guarda estreita relação com o primeiro, entende que, quando as condições de emprego são um tanto quanto precárias, há a possibilidade de impedimento da paternidade.

Ainda que não se trate de uma incerteza de cunho econômico, vale a menção da fragilidade das relações como uma possível restrição estrutural que afete a ausência de filhos (TANTURRI e MENCARINI, 2008). Segundo Lutz (2007), há uma tendência de declínio da estabilidade entre os relacionamentos (uniões formais e consensuais) ao longo do tempo. Tendo em vista a associação entre nascimentos e uniões, a incerteza e instabilidade das relações podem afetar os nascimentos, influenciando, por conseguinte, a proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filhos.

Dentre outras abordagens, as perspectivas de gênero são de extrema relevância no debate acerca de explicações da fecundidade baixa e da consequente ligação desta com as mulheres sem filho. Destaque para a *Teoria de Equidade de Gênero* de McDonald (2000), a qual propõe que os níveis muito baixos de fecundidade são produto de um *gap* (defasagem) entre o surgimento de igualdade de gênero a nível do indivíduo e a mesma equidade nas instituições de ordem familiar.

As instituições que mais evoluíram estão nas áreas de educação e mercado de trabalho. E, como colocado, no que tange à discussão de equidade de gênero, esses avanços acabaram provocando melhorias para as mulheres apenas de forma individual, porém, no domicílio, a discrepância ainda permaneceu grande. Se são oferecidas as oportunidades para as mulheres, em níveis equivalentes às dos homens, nas áreas de educação e emprego, mas, estas oportunidades são afetadas pela presença dos filhos, então as mulheres reduzirão o número de filhos que terão, a ponto de deixar a fecundidade num nível bastante baixo (McDONALD,

2000). Segundo Silva e Smart (1999, *apud* TANTURRI *et al.* 2015 p. 20), a tendência é que especialmente as mais escolarizadas passem a reconsiderar a maternidade, uma vez que o peso seria triplo: trabalho, afazeres da casa e a criação do filho.

Como apresentado ao longo desta seção, variadas e distintas tendências sociais, econômicas, ideacionais e culturais, contribuem para o aumento das proporções de mulheres sem filho. Tendo em vista a ausência de um arcabouço teórico direcionado exclusivamente à discussão do tema, fez-se necessário, primeiramente, a exposição de fatores e elementos presentes no contexto de *childlessness*, os quais possuem capacidade explicativa desse fenômeno. Posteriormente, foram discutidas abordagens teóricas que também auxiliam explicar a ausência de filhos, ainda que não tivessem sido concebidas exclusivamente para tal.

Portanto, este subcapítulo foca em apresentar, conjuntamente, estes elementos e teorias, com o propósito de fornecer uma breve revisão das questões mais relevantes inseridas no contexto da ausência de filhos. Para concluir, o Quadro 1 a seguir resume a discussão.

**Quadro 1 – Resumo dos Fatores, Elementos e Abordagens Teóricas que explicam a ausência de filhos**

<b>Fatores e Elementos</b>	Maior disponibilidade de métodos contraceptivos (+ aborto)
	Maior participação das mulheres no mercado de trabalho
	Adiamento da maternidade
	Ausência de parceiro
	Acesso aos recursos materiais
	Melhorias nos níveis de educação
	Instabilidade e estagnação econômica
	Interrupção e instabilidade das relações
	Problemas de fertilidade
<b>Abordagens Teóricas</b>	Segunda Transição Demográfica
	Teoria da Preferência
	Teoria da Escolha Racional
	Teoria da Incerteza
	Teoria de Equidade de Gênero

Fonte: Elaboração própria com base na literatura revista em 2.2.

### 2.3 Principais Variáveis Explicativas

O presente subcapítulo possui como intento a descrição da relação existente entre ausência de filhos e importantes variáveis que, de alguma forma, explicam o fenômeno. Primeiramente, são apresentadas as principais evidências encontradas na literatura. Num segundo momento, foca-se na exposição específica dos resultados obtidos por Hayford (2013) e Reher e Requena (2018), estudos que embasam este trabalho, conforme colocado na Introdução. Destacar previamente estes resultados é importante na medida em que a parte final desta dissertação propõe uma análise comparativa com os seus próprios achados.

No que tange à variável raça/cor, Frejka (2017) encontra uma inversão da associação nos Estados Unidos. Coortes de nascimento selecionadas entre 1883 e 1942 indicam ausência de filhos maior entre as pretas. Esta relação atinge seu pico entre as coortes de 1924 e 1925, quando as pretas apresentaram uma chance 2,4 vezes maior de permanecerem sem filhos. Entretanto, nas gerações de mulheres nascidas após 1940, a ausência de filhos é mais propensa entre as brancas. Entende-se que as condições de vidas das americanas de raça preta no início do século XX eram bem piores se comparadas às brancas. Este cenário marcado por segregação e discriminação racial é descrito, portanto, como uma possível explicação do fato de as pretas exibirem maior associação com a ausência de filhos.

Veevers (1979) também discute, para os Estados Unidos, uma histórica prevalência de *childlessness* entre as pretas. Apesar de a fecundidade destas superar a das mulheres brancas, o zero filho é paradoxalmente alto. E, da mesma forma que expõe Frejka (2017), mostra que entre as coortes mais recentes, as brancas passam a apresentar maior associação com o fenômeno. Ressalta, portanto, que a convergência das taxas de ausência de filhos entre esses dois grupos pode ser considerada um reflexo da crescente integração das pretas na sociedade americana. Para o contexto brasileiro, Alves e Cavenaghi (2013) também encontram que a ausência de filhos está mais associada a ser preta nas coortes que nasceram após 1960. As razões por trás desse padrão devem ir além das preferências dessas mulheres, uma vez que elas possuem menor chance de estarem unidas, isto é, boa parte da ausência de filhos entre as pretas tende a ser involuntária (ALVES e CAVENAGHI, 2013).

Tratando da variável religião, Coenen-Huther (2005, *apud* BURKIMSHER e ZEMAN, 2017, p. 123) discute a associação de diferentes visões acerca da maternidade com aspectos relacionados à religiosidade na Suíça. Foi encontrado que os indivíduos sem qualquer

conexão com alguma religião possuem menor propensão a acreditar que a maternidade/paternidade oferece benefícios, alegria e/ou satisfação ao longo da vida. De forma similar, as pessoas que não possuem o hábito de frequentar eventos ou utilizar de serviços religiosos possuem menor chance de visualizar os filhos como uma continuidade de suas vidas após a morte.

Adiante, a relação entre ausência de filhos e educação será explorada com profundidade, mas, vale destacar que, para o contexto de alguns países europeus, declarar não ter religião alguma está intimamente associado à um nível de escolaridade mais alto (BURKIMSHER, ZEMAN, 2017). Tendo em vista que os grupos mais escolarizados possuem maior propensão a não vivenciarem o nascimento de um filho, é interessante apresentar esta relação “tripla” entre as variáveis.

Tanturri e Mencarini (2008) encontram padrão semelhante ao discutido. Para as autoras, religião sempre foi uma variável importante no contexto reprodutivo italiano. Tanto a baixa fecundidade como a ausência de filhos possuem maior chance de ocorrer entre as mulheres que não apresentam forte crença religiosa. Veevers (1979) também reporta a associação entre as variáveis. Para ele, a distinção mais importante não parece ser entre os tipos de religião existentes, mas, entre dois grandes grupos: os que possuem e os que não possuem crença religiosa. As evidências apontam, portanto, para a maior propensão da ausência de filhos naquele que reporta não ter nenhuma religião.

Quanto à localização geográfica que contrapõe zonas urbana e rural, grande parte dos estudos indica que a ausência de filhos prevalece na primeira dessas áreas. Além disso, quanto maior a densidade populacional nos espaços urbanos, maior a chance de uma mulher não ter filho. A discussão acerca desta variável ainda expõe que a propensão de *childlessness* na zona urbana pode estar, de certa maneira, inflada devido à migração seletiva das pessoas que residiam anteriormente nas áreas rurais e procuram por ambientes com maiores níveis de tolerância (VEEVERS, 1979). Bloom e Pebley (1982) apresentam algumas possíveis explicações para a maior associação da ausência de filhos com as áreas urbanas. De maneira geral, as pessoas que residem em espaços rurais são orientadas, em maior medida, à valores familiares tradicionais. As comunidades são menores, os laços familiares mais estreitos, e o vínculo com a igreja mais profundo. Outro possível incentivo dessa conjuntura são as reduzidas oportunidades de trabalho fora do ambiente domiciliar. De forma inversa, residir na zona urbana possibilita a adoção de práticas individualistas e menos tradicionalistas.

Para o Brasil, Alves e Cavenaghi (2013) mostram uma tendência distinta ao exposto pela literatura internacional. Entre as mulheres nascidas na coorte de 1961-1965, aquelas que moram nas áreas rurais possuem uma chance 16% maior de não terem filhos se comparadas às que residem nos espaços urbanos. Apresentam ainda a associação da ausência de filhos com outro critério geográfico, isto é, por região do país. Encontram nesse sentido que o Sudeste é o local onde este grupo de mulheres possui a maior chance de não experimentar a maternidade, seguido do Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Historicamente, a relação entre educação e ausência de filhos é uma das que mais interessa os estudos acerca do tema (NEYER, HOEM & ANDERSSON, 2017). É demonstrado frequentemente que *childlessness* está positivamente associada com o nível educacional de uma mulher (KREYENFELD, KONIETZKA, 2017), e, as principais explicações geralmente se concentram a nível do indivíduo. Conforme exposto na seção 2.2, Becker (1960) e a Teoria da Escolha Racional defendem que os custos de oportunidade são mais elevados para aquelas detentoras de maior educação, isto é, mulheres mais instruídas perdem ou deixam de ganhar mais renda ao terem filhos, se comparadas às de menor instrução. Por isso, segundo este pensamento, espera-se que o aumento no nível de educação esteja associado a ausência de filhos. Há também o raciocínio de que as mulheres se tornam mais independentes econômica e pessoalmente na medida em que dedicam maior parcela do tempo à educação (OPPENHEIMER, 1994). Nesse sentido, as mulheres seriam menos propensas a se unirem. Conforme será visto ainda neste subcapítulo, a situação conjugal ainda é a variável de maior associação com *childlessness*. Outra possível explicação decorre do que apresenta Lesthaeghe (2010) através da Segunda Transição Demográfica, também discutida em 2.2. Tendo em vista alterações culturais, normativas e expansão de diferentes estilos de vida, a opção pela não maternidade passa a ganhar espaço entre as mulheres. Uma quarta explicação advém do adiamento. Dispensar maior tempo à educação significa, quase sempre, postergação da maternidade. E, fertilidade é inversamente proporcional à idade da mulher, o que, conseqüentemente, reduz as chances de reprodução (KRAVDAL, 2001).

Präg *et al.* (2016) relaciona ausência de filhos não só ao nível de escolaridade como a participação feminina no mercado de trabalho europeu. A expansão da educação é acompanhada de crescentes proporções de mulheres trabalhando, o que provoca o aumento dos níveis de ausência de filhos. Via de regra, observa-se um gradiente educacional positivo, isto é, mulheres mais instruídas com maior propensão à não vivenciarem a maternidade.

Porém, existem exceções. Alguns países, como a Finlândia, por exemplo, registraram inversão no gradiente educacional entre algumas coortes de nascimentos mais jovens, ou seja, o grupo de mulheres mais educadas apresenta menor chance de não ter filho. Uma hipótese que tenta explicar essas exceções entende que as mulheres mais escolarizadas, em alguns contextos, são mais propensas a iniciar o processo de formação de família mais cedo na vida (PRÄG *et al.* 2016).

Esteve e Florez-Paredes (2018) reforçam a ideia de que, por meio da educação, os ideais, as expectativas e os custos de oportunidade das mulheres podem se transformar, o que acarreta diminuição no desejo por grandes famílias e aumento do interesse por uma vida sem filhos. Segundo os autores (2018), a educação reduz não só o *quantum*, como adia o *tempo*, o qual, por sua vez, afeta diretamente os níveis de *childlessness*. Ressaltam ainda a importância do conhecimento adequado de métodos contraceptivos para a não ocorrência da maternidade. Bloom e Pebley (1982) além de destacarem esse acesso à contracepção, enfatizam outros mecanismos que podem explicar a relação entre as variáveis. Um deles é o efeito de seleção. Isto é, mulheres que dão pouca importância à maternidade são auto selecionadas num processo de busca por níveis de escolaridade mais elevados. Outro discute que a educação secular possui o poder de neutralizar ou contrabalancear a força imposta pelos valores da religião, demonstrando, mais uma vez, aquela relação “tripla” citada anteriormente entre essas variáveis.

Como já vem sendo destacado ao longo desta dissertação, a variável de situação conjugal, em muitos casos, é a que apresenta associação mais forte com ausência de filhos. Marika e Eva (2017) ressaltam que além da educação, o status da relação é um fator de grande influência nos níveis de ausência de filhos de diversos países europeus. Nascimentos ocorrem também fora de relações residenciais, mas, uma parceria estável geralmente precede a maternidade. Portanto, não estar unida, nunca ter se unido e/ou ser divorciada são importantes situações que podem provocar altos níveis de *childlessness*. Discutem ainda que apesar de o casamento apresentar maior recorrência da maternidade, coabitações também são espaços que condicionam a gravidez.

Keizer, Dykstra, and Jansen (2008) indicam que mulheres europeias que nunca tiveram um parceiro estável possuem maior chance de permanecerem sem filhos se comparadas àquelas que já experimentaram uma relação dessa natureza. Apesar disso, a associação entre união (principalmente via casamento formal) e ausência de filhos parece perder força ao longo das

últimas décadas. A maternidade não conjugal aumenta em decorrência do maior número de anos que os jovens passam solteiros e do aumento de nascimentos ocorridos entre os não unidos. (US CENSUS BUREAU, 2004). Apesar de a maioria das concepções ocorrerem dentro de uniões, esse número crescente de filhos entre mulheres solteiras parece sugerir que a ausência de parceiro não mais é um impedimento tão grande à maternidade.

Portanti e Withworth (2009) também encontram resultados indicando que mulheres solteiras inglesas e galesas são mais propensas a ter zero filho. Já Miettinen *et al.* (2015), ao analisarem dados de diferentes países europeus, reforçam a importância do status conjugal para explicar *childlessness* ao considerá-lo mais relevante do que variáveis como educação e status social. Rotkirch e Miettinen (2017) não apenas associam a ausência de filhos a ausência de um parceiro, como também analisam subgrupos educacionais com dados de registro civil e de um *survey* realizado na Finlândia em 2008. Primeiramente, entre os homens solteiros, mais de 90% não tinham filhos em todos os conjuntos educacionais. Já entre a população masculina com cônjuge, as proporções de ausência de filhos variaram de 11 a 17% em diferentes grupos educacionais e foram mais comuns entre aqueles com menor nível de escolaridade. Entre as mulheres solteiras, as proporções variaram de 79% entre aquelas com nível médio para cerca de 85% entre aquelas com baixa ou alta escolaridade. Das mulheres que já coabitaram ou foram casadas, aquelas com educação média tiveram as proporções mais baixas de indivíduos sem filhos, enquanto as mulheres com baixa ou alta escolaridade tiveram níveis similares.

Outras variáveis possuem certa associação com ausência de filhos, porém, aparecem com menor frequência na literatura. A família de origem é um exemplo. Filhas únicas possuem maior chance de não se tornarem mães se comparadas a mulheres que tiveram irmãos. Conforme expõe Präg *et al.* (2016), a relação encontrada entre essas variáveis pode ter consequências preocupantes no futuro. Persistindo esse mecanismo, é possível projetar um intenso aumento na ausência de filhos, tendo em vista que, na média, as jovens mulheres são provenientes de famílias menores quando comparadas às coortes anteriores. Os autores (2016) ainda ao discutirem possíveis determinantes de *childlessness*, mostraram que mulheres da Europa Ocidental com idades entre 30 e 39 anos que possuem doenças crônicas possuem maior chance de não vivenciarem a maternidade. Há duas hipóteses que tentam explicar essa relação. A primeira delas diz que as mulheres preferem passar pela gravidez

quando estão saudáveis, e a segunda entende que doenças crônicas podem inibir a concepção ou o desejo por um filho.

Outro exemplo é a renda domiciliar. Bloom e Pebley (1982) constataam um intenso efeito positivo desta variável na ausência de filhos, já Hakim (2005) um modesto impacto, revelando, portanto, a dupla relação que essa variável pode assumir. Gonzáles e Jurado-Guerrero (2006) discutem o contexto no qual mulheres inseridas no modelo *male-breadwinner* (apenas o homem empregado gerador de renda) possuem menor chance de permanecerem sem filhos se comparadas às que recebem algum tipo de salário. Contudo, também encontram evidências contrárias, isto é, maior propensão de mulheres com alta renda terem filhos.

Expostas as discussões acerca da forma com que a ausência de filhos se associa a importantes variáveis explicativas, este subcapítulo tem prosseguimento com a apresentação dos resultados encontrados por Hayford (2013) e Reher e Requena (2018). O primeiro destes estudos trabalha com *surveys* realizados nos Estados Unidos nos anos de 1995, 1998, 2004 e 2008. A análise se limita a mulheres sem filho pertencentes a intervalos etários superiores aos 40 anos<sup>10</sup>, as quais foram agrupadas em sete diferentes coortes de nascimento. Os resultados descritivos mostram primeiramente que a proporção de mulheres sem filho cresce de 10,7% na primeira coorte (1931-1939) para quase 20% entre aquelas nascidas no intervalo de 1960-1964. Entretanto, a geração de nascimento subsequente (1965-1968) apresenta uma queda nesse percentual. No que tange à raça/etnicidade, as cinco primeiras coortes mostram que a ausência de filhos prevalece entre as brancas não-hispânicas, porém, as pretas não-hispânicas são aquelas mais propensas a não serem mães nas duas coortes mais jovens. Em relação ao que Hayford (2013) denomina como status marital, percebe-se maior prevalência do evento entre as nunca casadas em qualquer das coortes analisadas, apesar desta propensão parecer perder força ao longo dos anos. Analisando educação, a ausência de filhos é mais prevalente entre as mulheres com ensino superior (ou nível acima) em todas as coortes.

Hayford (2013) discute também os resultados de regressões logísticas binárias, nas quais cada uma das variáveis é controlada pelas demais. Os modelos completos são rodados para as coortes de nascimento de 1931-1939, 1955-1959 e 1965-1968. Quanto à variável de

---

<sup>10</sup> Em 2.4 e 3.1 é explicado porque a ausência de filhos dessas mulheres com mais de 40 anos é considerada permanente.

raça/etnicidade, não são encontradas diferenças estatisticamente significativas na primeira coorte, porém, entre 1955-1959 as brancas não-hispânicas apresentam maior chance de terminarem o período reprodutivo sem filhos se comparadas às hispânicas e pretas. Na coorte de 1965-1968, as mulheres hispânicas possuem uma associação com a ausência de filhos levemente maior do que as brancas. Estas, por sua vez, possuem maior chance de zero filho que as pretas. No tocante ao status marital, apesar de a propensão pela ausência de filhos cair com o passar dos anos, esta ainda permanece forte e em favor das nunca casadas. Já as mulheres com superior completo (ou nível acima) possuem a maior chance de não terem filhos em qualquer uma das coortes analisadas, seguidas por aquelas com educação superior incompleta.

Como será visto à frente no capítulo 3 de Metodologia, a análise de decomposição pode calcular qual foi o montante da mudança total na ausência de filhos que é atribuível a mudanças de composição e o montante devido a mudanças no coeficiente (comportamento reprodutivo) de cada variável. As alterações entre as sete coortes produzidas por Hayford (2013) foram divididas em dois períodos: entre 1931-1939 e 1955-1959, quando os níveis de ausência de filhos aumentaram; e, entre 1955-1959 e 1965-1968, quando as proporções declinaram. Em ambos os períodos, a maior proporção de mudança é atribuível ao intercepto. Segundo Hayford (2013), esse tipo de alteração pode ser pensada como uma mudança secular experimentada em toda a população. Ou seja, a maior parte do aumento da ausência de filhos ocorreu devido a mudanças na população como um todo, e não em decorrência de um comportamento específico de determinado segmento populacional.

De maneira mais específica, as mudanças relacionadas à raça/etnicidade teriam produzido um declínio geral na ausência de filhos no primeiro período, se outras mudanças não tivessem ocorrido. Essas alterações são, em sua maioria, atribuíveis às variações no comportamento reprodutivo, ao invés de resultantes das variações na composição racial/étnica da população. No segundo período ocorre o contrário, isto é, aumento geral dos níveis de *childlessness*. Porém, quanto aos componentes, permanece a mesma situação, ou seja, as mudanças seriam atribuídas em maior medida às variações no comportamento reprodutivo.

O número crescente de mulheres com ensino superior completo, juntamente com o aumento da associação da educação superior com *childlessness*, explicou boa parte do aumento geral da ausência de filhos entre as coortes de 1931-1939 a 1955-1959. Essa mudança foi revertida

no segundo período de 1955-1959 a 1965-1968, quando os resultados da decomposição mostram que variações no recebimento do grau de bacharel produziram uma diminuição na ausência de filhos.

Em ambos os períodos, declínios contínuos na proporção de mulheres casadas teriam produzido aumentos substanciais na ausência de filhos, se outras mudanças não tivessem ocorrido. As mudanças nas taxas de casamento explicam a maior proporção do aumento na ausência de filhos ao longo da segunda metade do século XX, entretanto, aumentos na fecundidade não conjugal compensaram, até certo ponto, este aumento em *childlessness*.

Os principais resultados de Hayford (2013) mostram, portanto, que o aumento na proporção de mulheres solteiras foi o fator que mais contribuiu para o crescimento da ausência de filhos no século XX dos Estados Unidos, embora esse crescimento fosse compensado pelo aumento da maternidade entre estas mesmas mulheres solteiras. A proporção crescente de mulheres com um diploma universitário também explicou uma quantidade substancial do aumento das proporções de mulheres sem filhos.

O estudo de Reher e Requena (2018) utiliza dos microdados do censo espanhol, e, de maneira similar à Hayford (2013), agrupa as mulheres sem filho (com idades superiores a 42 anos) em dez diferentes coortes que vão desde 1920-1924 a 1965-1969. Os resultados descritivos mostram primeiramente que a proporção de mulheres sem filho cai entre as seis primeiras coortes. O nível sai de 19,1% na mais antiga para 14%. Depois disso, volta a crescer entre as quatro últimas, chegando a um percentual de 20,1% na coorte mais jovem. Analisando a variável de status marital<sup>11</sup>, percebe-se que a ausência de filhos é mais prevalente entre as nunca casadas em qualquer uma das coortes. Interessante observar que entre as quatro coortes mais jovens o percentual de mulheres já casadas sem filho apresenta tendência de crescimento. É possível também verificar uma forte associação positiva entre educação e *childlessness*, sendo que o evento prevalece, em maior medida, entre as mulheres com maior nível educacional. Da sexta coorte em diante (após 1945), entretanto, os níveis de ausência de filhos de mulheres com menor escolaridade crescem de maneira substantiva, ao passo que entre as mais escolarizadas esse aumento não é tão grande. Assim, na coorte mais jovem, o

---

<sup>11</sup> Como os próprios autores Reher e Requena (2018) expõem, a robustez dos seus resultados é limitada pelo fato de os dados utilizados não incluírem coabitação. Portanto, a variável de status marital inclui apenas casamento formal.

*gap* proporcional da ausência de filhos entre as mulheres com níveis médio e baixo praticamente não mais existe. Por fim, no que tange às três outras variáveis de controle, observa-se o seguinte cenário: para a variável de divisão rural-urbana, a ausência de filhos prevalece nas grandes cidades; para a variável de regiões, não há um padrão fortemente delimitado, isto é, a propensão pelo zero filho varia entre as coortes; e, para a variável de status migratório, apenas as duas coortes mais jovens (1960-1964 e 1965-1969) mostram uma maior associação de *childlessness* com os nativos. Nas demais, a prevalência está entre as mulheres migrantes.

A investigação de Reher e Requena (2018) segue com os resultados de regressões logísticas binárias rodadas para cada uma das coortes de nascimento. Assim como realizado pela análise descritiva, os modelos completos construídos possuem o objetivo principal de discutir status marital e educação. Para a primeira dessas variáveis, vê-se que a chance de uma mulher nunca casada permanecer sem filho aumenta entre a primeira e a quinta coorte (1920-1924 a 1940-1944). Contudo, da quinta à décima coorte, percebe-se declínio na chance dessas mulheres não terem filhos se comparadas àquelas que alguma vez se casaram. Há, portanto, uma reversão na tendência muito bem demarcada no meio do período analisado.

Em relação à educação, viu-se na análise descritiva que quanto maior o nível educacional, maior o nível de ausência de filhos. Quando as demais variáveis são controladas através dos modelos logísticos, percebe-se em qualquer uma das coortes, uma maior chance de zero filho entre as mulheres com maior grau de educação. Também de maneira similar ao que ocorre nos resultados descritivos, os coeficientes das regressões mostram que o efeito da educação sobre a ausência de filhos cai substancialmente ao longo das coortes.

Quanto à divisão rural-urbana, de forma contrária ao que se viu na análise descritiva, as mulheres residentes nos espaços rurais são as que apresentam maior chance de zero filho. Esse padrão ocorre para oito das dez coortes. Apenas nas duas gerações mais jovens de mulheres, os coeficientes são maiores para as mulheres residentes nas grandes cidades. De forma similar ao que se viu nos resultados descritivos, não existe um padrão bem demarcado para a variável de controle que utiliza regiões espanholas. No que diz respeito à variável de status migratório, com exceção da coorte mais antiga (1920-1924), a chance de não ter filho é sempre maior entre as nativas.

Assim como em Hayford (2013), Reher e Requena (2018) dividem a análise de decomposição em dois períodos. O primeiro exibe queda na proporção de mulheres sem filho e vai de 1920-1924 a 1950-1954. O segundo mostra crescimento dos níveis de *childlessness* e compreende os anos entre 1950-1954 e 1965-1969. Os resultados apontam para a existência de dois padrões de mudanças distintos. Entre as coortes nascidas no intervalo de 1920-1954, a redução dos níveis de ausência de filhos foi resultante majoritariamente dos efeitos de taxa, isto é, decorrentes de alterações no comportamento reprodutivo das mulheres sem filho. Mudanças na composição populacional também contribuíram para a queda nos níveis de *childlessness*, porém, em uma escala menor. Variações tanto de composição como de taxa das mulheres nunca casadas contribuíram para o declínio da ausência de filhos, isto é, na mesma direção da tendência geral. Entretanto, um aumento de composição da população formada por mulheres mais educadas contribuiu para o aumento dos níveis de *childlessness*, embora não a ponto de compensar a tendência de decréscimo geral.

O padrão de crescimento das proporções de mulheres sem filhos entre 1950-1954 e 1965-1969 é dominado por efeitos de composição, de forma contrária ao primeiro período decomposto. As crescentes proporções de mulheres não casadas são as que mais contribuem para o aumento dos níveis de *childlessness*. O aumento do número de mulheres com ensino superior também é responsável por boa parcela do crescimento observado. Os efeitos de taxa, isto é, as mudanças de comportamento reprodutivo também contribuem para o aumento da ausência de filhos, porém, a uma magnitude bem menor. Interessante ainda notar que se mudanças de composição na variável de status marital não tivessem ocorrido, as mudanças de comportamento reprodutivo agiriam no sentido de diminuir as proporções de mulheres sem filho.

#### **2.4 Os Diferentes Conceitos e Caracterizações de *Childlessness***

De uma maneira ampla, a ausência de filhos é caracterizada na literatura como um não-evento que inclui uma variedade de situações e pode surgir diante de diferentes contextos (HOUSEKNECHT, 1987), como descrito na seção 2.2. Portanti e Whitworth (2009) a

definem através de uma perspectiva unicamente biológica, isto é, excluem as mulheres<sup>12</sup> que de alguma forma atuaram como mães de, por exemplo, filhos adotivos e enteados. É também sob esse ponto de vista de reprodução que este estudo se fundamenta, isto é, trata apenas das mulheres que não se tornaram mães biológicas.

Uma primeira diferenciação importante envolve a questão temporal. Segundo esta perspectiva, a ausência de filhos pode ser dividida em temporária ou permanente. A primeira se concretiza num status momentâneo e reversível, quase sempre decorrente do adiamento da maternidade; ao passo que a segunda significa que o período reprodutivo já terminou, não havendo mais a possibilidade de experimentar a maternidade (BLOOM e PEBLEY, 1982)<sup>13</sup>. Agrillo e Nelini (2008) reforçam que diferenciar esse fenômeno segundo a perspectiva temporal é importante para se ter uma noção mais clara da situação da população estudada. Incluir mulheres jovens numa análise que visa medir a ausência irreversível, ainda que este grupo tenha reportado o não desejo por filho, é bastante problemático, uma vez que a trajetória de vida dessas mulheres pode levá-las a mudar suas preferências e seus interesses em direção à maternidade.

Expostos o conceito amplo e a distinção de cunho temporal de *childlessness*, este subcapítulo passa a enfatizar as caracterizações mais recorrentes na literatura: a ausência de filhos voluntária e involuntária. Veevers (1979), um dos primeiros autores a discutir as diferenças entre esses conceitos, considera que mulheres sem filho por questões involuntárias se encaixariam em situações de esterilidade, ao passo que o zero filho voluntário é decorrente da prática do controle da fecundidade através de métodos contraceptivos. Neste segundo caso, a mulher decide, deliberadamente, renunciar à maternidade, decisão que permanece mantida ao longo de toda a vida. O autor (1979) ainda sugere que as mulheres que não possuem filhos voluntariamente tendem a pertencer a um grupo mais independente, com atitudes e valores distintos das demais. Waren e Pals (2013) conceituam a voluntariedade de maneira parecida, isto é, uma pessoa biologicamente capaz que opta por não ter filhos.

Assim como caracterizado por Veevers (1979), outros autores definem a ausência de filhos involuntária estritamente como uma incapacidade fisiológica (infecundidade), ao passo que

---

<sup>12</sup> Conforme descrito na seção 3.1, o desenvolvimento deste trabalho foca apenas nas mulheres, por isso a revisão da literatura também destaca o sexo feminino em suas passagens.

<sup>13</sup> Este estudo analisa apenas a ausência de filhos de caráter permanente, conforme descrito na seção 3.1 que descreve a base de dados e o recorte etário utilizado.

cabe a voluntária cobrir as demais possibilidades associadas à decisão racional consciente de nunca ter filhos (CARMICHAEL e WHITTAKER, 2007; PARK 2005; HAKIM, 2003, *apud* ANNELI e SZALMA, 2014, p.33). Diferente das definições acerca da ausência involuntária expostas até aqui, o *National Survey of Family Growth* (pesquisa que reúne informações sobre casamento, uso contraceptivo, infertilidade e gravidez) propõe uma caracterização mais ampla, não se restringindo apenas à esterilidade, mas, inserindo outras possíveis situações, como: dificuldade em encontrar parceiro adequado para dividir a maternidade; conselho médico para não engravidar em decorrência de possível situação médica perigosa à mulher ou ao próprio bebê; e mulheres casadas ou unidas consensualmente com pelo menos três anos de relações sexuais desprotegidas e ininterruptas que nunca engravidaram. A ausência de filhos voluntária, segundo essa pesquisa, se define como um contexto no qual mulheres férteis não possuem qualquer expectativa em ter filhos (ABMA e MARTINEZ, 2006).

Waren e Pals (2013) também não se limitam à esterilidade ao definirem a ausência involuntária, relatando que outras circunstâncias presentes ao longo da trajetória da vida também podem gerar essa situação específica. Bloom e Pebley (1982) detalham quais poderiam ser essas circunstâncias. Para eles, a involuntariedade incluiria todos os indivíduos incapazes fisicamente de ter filhos, além daqueles que são forçados por situações outras, nas quais não se é possível ter o controle. Estas incluem obstáculos financeiros, a própria dificuldade em se encontrar um parceiro que compartilhe dos mesmos ideais de família, a necessidade de alocar tempo e recursos no cuidado dos filhos, além de outras responsabilidades, como a contínua pressão no trabalho e na carreira profissional.

Ocorre que a aparente simples diferenciação entre voluntárias e involuntárias apresenta grande dose de complexidade (ROWLAND, 1998; MIETTINEN *et al.* 2015), a qual pode ser evidenciada por algumas situações. A primeira delas trata de um cenário no qual mulheres adiam a gravidez a tal ponto em que esta deixa de ser possível devido a impedimentos de fertilidade (*permanent postponers*). Neste caso, um comportamento originalmente voluntário pode acabar se tornando involuntário (BERRINGTON, 2004; ROWLAND, 1998). Seguindo esse raciocínio, Marika e Eva (2017) argumentam que a ausência de filhos raramente é definida no início do período reprodutivo, mas, decorre de sucessivas decisões de adiamento, o que, pode resultar, ao final, em parturição nula, sendo esta não necessariamente uma consequência da preferência da mulher ou do casal.

Outro contexto que revela essa complexidade ocorre quando o limite entre escolha e restrição não é claro. Por exemplo, a incapacidade de entrar numa união pode depender da escolha, isto é, as mulheres apresentarem pouca propensão para a vida familiar; ou pode depender das circunstâncias, isto é, a incapacidade de encontrar um parceiro adequado (TANTURRI e MENCARINI 2008). Tendo em vista que estar ou não unido ainda é um fator de extrema relevância e forte associação com a ausência de filhos (TANTURRI e MENCARINI 2008; TANTURRI *et al*, 2015; ALVES e CAVENAGUI, 2013), esta discussão ganha ainda mais importância.

Uma terceira situação de difícil definição de *childlessness* ocorre quando determinada mulher não é fértil e, ao mesmo tempo, não possui o desejo em ter filho. Se por um lado a esterilidade pode definir a ausência de filho como involuntária, a sua própria preferência indica caráter voluntário (McALLISTER, CLARKE, 2000).

Carmichael e Whittaker (2007) discutem ainda um quarto cenário. Este é descrito por um casal, no qual um dos pares é infértil ou escolheu não ter filho. De alguma maneira, essa impossibilidade ou falta de vontade irá impactar o respectivo parceiro (a), tendo em vista que essa situação não foi ele ou ela quem escolheu. Portanto, torna-se difícil caracterizar a ausência de filhos desse segundo indivíduo da relação. Essa é uma importante questão. O nascimento de uma criança é um evento que necessariamente requer duas pessoas de sexos opostos. Sendo assim, num contexto de união, as escolhas e preferências de um indivíduo podem impactar direta ou indiretamente as do seu parceiro (a). Conseqüentemente, é possível que ocorram mudanças ao longo da trajetória de vida do casal, como, por exemplo, uma das partes convencer a outra a não ter filho, o que, em última instância, acarreta num cenário de *childlessness* voluntário para ambos.

Além da discussão acerca das definições e dificuldades em se caracterizar *childlessness*, é essencial apresentar a relação existente entre esses conceitos e a contextualização histórica, retomando parte do que foi iniciado na seção 2.2. Conforme apresentado por Poston e Trent (1982), a tendência dos níveis europeus de *childlessness* percorreria algo no formato de uma curva em formato de “U”, isto é, queda entre o início e meio do século XX e subsequente aumento entre as coortes nascidas principalmente após a década de 1960. Os autores (1982) argumentam que esse padrão seria decorrente do processo de desenvolvimento socioeconômico. Os altos níveis de ausência de filhos observados inicialmente teriam ocorrido, majoritariamente, em virtude do aumento involuntário provocado por mal nutrição,

doenças infectocontagiosas e ausência de condições estruturais e econômicas das sociedades e das famílias, ou seja, um conjunto de fatores que afetavam a fecundidade de forma direta e também indireta através da redução dos casamentos e uniões, variável de forte associação com a ausência de filho. Com o progresso socioeconômico observado ao longo do século, aqueles altos níveis entraram numa tendência de queda. A partir das coortes nascidas na década de 1960 em diante, passou-se a observar um padrão de crescimento dos níveis de *childlessness*, porém, a essa altura, as questões voluntárias seriam as principais explicações. Poston e Trent (1982) atribuem esse aumento a melhorias em fatores estruturais, como, por exemplo, urbanização, crescente escolarização e maiores oportunidades de emprego às mulheres.

Tendo em vista o crescente número de dados que evidenciam o aumento da ausência de filhos voluntária e o enorme conjunto de fatores que envolvem esse evento (ANNELI e SZALMA, 2014), este subcapítulo se propõe ainda a discutir alguns pontos de destaque referentes a esta caracterização em específico. O primeiro deles trata de uma relação existente entre o caráter temporário e permanente que esse tipo de ausência pode assumir. No início do período reprodutivo, é possível que determinada mulher opte por não ter filho temporariamente, o que geralmente ocorre por motivos de trabalho e/ou estudos, caracterizando essa situação como temporária e voluntária. Ocorre que esse panorama admite alterações, ao passo que de forma gradual e consciente essa mesma mulher pode acabar decidindo por não mais ter filho em momento algum, contexto caracterizado como permanente e voluntário. De forma similar ao que discutem Tanturri e Nicoletti (2008) e Tanturri *et al.* (2015) na seção 2.2, o contínuo adiamento da maternidade pode provocar, portanto, a transformação de um desejo que, *a priori*, era temporário, em algo permanente.

A decisão por não ter filho representa uma das principais mudanças ocorridas na unidade familiar. Segundo Agrillo e Nelini (2008), as últimas décadas foram caracterizadas pelo aumento no número de mulheres que voluntariamente não querem ter filho, contexto que passou a ser também caracterizado pelo termo *childfree*. O espaço na literatura que esta nova forma de caracterização ganhou se constitui no segundo ponto de discussão específico do zero filho voluntário. *Childfree* é indicado para definir uma pessoa que não possui qualquer plano ou desejo por filho, mesmo que ela possua condições biológicas e/ou econômicas. Ao contrário, sempre almejaram uma vida “livre” de filhos. Foi inicialmente utilizado em 1972 pela *National Organization for Non-Parents* como uma forma de contraposição ao termo

*childless*, o qual deveria se referir àquelas que desejam ter filhos, mas, estão impossibilitadas em decorrência de questões biológicas (AGRILLO & NELINI, 2008). Segundo perspectivas do feminismo, em situações de ausência de filhos voluntária, o termo *childlessness* deveria ser substituído por *childfree*, pois, na língua inglesa o sufixo *less* pode indicar uma situação de infelicidade, isto é, que algo está faltando. Tendo em vista que a voluntariedade decorre do próprio desejo das mulheres, *childfree* seria o termo mais adequado ao passo em que aponta uma escolha deliberada por não filho (KREYENFELD e KONIETZKA, 2017). Agrillo e Nelini (2008) também discutem a existência de estereótipos negativos relacionados às mulheres que escolhem uma vida *childfree*. Em muitos contextos e sociedades, a opção deliberada pela ausência de filhos viola a norma social, gerando rótulos prejudiciais a essas mulheres.

Conforme já mencionado, a involuntariedade pode ser decorrente de um pequeno conjunto de fatores que incluem basicamente esterilidade, falta de parceiro adequado, recomendações médicas, dificuldades financeiras, pressão profissional ou transformação de um caráter temporário em permanente devido ao contínuo adiamento. Entretanto, a ausência voluntária possui um maior leque de aspectos motivadores. Este é o terceiro ponto de destaque relacionado à discussão específica acerca do zero filho voluntário. A descrição dos principais fatores que provocam a ausência voluntária constitui-se num dos principais objetivos de pesquisas que tratam desse tema (AGRILLO e NELINI, 2008). Houseknecht (1987) identificou as principais razões que explicam esse fenômeno através de uma série de estudos realizados entre as décadas de 1970 e 1980. É apontado que uma vida livre de uma série de responsabilidades que acompanham o nascimento de um filho, maiores oportunidades de auto realização e capacidade de mobilidade espontânea abarcariam quase a totalidade das motivações por trás da ausência voluntária.

Segundo Frejka (2017), homens e mulheres decidem permanecer sem filhos em decorrência de suas próprias razões subjetivas. Isto é, preferências individuais se sobrepõem às demais circunstâncias que poderiam influenciá-los ao longo do processo decisório. Scott (2009, *apud* FREJKA, 2017, p. 171) mostra que as principais causas da ausência voluntária são a conformidade e satisfação com a vida e com o relacionamento (no caso das uniões), a valorização da liberdade e da independência, as responsabilidades em se criar um filho, a ausência de um instinto paternal/maternal e o desejo de vivenciar momentos nos quais a presença de filhos poderia se transformar num obstáculo.

Ciaccio (2006) divide as possíveis causas desse tipo de tomada de decisão segundo quatro grandes grupos de motivação: 1) falta de desejo pela paternidade/maternidade; 2) avanços pessoais e individuais; 3) preocupações de natureza física e de saúde; 4) ideologia que enxerga a falta de filhos como um ato generoso ao panorama socioambiental mundial. O Quadro 2 a seguir exhibe as principais causas presentes em cada um desses grupos.

**QUADRO 2 – Principais causas da ausência de filhos voluntária segundo quatro grandes grupos**

<b>1. Falta de desejo pela paternidade/maternidade</b>	<b>2. Avanços pessoais e individuais</b>
Falta de instinto paterno/materno e ausência de razões convincentes para ter filhos	Sacrifício da privacidade, do espaço e do tempo para os filhos
Comportamento das crianças	Aumento dos encargos financeiros
A visão negativa acerca da vida de familiares e amigos que são pais	Pensamento de que a maternidade reduz perspectivas de crescimento na carreira profissional
Falta de interesse em cumprir as obrigações sociais relacionadas à filhos	Incerteza de manutenção na carreira profissional ou na cidade de residência
Crença de que a criação de filhos é um mau uso das capacidades intelectuais humanas	Receio de que a paternidade/maternidade (um estado irreversível) seja odiada
Contentamento com a criação de animais de estimação	Sentimento de incapacidade quanto à criação dos filhos
Pensamento de que a infância dos filhos é um período muito traumático	Crença de que a presença de filhos prejudica o nível de intimidade emocional e física entre o casal
<b>3. Preocupações de natureza física e de saúde</b>	<b>4. Ideologia que enxerga a falta de filhos como um ato generoso ao panorama socioambiental mundial.</b>
Preocupação com a segurança da criança	Preocupação com fatores ambientais e/ou superpopulação
O risco de que uma condição médica possa afetar a saúde e o futuro da criança	Crença de que pode deixar um legado maior através do próprio trabalho do que por meio da reprodução
Receio de que a criança adquira uma doença hereditária	O estado atual de perigos e sofrimento no qual o mundo se encontra, o que não garante à criança uma vida feliz

Fonte: CIACCIO (2006).

Este subcapítulo propôs a discussão acerca dos diferentes conceitos, definições e caracterizações que permeiam a ausência de filhos, com destaque para as particularidades do caráter voluntário ou involuntário que esta pode assumir. Diante desse arcabouço bibliográfico, esta seção é finalizada com uma sugestão de resumo de possibilidades dentre as quais as mulheres podem terminar o período reprodutivo sem filhos. Utilizando, portanto, os principais conceitos apresentados (temporária, permanente, involuntária e voluntária), a ausência de filhos poderia se encaixar em um destes macro contextos:

**1** – A mulher não possui filhos involuntariamente em razão de infertilidade, recomendações médicas, dificuldades financeiras e pressão profissional – as principais causas discutidas na literatura apresentada acima. Nesta opção não há reversão do caráter que antes era temporário em algo permanente, pois, face alguma dessas causas, esta mulher esteve impossibilitada de se tornar mãe ao longo de todo o período reprodutivo;

**2** – A mulher não possui filhos involuntariamente, em decorrência de um contínuo adiamento da maternidade. Quando mais jovem, havia o desejo, porém, este permaneceu em espera por algum motivo (por exemplo, necessidade de permanência no mercado de trabalho, necessidade de terminar os estudos ou falta de parceiro adequado naquele momento). Quando, então, ela decidiu pelo filho, não mais era possível, seja por questões biológicas de fertilidade, ou pelo fato de nunca ter encontrado o parceiro ideal. Portanto, há reversão do caráter que antes era temporário em algo permanente;

**3** – A mulher não possui filhos voluntariamente, sendo esta sua preferência desde jovem. Portanto, não há reversão do caráter que antes era temporário em algo permanente;

**4** – A mulher não possui filhos voluntariamente, sendo que a decisão ocorreu, de fato, a uma idade já mais avançada (próxima ao final do período reprodutivo). Quando mais jovem, o desejo pela maternidade ainda não havia sido totalmente definido, e, por algum motivo (por exemplo, o parceiro convenceu pela ausência da maternidade, ou a própria mulher se acostumou com uma vida sem filho), a preferência pelo zero filho ocorreu mais tarde, já próximo do período reprodutivo com zero filho. Portanto, há reversão do caráter que antes era temporário em algo permanente.

A Figura 1 a seguir ilustra o resumo sugerido acima:

**FIGURA 1 – Macro Contextos definidores da ausência de filhos**

Fonte: Elaboração própria.

### 3 METODOLOGIA

Como discutido anteriormente, este trabalho busca examinar como contribuem as mudanças de composição e comportamento reprodutivo na crescente tendência da proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filhos. Para isso, a investigação se divide em três partes. A primeira delas faz uma análise descritiva das variáveis com o intuito de mostrar as mudanças ocorridas na composição das mulheres em estudo, e iniciar a discussão acerca da associação entre as variáveis e a ausência de filhos. Esta investigação tem prosseguimento com a inserção de regressões logísticas binárias, as quais fornecem subsídios mais robustos para o entendimento da relação entre ausência de filhos e determinadas características<sup>14</sup>.

A discussão que alia essas duas primeiras partes é importante no sentido de contribuir para o que já vem sendo debatido acerca de fatores associados à *childlessness*. Todavia, a utilização de regressão logística amparada pela análise descritiva vai além deste propósito. Ela fornece os coeficientes que serão utilizados à frente na terceira parte que trata de decomposição baseada em regressão, a qual busca explorar diferenças em *childlessness* entre coortes.

A análise e posterior discussão dos resultados são realizados, portanto, a partir da base de dados e metodologia discutidas abaixo.

#### 3.1 Base de Dados

Este estudo utiliza as bases de dados dos censos demográficos do Brasil dos anos de 1991, 2000 e 2010, os quais foram realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As bases de dados dos censos utilizados neste trabalho foram disponibilizadas e obtidas pelo Projeto *IPUMS – Internacional*, o qual coleta as informações dos censos de vários países, e realiza uma harmonização das mesmas, de forma que todas as variáveis

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que está além do escopo desta análise investigar relações de causa e efeito entre as variáveis do estudo. Há uma identificação das associações entre variáveis sociodemográficas e *childlessness*, sem que ocorra um debate acerca da direção dessa associação.

sejam compatíveis ao longo do tempo (e entre os países). Esses dados são da amostra, isto é, do questionário ampliado que é aplicado apenas a uma parte da população.

Na subseção abaixo (3.2) é feita uma descrição mais detalhada das variáveis utilizadas, mas, vale ressaltar que todos os bancos de dados dos três censos utilizados possuíam as variáveis necessárias para a realização do estudo.

Antes de destacar as variáveis, é importante salientar que a análise se dá por coorte de nascimento. A partir de cada um dos censos, ao definir o grupo etário analisado, é possível retroceder ao intervalo de nascimento de determinada coorte. A investigação se limita às mulheres com idades entre 40 e 44 e 45 a 49 anos, as denominadas *permanent childless*. Como já discutido, é inviável incluir as mais jovens nessa análise, uma vez que elas podem estar adiando a maternidade, e, portanto, há a possibilidade de não chegarem ao final do período reprodutivo sem filho. Assim, é bastante razoável considerar que a grande maioria das mulheres que já tenha completado 40 anos não mais terá filhos, e, dessa forma, o zero filho pode ser analisado como ausência permanente. Billari *et al.* (2007), por exemplo, expõe que as mulheres que se tornam mães após os 40 anos são grande minoria, e, considerando estudos que utilizam de elevados contingentes populacionais, essa quantidade se torna residual.

Por último, vale ressaltar duas justificativas de porque a análise se restringe às mulheres, deixando a população masculina ausente. O primeiro grande motivo é a elevada imprecisão do momento exato de término do período reprodutivo dos homens<sup>15</sup>. Outra importante explicação para não incluir os homens em análises deste tipo é a menor certeza sobre a paternidade da criança, isto é, nem todos os homens sabem, de fato, que se tornaram pais, ou, em muitas ocasiões nem estão registrados como pais (CARVALHO, SAWYER e RODRIGUES, 1998; MIETTINEN *et al.* 2015).

Dada essa explicação, por ordem de nascimento, o agrupamento das mulheres se dá em seis diferentes coortes: 1) 1942-1946, mulheres que reportaram ter de 45 a 49 anos em 1991; 2) 1947-1951, mulheres que reportaram ter de 40 a 44 anos em 1991; 3) 1951-1955, mulheres que reportaram ter de 45 a 49 anos em 2000; 4) 1956-1960, mulheres que reportaram ter de

---

<sup>15</sup> Aliado a isso, a maioria dos dados de fecundidade disponíveis cobrem, geralmente, até os 49 anos de idade apenas (MIETTINEN *et al.* 2015).

40 a 44 anos em 2000; 5) 1961-1965, mulheres que reportaram ter de 45 a 49 anos em 2010; 6) 1966-1970, mulheres que reportaram ter de 40 a 44 anos em 2010.

Por fim, vale ainda ressaltar o número total de casos de mulheres em cada uma dessas coortes. A de nascimento 1942-1946 possui 3.176.138 casos; 1947-1951 apresenta 3.989.786; 1951-1955 com 4.517.329; 1956-1960, 5.427.903 casos; 1961-1965, por sua vez, 6.143.348; e, por fim, 1966-1970 com 6.692.409 casos.

### 3.2 Descrição das Variáveis Utilizadas

Muitos estudos têm destacado os determinantes individuais de *childlessness*, dentre eles: características sociodemográficas como idade, sexo, situação conjugal, e nível educacional; valores e atitudes culturais como práticas religiosas, atitudes e opiniões sobre papéis de gênero na família; e processos iniciais de socialização na infância, dentre eles, status socioeconômico dos pais, origem geográfica e número de irmãos (GONZÁLEZ e JURADO-GUERRERO, 2006; MIETTINEN, 2010; PORTANTI, WHITWORTH, 2009; TANTURRI e MENCARINI, 2008). Portanto, tendo em vista a discussão realizada no Capítulo 2, a escolha das variáveis que compuseram o estudo baseia-se na literatura internacional existente sobre a caracterização das mulheres que nunca tiveram filhos e na disponibilidade das mesmas nos bancos de dados utilizado.

Apesar de não considerar todos os determinantes individuais de *childlessness*, este trabalho realiza uma análise de algumas das principais variáveis por trás da ausência de filhos (REHER & REQUENA, 2018). Portanto, assim como realizado para os Estados Unidos em Hayford (2013) e para a Espanha em Reher e Requena (2018), *Raça/Cor*, *Situação Conjugal* e *Educação* são utilizadas como controle<sup>16</sup>. Tendo em vista que educação é *proxy* para renda, esta última não foi incluída. E, observando a tendência da *Religião* no Brasil, de forma com que se possa também ampliar a análise feita anteriormente pelos autores (HAYFORD, 2013; REHER e REQUENA, 2018), inseriu-se esta variável como preditora. Ainda, seguindo Reher e Requena (2018), são incluídas variáveis *Região Brasileira* e *Localização Geográfica*.

---

<sup>16</sup> A variável coorte de nascimento não entra nos modelos finais como controle. Como explicado a frente, serão construídos modelos para cada uma dessas coortes com o intuito de avaliar as variações nos coeficientes.

Primeiramente, é importante destacar a variável resposta (dependente). Esta é uma medida dicotômica de ausência de filhos, isto é, tem ou não filho. A utilização desta variável é possível uma vez que os censos possuem uma pergunta sobre o número de filhos nascidos de cada mulher, isto é, uma medida de parturição (fecundidade acumulada).

Tratando então das explicativas, a variável *Raça/Cor* é categorizada nos censos brasileiros da seguinte forma: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Optou-se, entretanto, por unir estas duas últimas, tendo em vista que elas não variam em grande medida ao longo do tempo, e por apresentarem baixa proporção em relação às demais. Dessa forma, de acordo com a nova recategorização, tem-se: branca, preta, parda, outras raças.

Quanto à variável de *Situação Conjugal*, a amostra é dividida em duas categorias: nunca viveu com cônjuge ou alguma vez viveu com cônjuge. As nunca unidas ou casadas se encontram na categoria “nunca viveu com cônjuge”; por outro lado, as mulheres que já foram casadas, unidas ou vivem atualmente com um parceiro fazem parte da categoria “alguma vez viveu com cônjuge”.

A variável de *Educação* registra o último nível completo por determinada mulher. É, portanto, agrupada segundo quatro categorias: Superior Completo (pelo menos graduação finalizada); Ensino Médio Completo (ensino médio finalizado e superior incompleto); Ensino Fundamental Completo (ensino fundamental finalizado); Ensino Fundamental Incompleto (ensino fundamental ainda não finalizado).

Apesar de apresentar várias categorias diferentes na base de dados dos três censos utilizados, a variável de *Religião*, para este trabalho, foi agrupada em dois grandes grupos: mulheres sem religião, e mulheres com religião. Ainda, a variável *Região Brasileira* está agrupada segundo as categorias, Norte, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste. Por fim, a variável *Localização Geográfica* possui as categorias Urbano e Rural.

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma descrição das variáveis explicativas presentes na análise.

**TABELA 1 – Descrição das variáveis e categorias utilizadas**

Variável	Descrição
ID	Identificação da mulher
<i>Childlessness</i>	Tem filho Não tem filho
Coorte de Nascimento	1942-1946 1947-1951 1951-1955 1956-1960 1961-1965 1966-1970
Raça/Cor	Parda Branca Preta Outras raças
Situação Conjugal	Alguma vez viveu com cônjuge Nunca viveu com cônjuge
Educação	Fundamental Incompleto Fundamental Completo Médio Completo Superior Completo
Religião	Com Religião Sem Religião
Região Brasileira	Norte Centro-Oeste Sul Nordeste Sudeste
Localização Geográfica	Rural Urbano

**Fonte:** Elaboração própria.

### 3.3 O Modelo Logístico Binário

O emprego do modelo logístico binário e a discussão de seus resultados sucedem a análise descritiva, e, funciona como uma análise a nível individual das mudanças de coorte na ausência de filhos. O objetivo primeiro é o de conhecer as chances dessas mulheres não terem filho ao final do período reprodutivo, dadas as características sociodemográficas já apresentadas e descritas na subseção anterior. Isto é, explorar a relação entre essas características e a ausência de filhos, investigando como a associação entre estas variáveis se altera entre as coortes. Esses resultados estão diretamente relacionados à discussão já iniciada por Alves e Cavenaghi (2013) e Meneguim (2016). E, tendo em vista o que propõe

este trabalho, o principal objetivo da utilização deste modelo é observar exatamente a mudança nos coeficientes para as variáveis de coorte. Pois, é essa variação nos coeficientes que será utilizada para investigar o nível em que mudanças em *childlessness* entre coortes podem ser explicadas pelas mudanças nas variáveis explicativas, isto é, pelas mudanças nas características sociodemográficas.

Scott Long (1997) apresenta o modelo logístico binário de forma que se possibilite estimar a probabilidade de “sucesso” ou “fracasso” de determinado evento. Assim, a variável dependente  $Y_i$  assume dois valores:  $Y_i = 0$  e  $Y_i = 1$ . No caso estudado, esta variável resposta diz respeito ao fato de ter tido ou não filho ao final do período reprodutivo (medida de parturição). Portanto, se a mulher terminou o período reprodutivo sem filho, adiciona-se o valor 1, já se a mulher foi mãe antes do fim desse período, adiciona-se o valor 0.

Sabendo então que  $Y_i = 0$  e  $Y_i = 1$  podem ser descritos como “sucesso” ou “fracasso”, e sendo  $p$  a probabilidade de “sucesso”, tem-se que:

$$\text{Logito } p_i = \ln \left( \frac{p_i}{1 - p_i} \right) \quad (1)$$

A transformação logística apresentada acima garante, para qualquer valor dos parâmetros, que  $p$  permaneça no intervalo  $[0,1]$ . Dessa forma, ao passo em que  $p$  se aproxima de 0, o  $\log(p)$  tende a  $-\infty$  e na medida que  $p$  se aproxima de 1, o  $\log(p)$  tende a  $+\infty$ .

Após o processo de inclusão das variáveis descrito mais a frente, foram rodados modelos completos separadamente para cada coorte de nascimento. A partir disso, é possível investigar as mudanças nos coeficientes, isto é, alterações ao longo do tempo nas associações entre as variáveis explicativas e a variável dependente *childlessness*.

### 3.4 Decomposição Baseada em Regressão para Modelos não Lineares

Uma vez estimados os modelos de regressão logística, utiliza-se técnica de decomposição baseada em regressão com o intuito de quantificar as mudanças em *childlessness* entre coortes associadas às mudanças na composição (diferenças de estrutura) e nos efeitos das variáveis explicativas (diferenças de comportamento reprodutivo).

A decomposição multivariada é amplamente utilizada em pesquisas sociais com o intuito de se compreender a que se atribui diferenças entre grupos em determinada estatística, como, por exemplo, médias ou proporções. O método utiliza a saída de modelos de regressão para particionar essas diferenças em um componente atribuível a diferenças composicionais entre grupos (características) e um componente atribuível a diferenças nos efeitos dessas características tomadas como variáveis de controle (respostas comportamentais) (POWERS e YUN, 2009; POWERS, YOSHIOKA e YUN, 2011). Esta técnica permite particionar as diferenças não só entre grupos (FAIRLIE, 1999), como também alterações ao longo do tempo (VAN HOOK *et al.* 2004) ou entre coortes (HAYFORD, 2013; REHER & REQUENA, 2018), o caso deste estudo em específico.

Os métodos de decomposição para modelos de regressão linear são conhecidos como padronização de regressão<sup>17</sup> (*regression standardization*), e foram introduzidos por Oaxaca e Blinder (1973) na literatura econométrica. Apesar de, no que tange à formalização, estas técnicas serem idênticas às desenvolvidas na demografia e sociologia, ficaram comumente conhecidas como *Oaxaca-Blinder*, ou apenas, *Oaxaca* (POWERS e YUN, 2009). Conforme preconizado pelos autores (1973), esta decomposição depende da linearidade da função de Mínimos Quadrados Ordinários, e conforme se pode ver na equação abaixo, variações na média da variável dependente nas coortes A e B podem ser expressas como o somatório de mudanças nas médias das variáveis independentes (mudanças de composição) multiplicado pelos coeficientes dessas variáveis na coorte A, e o somatório de mudanças nos coeficientes (mudanças de efeito) multiplicado pela média das variáveis independentes na coorte B. Vale ressaltar que é possível alternar os termos, e as mudanças na composição podem ser avaliadas usando coeficientes na coorte B, assim como as mudanças nos efeitos podem ser avaliados utilizando as variáveis na coorte A (HAYFORD, 2013; VAN HOOK *et al.*, 2004). Temos, portanto, que:

$$\bar{Y}_{(B)} - \bar{Y}_{(A)} = \sum_{k=1}^{k=K} \beta_{k,A} (\bar{x}_{k,(B)} - \bar{x}_{k,A}) + \sum_{k=1}^{k=K} \bar{x}_{k,(B)} (\beta_{k,(B)} - \beta_{k,A}) \quad (2)$$

---

<sup>17</sup> A padronização demográfica e as técnicas de decomposição geralmente referidas como análise de componentes possuem uma história ainda mais longa, e foram formalmente desenvolvidas por Kitagawa (1955).

Como exposto acima, a relação linear entre as variáveis independentes governa a decomposição de Oaxaca-Blinder. Nesse sentido, a média da variável dependente estimada se iguala à equação de regressão formulada com base na média de cada variável independente. Porém, o mesmo não acontece para uma variável binária. A probabilidade média estimada nesse caso não se iguala à equação de regressão logística. Isto é, a proporção de uns da variável dependente  $Y$  não é igual a probabilidade estimada de  $Y$  ser igual a 1. Por isso, a decomposição de Oaxaca não pode ser diretamente aplicada à modelos logit ou probit, por exemplo (HAYFORD, 2013; VAN HOOK *et al*, 2004). Utiliza-se, portanto, uma decomposição multivariada para modelos não lineares desenvolvida por Powers, Yoshioka e Yun (2011). Além do resultado da diferença total entre as coortes, esta abordagem se destaca ao prover uma decomposição detalhada que avalia a contribuição relativa de cada variável especificada no modelo para ambos os componentes de composição e de efeito. Conforme ressaltam os autores (2011), este método de propósito generalizado é voltado especialmente a respostas não lineares como os modelos como o probit<sup>18</sup>, logit<sup>19</sup>, e de contagem<sup>20</sup>, além de incluir também a regressão linear.

Diante do exposto, a decomposição não linear pode ser escrita da seguinte forma:

$$\bar{Y}_B - \bar{Y}_A = \underbrace{[F(X_B \beta_B) - F(X_B \beta_A)]}_E + \underbrace{[F(X_A \beta_B) - F(X_A \beta_A)]}_C \quad (3)$$

Onde  $F(\cdot)$  no caso deste estudo é a função de distribuição logística igual a  $\frac{e^{X\beta}}{1+e^{X\beta}}$

Conforme apresentam Powers, Yoshioka e Yun (2011) o componente rotulado  $E$  (*endowments*) refere-se à parte do diferencial atribuível a diferenças na distribuição de covariáveis, isto é, alterações na composição. O componente  $C$  (*coefficients*) refere-se à parte do diferencial atribuível a diferenças nos coeficientes, ou seja, alterações nos efeitos.

Na equação (3) em específico, B foi escolhida como a coorte de comparação e A como referência. Dessa forma,  $E$  reflete uma comparação contrafactual das diferenças sob perspectiva da coorte B (a diferença esperada se à coorte B fosse dada a distribuição de covariáveis da coorte A); enquanto em que  $C$  expressa uma comparação contrafactual das

---

<sup>18</sup> Ver Gomulka & Stern (1990); Even & Macpherson (1993).

<sup>19</sup> Ver Fairlie (2005) e Nielsen (1998).

<sup>20</sup> Ver Bauer, Gohlmann e Sinning (2007).

diferenças sob perspectiva da coorte A (a diferença esperada se a coorte A experimentasse as respostas comportamentais da coorte B). Há, portanto, o que se denomina na literatura como “problema de indexação” (VAN HOOK *et al*, 2004), à medida em que uma decomposição alternativa pode ser obtida caso sejam trocadas as coortes de referência e comparação. Entretanto, a técnica de decomposição multivariada desenvolvida por Powers, Yoshioka e Yun (2011) contorna este problema ao passo em que decompõe as diferenças na média dos resultados observados das duas especificações.

Exposto o processo metodológico de forma geral, torna-se importante descrever alguns detalhes essenciais à técnica. Tendo em vista o objetivo de entender o que contribuiu para o aumento de *childlessness*, deseja-se particionar  $E$  e  $C$  em diversos “pedaços”  $E_k$  e  $C_k$  ( $k = 1, 2, 3, \dots, K$ ) que representam a contribuição única da  $k$ ésima covariável em cada um dos componentes (POWERS, YOSHIOKA & YUN, 2011). E, diferente do que ocorre em modelos lineares, a decomposição não linear é sensível à ordem de entrada das variáveis independentes, um problema chamado *path dependence*<sup>21</sup>. Há duas principais abordagens para se evitar tal adversidade. Na primeira delas, Fairlie (2005) adota um processo que se inicia a partir de uma atribuição aleatória, a qual possibilita combinar casos da coorte A com casos da coorte B. Assume-se, portanto, que o tamanho das amostras das duas coortes é igual. Dessa forma, haveria uma correspondência individual natural das observações em A e B. Todavia, na prática, isso não ocorre, o que gera a necessidade de um método de correspondência das amostras. Por isso, é gerada uma subamostra da amostra de maior tamanho. Assim seria possível corresponder cada observação dessa subamostra sorteada aleatoriamente com uma observação da outra amostra completa (de mesmo tamanho da subamostra). Essa correspondência seria realizada através de um ranqueamento das probabilidades estimadas. O passo final para resolver a *path dependence* corresponde em aleatorizar a ordem das variáveis e promover um elevado número de replicações, o que torna possível aproximar da decomposição média em todos os ordenamentos de variáveis realizados.

Apesar de eficiente, a abordagem de Fairlie (2005) foca apenas no componente de composição ( $E$ ). Por isso, Powers, Yoshioka e Yun (2011) implementam outro caminho para se contornar o problema de *path dependence* na técnica de decomposição multivariada

---

<sup>21</sup> Ver Yun (2004) para mais detalhes.

desenvolvida por eles. Even & Macpherson (1993), Nielsen (1998) e Yun (2004) sugerem a utilização de pesos derivados de uma linearização da equação (2) de decomposição. Os resultados obtidos dessa forma são invariantes à ordem em que as variáveis entram na decomposição.

Após a linearização, os  $k$ ésimos componentes de peso para  $E$  e  $C$  são, respectivamente:

$$W_{\Delta x_k} = \frac{\beta_{B_k} (\bar{X}_{B_k} - \bar{X}_{A_k})}{\sum_{k=1}^K \beta_{B_k} (\bar{X}_{B_k} - \bar{X}_{A_k})} \quad (4)$$

e,

$$W_{\Delta \beta_k} = \frac{\bar{X}_{B_k} (\bar{\beta}_{B_k} - \bar{\beta}_{A_k})}{\sum_{k=1}^K \bar{X}_{B_k} (\bar{\beta}_{B_k} - \bar{\beta}_{A_k})} \quad (5)$$

onde,

$$\sum_k W_{\Delta x_k} = \sum_k W_{\Delta \beta_k} = 1$$

Vale ainda ressaltar que os pesos não variam com possíveis mudanças nas escalas das covariáveis. Portanto, a diferença total em *childlessness* entre as coortes pode ser expressa em termos da soma dos componentes  $E$  e  $C$  ponderados pelos  $k$ ésimos componentes de peso  $W_{\Delta x_k}$  e  $W_{\Delta \beta_k}$ , conforme descrito abaixo:

$$\bar{Y}_B - \bar{Y}_A = E + C = \sum_{k=1}^K W_{\Delta x_k} E + \sum_{k=1}^K W_{\Delta \beta_k} C = \sum_{k=1}^K E_k + \sum_{k=1}^K C_k \quad (6)$$

Além de solução para o problema de *path dependence*, a técnica desenvolvida por Powers, Yoshioka e Yun (2011) incorpora outro recurso que possibilita superar o “problema de identificação”, isto é, os resultados do componente de efeito (coeficientes) variam conforme a categoria escolhida como referência quando os modelos de regressão incluem variáveis *dummy*. Para isso, é computada uma equação normalizada que identifica o intercepto e os coeficientes de todas as variáveis *dummy* através de estimações médias obtidas pela alternância das referências.

Como apresentado, a decomposição multivariada proporciona uma maneira de se particionar as diferenças observadas na variável de interesse entre duas coortes em uma parcela atribuída a diferenças de características e outra a alterações nos efeitos de cada variável presente no modelo de regressão utilizado. Atualmente, a operacionalização desta técnica tem sido facilitada pela crescente disponibilidade de rotinas computacionais presentes nas diversas plataformas estatísticas (POWERS e YUN, 2009). A decomposição baseada em regressão linear pode ser executada, por exemplo, utilizando o comando *oaxaca*<sup>22</sup> ou *nldecompose*<sup>23</sup> no programa Stata® (Stata Corp., College Station, Estados Unidos). Para fins deste estudo, utilizá-los não se traduz na melhor estratégia, uma vez que o primeiro foi desenvolvido com o foco em modelos lineares e o segundo, apesar de configurado para tratar de modelos não lineares, não provê decomposição detalhada, isto é, com as contribuições de cada variável em cada um dos componentes *C* e *E*.

Outro pacote presente tanto em Stata como em SAS (*Statistical Analysis Software*) é o *fairlie*<sup>24</sup>. Apesar deste incluir importantes contribuições para a operacionalização da técnica, decompõe a diferença apenas na parcela de características, ou seja, não fornece resultados que indiquem como alterações no comportamento reprodutivo foram importantes para as mudanças na proporção de *childlessness* entre duas coortes analisadas. Diante desse contexto, este trabalho utiliza o pacote denominado *mvdcmp*, o qual foi proposto por Powers, Yoshioka e Yun (2011) para executar a técnica apresentada e detalhada ao longo desse subcapítulo. Este comando é destinado principalmente à execução de decomposição baseada em regressões não lineares como o próprio logit aqui utilizado, além de outros como o probit, complementar log-log, Poisson e binomial negativa. Outra importante característica de *mvdcmp* é fornecer os resultados da decomposição de forma detalhada, isto é para ambos os componentes de composição e taxa em cada uma das variáveis inseridas. Por fim, inclui soluções para as adversidades encontradas nesse tipo de decomposição, isto é, *path dependence* e problema de identificação.

---

<sup>22</sup> Ver Jann (2008)

<sup>23</sup> Ver Bauer (2007)

<sup>24</sup> Ver Jann (2006)

## 4 RESULTADOS

Tendo em vista que este estudo objetiva compreender e medir a contribuição de mudanças de composição e taxa na ausência de filhos, analisar a associação deste evento com importantes variáveis sociodemográficas é um primeiro passo importante, pois, como já apresentado, os coeficientes provenientes das regressões logísticas que medem esta relação entre as variáveis funcionam como insumos para a realização da decomposição. Além disso, a discussão por si só dos fatores associados à *childlessness* contribui para o debate já iniciado na literatura, permitindo ainda um direcionamento diferente de outros estudos ao passo em que a análise foca nas variações entre coortes.

Dessa forma, são apresentados primeiramente os resultados descritivos, seguidos da análise dos modelos de regressão logística, culminando na discussão da decomposição, isto é, do que mais contribuiu para o aumento na proporção de mulheres sem filhos com idades de 40 a 44 e 45 a 49 anos dos censos de 1991, 2000 e 2010 – agrupadas entre as coortes de 1942-1946 e 1966-1970

### 4.1 Resultados Descritivos

Antes de realizar o diagnóstico acerca da prevalência da ausência de filhos em cada categoria de cada variável, é interessante apresentar as mudanças ocorridas na composição do total de mulheres brasileiras que já finalizaram o período reprodutivo entre as coortes, segundo as características sociodemográficas, como relatado pela Tabela 2. No que tange à raça/cor, a proporção de pardas possui um leve declínio entre as coortes de 1942-1946 e 1951-1955, e um aumento após esta última coorte até 1966-1970. A proporção de brancas praticamente se mantém constante, e após a coorte de 1956-1960 apresenta uma queda. Já a proporção de pretas apresenta um aumento praticamente constante.

**TABELA 2 - Características sociodemográficas de seis coortes (1942-1946 a 1966-1970) – mulheres com idades de 40 a 49 anos**

	Ano de Nascimento					
	1942-1946 N = 3175138	1947-1951 N = 3989786	1951-1955 N = 4517329	1956-1960 N = 5427903	1961-1965 N = 6143348	1966-1970 N = 6692409
<i>Porcentagem de mulheres em cada categoria</i>						
<b>Raça/Cor</b>						
Parda	37,33	37,58	33,29	34,26	39,13	41,17
Branca	56,05	56,04	58,62	57,89	51,87	49,71
Preta	5,42	5,28	6,50	6,39	7,59	7,61
Outras raças	0,86	0,79	1,01	0,89	1,39	1,50
Missing	0,35	0,32	0,58	0,57	0,01	0,02
<b>Situação Conjugal</b>						
Alguma vez viveu com cônjuge	91,06	90,17	92,98	91,92	92,11	91,03
Nunca viveu com cônjuge	7,97	8,95	7,02	8,08	7,89	8,97
Missing	0,97	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Educação</b>						
Fundamental Incompleto	76,91	70,12	59,29	51,62	39,23	34,88
Fundamental Completo	9,25	11,48	16,42	20,58	24,76	26,26
Médio Completo	8,89	11,86	16,16	19,45	22,51	25,30
Superior Completo	4,95	6,53	8,12	8,35	13,51	13,56
Missing	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Religião</b>						
Com Religião	97,20	96,81	96,24	95,63	95,04	94,31
Sem Religião	2,49	2,89	3,42	4,02	4,54	5,25
Missing	0,30	0,30	0,34	0,35	0,42	0,44
<b>Região Brasileira</b>						
Norte	4,97	5,19	5,41	5,77	5,96	6,85
Centro-Oeste	6,03	6,01	6,41	6,69	7,28	7,58
Sul	16,39	16,14	16,36	16,20	16,06	15,20
Nordeste	26,18	25,66	24,07	23,95	24,87	26,11
Sudeste	46,44	47,01	47,75	47,38	45,83	44,26
Missing	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Localização Geográfica</b>						
Rural	21,22	20,02	14,85	14,21	12,52	12,63
Urbano	78,78	79,98	85,15	85,79	87,48	87,37
Missing	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

**TABELA 3 - *Childlessness* e características sociodemográficas de seis coortes (1942-1946 a 1966-1970) – mulheres com idades de 40 a 49 anos**

	Ano de Nascimento					
	1942-1946 N = 3175138	1947-1951 N = 3989786	1951-1955 N = 4517329	1956-1960 N = 5427903	1961-1965 N = 6143348	1966-1970 N = 6692409
<i>Porcentagem de mulheres na categoria que são childless</i>						
<b>Todas as mulheres</b>	<b>9,03</b>	<b>9,31</b>	<b>9,90</b>	<b>10,41</b>	<b>12,42</b>	<b>13,53</b>
<b>Raça/Cor</b>						
Parda	7,98	8,05	8,56	8,89	11,24	12,17
Branca	9,43	9,77	10,32	10,97	12,97	14,25
Preta	11,67	12,44	11,95	12,53	14,34	15,63
Outras raças	11,75	15,65	13,60	15,11	13,87	15,43
<b>Situação Conjugal</b>						
Alguma vez viveu com cônjuge	3,84	3,57	4,72	4,69	7,35	7,83
Nunca viveu com cônjuge	69,00	67,73	78,41	75,48	71,52	71,38
<b>Educação</b>						
Fundamental Incompleto	7,20	6,99	7,25	7,27	9,60	10,19
Fundamental Completo	9,88	9,79	8,96	8,47	10,09	10,15
Médio Completo	15,90	15,24	14,83	15,27	14,44	15,86
Superior Completo	23,44	22,65	21,27	23,30	21,50	24,32
<b>Religião</b>						
Com Religião	8,94	9,20	9,76	10,27	12,24	13,37
Sem Religião	11,81	12,51	12,92	13,36	15,47	15,85
<b>Região Brasileira</b>						
Norte	4,80	5,27	6,01	6,40	8,77	10,34
Centro-Oeste	7,44	6,96	8,03	8,44	9,73	11,37
Sul	7,73	7,93	8,92	9,31	10,24	10,88
Nordeste	9,08	9,09	9,65	10,08	12,12	13,25
Sudeste	10,12	10,65	11,05	11,72	14,24	15,47
<b>Localização Geográfica</b>						
Rural	7,05	6,76	7,52	7,67	9,15	9,65
Urbano	9,56	9,95	10,31	10,87	12,89	14,09

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Quanto à situação conjugal, as proporções daquelas mulheres que alguma vez viveram com cônjuge e das que nunca viveram com cônjuge permanecem praticamente constantes entre as coortes, havendo aumento na segunda categoria mencionada.

É possível observar também uma importante mudança estrutural nos níveis de educação. Ao passo em que a proporção de mulheres com fundamental incompleto cai, a proporção daquelas que já finalizaram os ensinos fundamental, médio e superior aumenta.

No que diz respeito à religião, há contínua queda da proporção de mulheres com religião, e um ininterrupto aumento proporcional entre aquelas que não possuem religião.

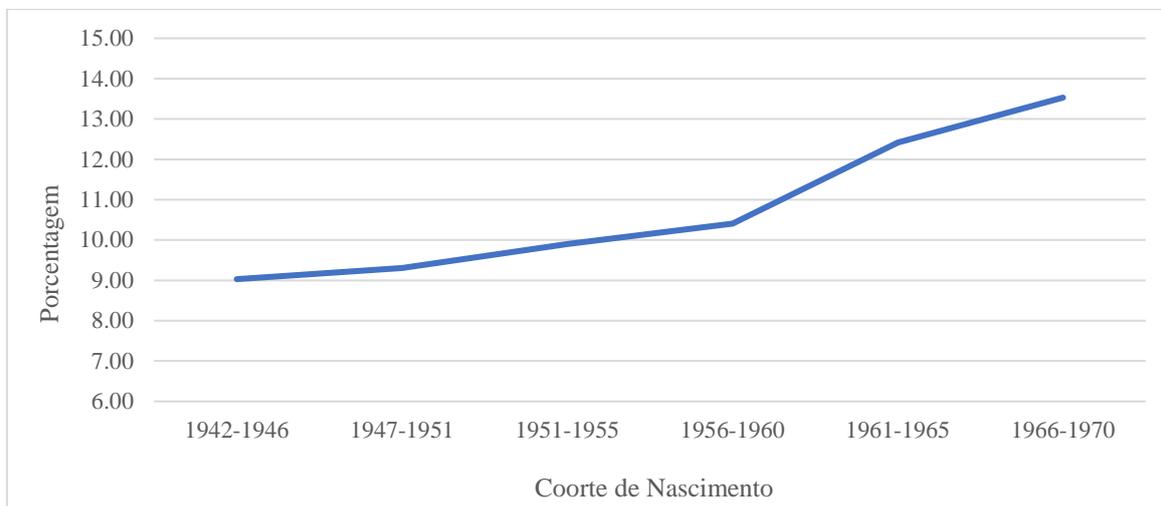
Concernente à região brasileira, as proporções se mantêm praticamente constantes. E, por fim, relativo à localização geográfica, a proporção de mulheres que residem na zona urbana aumenta entre as coortes, como pode ser observado pela Tabela 2.

Feita essa explanação acerca das mudanças na composição de mulheres com período reprodutivo já finalizado, este trabalho avança com a discussão sobre a prevalência da ausência de filhos entre os diferentes subgrupos. Essa análise é importante, pois, como já colocado, fundamenta os resultados encontrados a seguir pela regressão logística.

Nesse sentido, a Tabela 3 mostra primeiro a tendência de aumento contínuo da proporção mulheres sem filho ao longo das coortes. Dentre todas as mulheres pertencentes à coorte de nascimento 1942-1946 que terminam o período reprodutivo, 9,06% não possuem filho. Já em 1966-1970 esse percentual sobe para 13,53, o que significa um aumento de quase 50%. O interessante é que essa mesma tendência se faz presente se a análise ocorrer para o Brasil desagregado em regiões. As cinco extensões de terra apresentam tendência de aumento da proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filhos. E, em todas as coortes de nascimento analisadas, a maior prevalência de *childlessness* ocorre no Sudeste. De modo contrário, a região que apresenta menor incidência do fenômeno é o Norte. Chama atenção também o Nordeste ser a segunda região com maior prevalência de ausência de filho, ficando à frente do Sul. Ainda no que tange a uma divisão geográfica, outra comparação realizada foi entre os espaços urbano e rural. Ambas as localidades apresentam tendência crescente de mulheres sem filho, e a maior prevalência do evento ocorre sempre na zona urbana. Por exemplo, a coorte de nascimento 1966-1970 mostra que dentre todas as mulheres que terminam o período reprodutivo na zona rural, 9,65% delas não possuem filho, ao passo que no espaço urbano a prevalência é de quase 5 pontos percentuais a mais. A descrição para

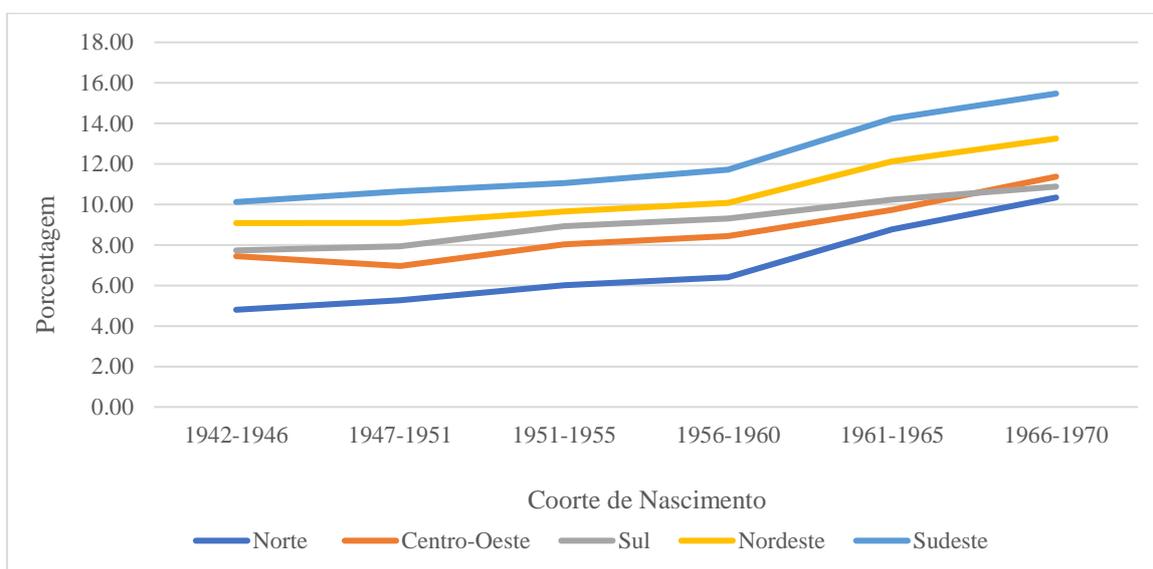
o Brasil como um todo, assim como para as duas divisões geográficas inseridas na análise é ilustrada pelos Gráficos 1, 2 e 3<sup>25</sup>.

**GRÁFICO 1 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

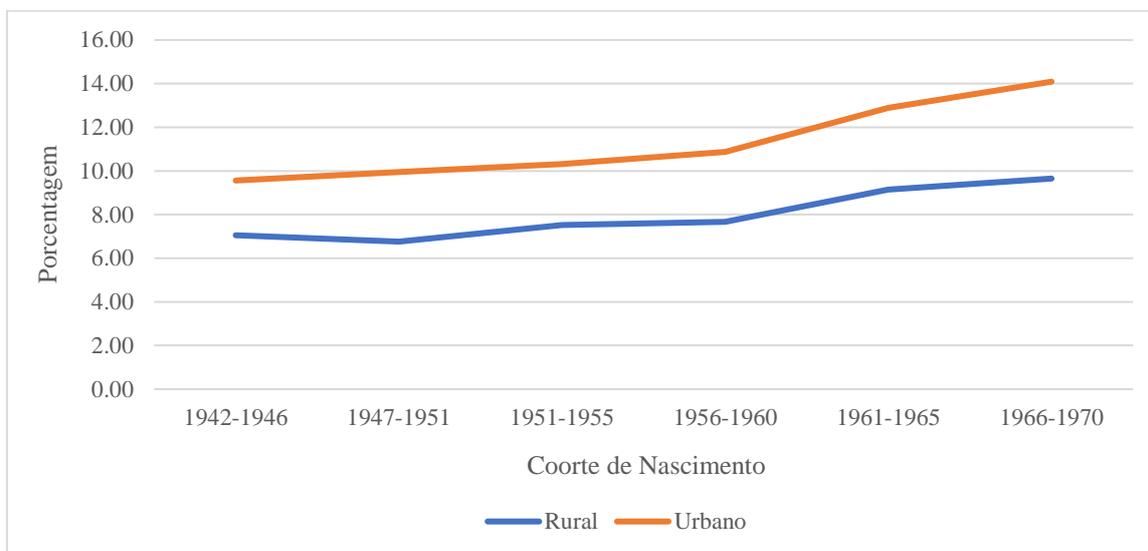
**GRÁFICO 2 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 por grande região do Brasil anos em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

<sup>25</sup> Os gráficos apresentados para cada variável em específico se referem ao exposto na Tabela 3.

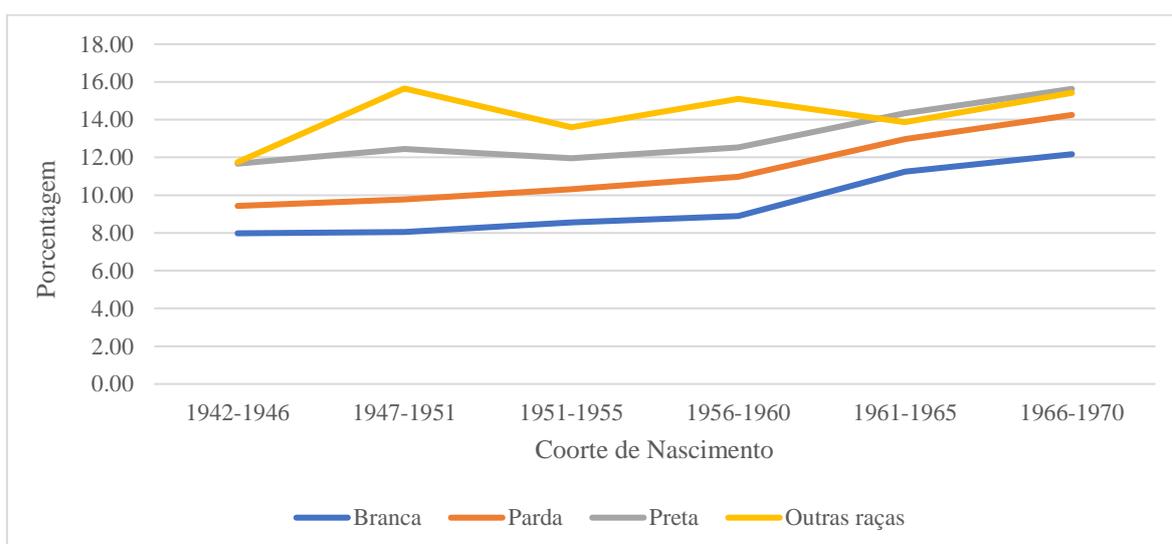
**GRÁFICO 3 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos por localização geográfica (Urbano vs. Rural) em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

Quando a análise é feita através da variável raça/cor, é possível perceber a mesma tendência de aumento da proporção de mulheres sem filho entre as pardas, brancas e pretas. E, a maior prevalência da ausência de filho ocorre entre as pretas, superando as brancas, conforme ilustrado pelo Gráfico 4.

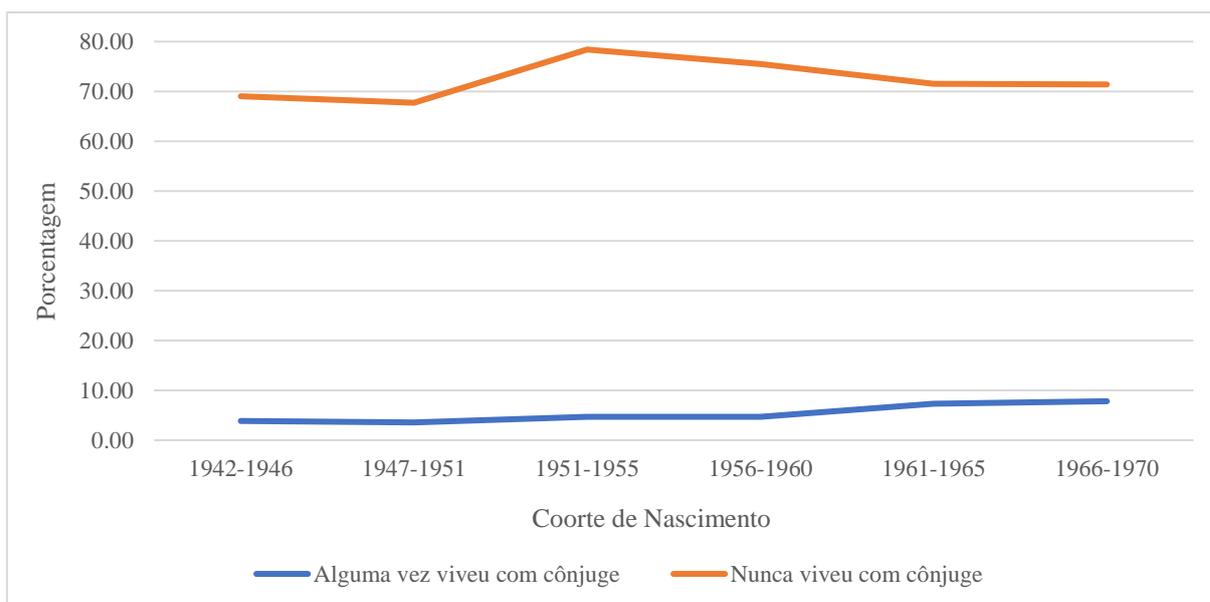
**GRÁFICO 4 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos por raça/cor em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

No que tange à variável situação conjugal, talvez mais interessante do que analisar a maior prevalência de *childlessness* entre as que nunca viveram com cônjuge seja avaliar o aumento da proporção de mulheres sem filho entre aquelas que alguma vez viveram com o cônjuge, conforme Gráfico 5. Se na coorte de nascimento de 1942-1946 o percentual era de 3,84, na de 1966-1970 ele passa a ser 7,83, o que significa um aumento de mais de 100%, algo bastante considerável. Este resultado pode estar sugerindo um incipiente afrouxamento da relação entre união e reprodução, isto é, uma maior proporção de mulheres que já se uniram ou estão atualmente unidas está deixando de ter filhos. E, este cenário pode ter estreita relação com o fato de estas mulheres estarem escolhendo não ter filhos, ou seja, um aumento de *childlessness* voluntário, discussão aprofundada no subcapítulo 4.3, quando são analisados os resultados da decomposição.

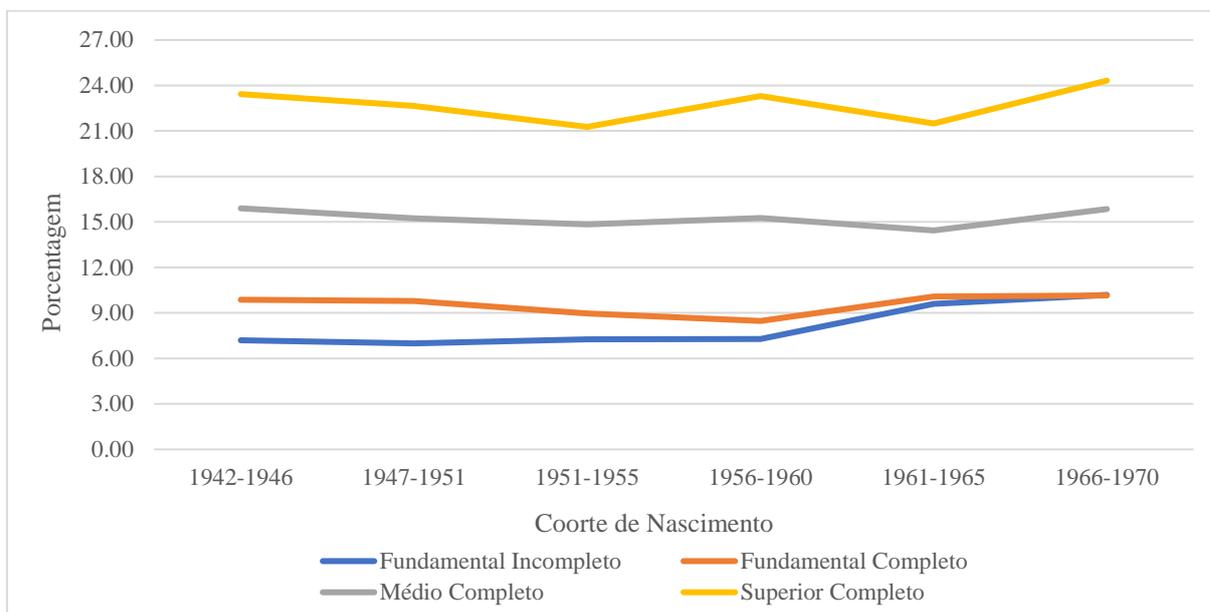
**GRÁFICO 5 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos por situação conjugal em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



**Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.**

No que diz respeito à variável educação, observa-se uma tendência de aumento em *childlessness* mais considerável apenas entre as mulheres com fundamental incompleto. Entre os demais níveis, a proporção de mulheres com zero filho permanece praticamente a mesma entre as coortes. A maior prevalência ocorre sempre entre as mulheres com ensino superior completo, seguido daquelas com médio completo, fundamental completo e fundamental incompleto, respectivamente como mostra o Gráfico 6.

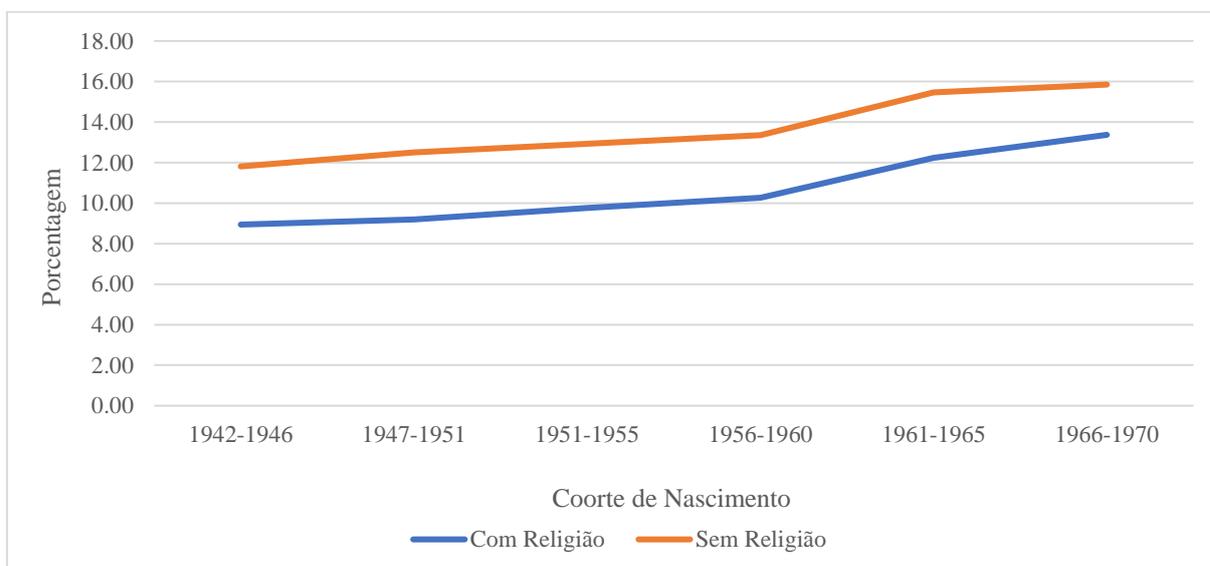
**GRÁFICO 6 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos por Educação em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

Por fim, concernente à variável religião, a tendência crescente da proporção de mulheres sem filho ocorre tanto para aquelas com algum tipo de crença, como para aquelas sem religião. E, em qualquer das coortes de nascimento em análise, ter zero filho parece estar mais associado a não ter uma religião, conforme o Gráfico 7.

**GRÁFICO 7 - Porcentagem de mulheres sem filho com idades de 40 a 49 anos por religião em cada uma das seis coortes de nascimento em análise (1942-1946 a 1966-1970)**



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3.

Feita esta análise descritiva, a seção seguinte apresenta os resultados das regressões logísticas com o intuito de se aprofundar na discussão acerca da associação entre ausência de filho e as características sociodemográficas. Como exposto no início deste subcapítulo, o entendimento da relação existente entre estas variáveis é uma importante parte do processo que constitui no cálculo do que mais contribui para o aumento da proporção de *childlessness*.

## 4.2 Resultados do Modelo Logístico Binário

A explanação acerca das regressões logísticas tem início com a apresentação de algumas importantes considerações. Vale ressaltar que nenhum dos modelos ajustados apresenta boa qualidade de ajuste<sup>26</sup> ou poder de predição<sup>27</sup>, porém, como o intuito destes não é realizar predições, mas, compreender a associação entre as variáveis, estas limitações se tornam menos preocupantes. Apesar de o ideal ser trabalhar com um modelo que tenha boa capacidade de prever a ausência de filhos, muitos dos fatores que devem estar associados a esta condição podem ser de difícil mensuração e inclusão em um modelo estatístico. Ter filhos ou não perpassa a esfera social, cultural, econômica e biológica, portanto, diversas variáveis podem não se encontrar nas bases disponíveis, ao passo em que outras não são nem passíveis de adequada medição.

Dessa forma, ainda que se reconheça a fragilidade dos modelos construídos, os resultados obtidos para as razões de chance são muito importantes para o avanço na discussão do tema. As razões de chance indicam em quanto muda a chance de uma mulher não ter filhos por pertencer a uma categoria diferente da categoria de referência em uma das variáveis, considerando que todas as demais características sociodemográficas incluídas no modelo se mantiveram constantes.

Antes de iniciar a discussão acerca dos resultados dos modelos completos, vale destacar um primeiro resultado que chama a atenção. Este diz respeito ao modelo que inclui apenas as coortes em análise, conforme mostrado na Tabela 4. É possível ver uma tendência crescente

---

<sup>26</sup> Os testes de qualidade de ajuste considerados foram o de Pearson e o de Hosmer e Lemeshow. A hipótese nula de ambos os testes é que o ajuste do modelo é bom. Para todos os modelos, temos o p-valor < 0.0001, o que significa que não há evidências de que o ajuste do modelo seja bom.

<sup>27</sup> O modelo está correto em cerca de 50 a 60% das vezes para todas as coortes no que tange à predição das *childless women*.

entre os coeficientes, ou seja, quanto mais jovem a coorte, maior a chance de uma mulher pertencente a esta coorte, de terminar a vida reprodutiva sem filhos. Esta tendência comprova o aumento da prevalência de *childlessness* ao longo das coortes mostrado na análise descritiva, quando o percentual de 9,03 em 1942-1946 aumenta para 13,53 em 1966-1970. Assim como expõe Miettinen *et al.* (2015), a associação negativa entre TFT (completa de coorte) e ausência de filhos permanente tem se intensificado ao longo das coortes, sugerindo que ao passo em que a fecundidade cai, o impacto relativo de *childlessness* na coorte aumenta.

**TABELA 4 - Estimativas pontuais dos coeficientes e razões de chance para o modelo que inclui apenas as coortes selecionadas (1942-1946 a 1966-1970). Brasil 1991-2010**

	Coeficiente (b)	Razão de chance (OR)	Erro-padrão (SE)
<i>Intercepto</i>	-2,3102	0,0992	0,0001***
<b>Coorte de Nascimento</b>			
1942-1946 ( <u>omitida</u> )			
1947-1951	0,0339	1,0345	0,0026***
1951-1955	0,1014	1,1068	0,0027***
1956-1960	0,1580	1,1712	0,0028***
1961-1965	0,3567	1,4287	0,0032***
1966-1970	0,4553	1,5767	0,0035***

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria. Nota: \* p<0,1; \*\* p<0,05; \*\*\* p<0,01.

Feita a exposição do primeiro modelo construído apenas com as coortes, ressalta-se o processo de entrada de cada uma das variáveis. O método utilizado foi o *stepwise*. Nele, após o ajuste do modelo apenas com o intercepto, as variáveis com maior correlação com a variável resposta são incluídas uma a uma. A ordem de inclusão foi a seguinte: situação conjugal, educação, raça/cor, localização geográfica, região brasileira e religião. A cada nova inclusão, todas as variáveis são reavaliadas e podem ser excluídas se não forem estatisticamente significativas no novo modelo. Constatou-se, portanto, que para as coortes de nascimento de 1951-1955, 1956-1960, e 1966-1970, todas as variáveis se mostraram estatisticamente significativas. Nos modelos das coortes 1942-1946 e 1947-1951 apenas *religião* não se mostrou significativa. E, por fim, para a coorte 1961-1965, apenas a categoria *outras raças* não se comprovou estatisticamente significativa. Diante deste contexto, tendo em vista a importância na literatura da dicotomia entre ter ou não uma religião para explicar o fenômeno da ausência de filhos, e sabendo que em apenas duas das seis coortes não houve

significância estatística, optou-se por manter esta variável, com a justificativa de que é interessante interpretar os seus resultados com a série longitudinal completa. Além disso, como o mais importante no que tange à variável *Raça/Cor* é comparar mulheres brancas, pardas e pretas, também foi mantida a categoria “outras raças” na coorte 1961-1965.

Iniciando a discussão dos resultados presentes na Tabela 5, por meio do que ocorre com a variável *raça/cor*, é possível notar semelhanças com a análise descritiva. Esta mostrou maior prevalência da ausência de filhos entre as pretas se comparadas às brancas e pardas, ao passo que, as regressões logísticas exibem, em qualquer das coortes, chance de uma mulher preta não ter filho sempre superior à de uma branca ou parda, mantidas as demais características sociodemográficas constantes.

Ainda especificamente no que tange às pretas, vê-se que entre a primeira e a terceira coorte, a razão de chance (OR) aumenta, para depois decrescer até a última coorte (a mais recente). Já para brancas e outras raças, não se percebe uma tendência muito bem definida. Por fim, reforça-se que a categoria parda é a que exibe menor chance de zero filho em qualquer coorte analisada.

Como já situado pela revisão da literatura e observado pelas análises descritivas, situação conjugal é a variável demográfica que apresenta relação mais forte com ausência de filhos. Nas duas primeiras coortes, a situação permanece praticamente a mesma, isto é, a chance de uma mulher que nunca viveu com cônjuge ter zero filho chega a ser quase 55 vezes a de uma mulher que alguma vez viveu com cônjuge, controladas as demais variáveis. Esse número aumenta para 69 vezes quando analisada a coorte de 1951-1955, mas, a partir daí passa a diminuir. No modelo 4, cai para 58, e para 28 na coorte mais jovem, nascida entre 1966-1970. Este contexto reforça o afrouxamento da relação entre união e reprodução sugerido na análise descritiva. De um lado, as mulheres nunca unidas passam a apresentar uma menor chance de não terem filhos (mas, ainda muito forte), e, de outro, vê-se um aumento percentual de mulheres sem filho entre aquelas unidas ou que já estiveram em união. Isto é, uma situação que anteriormente tendia a ser mais demarcada, com o avançar das coortes, observa-se certa suavização das relações. Reher e Requena (2018) também discutem esta desvinculação entre união e reprodução na Espanha, ao passo em que observam um aumento de *childlessness* entre as mulheres já unidas, e redução entre as nunca unidas.

A variável de situação conjugal possui também uma importante relação com raça/cor, quando se trata de ausência de filhos. Como já descrito pelas regressões, as mulheres pretas possuem maior chance de terminarem o período reprodutivo sem filhos, se comparadas às brancas e pardas. Tendo em vista que situação conjugal se apresenta como a variável de maior associação com *childlessness*, é possível levantar a hipótese de que esta menor chance encontrada para as pretas decorre de questões que envolvem mercado de casamento (LONGO, 2011). A literatura mostra que, de uma maneira geral, as pretas apresentam maiores dificuldades em encontrar um parceiro. Portanto, dada a menor chance das pretas se unirem e a grande associação existente entre não se unir e não ser mãe, pode-se sugerir que o mercado de casamento é um importante fator associado à relação entre ser preta e não ter filho.

A relação entre educação e ausência de filhos é clara e positiva: quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a chance de a mulher chegar ao final do período reprodutivo sem filhos. A coorte de 1956-1960 é a que apresenta maior OR para Superior Completo. Quanto à tendência completa entre coortes, alguns certos padrões podem ser discutidos. Por exemplo, a razão de chance da categoria Médio Completo diminui ao longo do tempo, isto é, a chance dessas mulheres não terem filho em relação àquelas com Fundamental Incompleto decresce a cada coorte. Observa-se essa mesma redução entre mulheres com Fundamental Completo. A partir desses resultados, pode-se discutir que estar em um nível educacional intermediário (Fundamental Completo e Médio Completo) em relação a um mais baixo (Fundamental Incompleto) garante menor chance de terminar o período reprodutivo sem filhos, uma vez que outros fatores comuns a todas elas podem estar exercendo maior efeito do que a própria elevação do grau de escolaridade. Ainda assim, a diferença de OR daquelas com Superior Completo para as demais é consideravelmente grande, o que reflete o fato de níveis mais elevados de escolaridade serem bastante associados à *childlessness*. Ainda, o avanço da escolarização feminina pode ter sido responsável por grande parte do aumento na ausência de filhos observado no período em análise.

Encontrar significância estatística quando se trabalha com bases de dados tão grandes como as utilizadas neste trabalho pode não significar que as categorias tenham diferenças realmente relevantes entre si, uma vez que o poder do teste gerado por amostras grandes reconhece como significativas mesmo diferenças muito pequenas. Embora seja estatisticamente significativa uma diferença de 5 ou 1% na chance de não ter filhos nos

modelos ajustados, por exemplo, interpretativamente este resultado não diz muito. Isso posto, avaliar a significância interpretativa além da estatística se faz fundamental. Na variável de religião, a categoria sem religião não apresentou significância estatística no modelo 1 da coorte 1942-1946. Isto quer dizer que não há evidência de que exista diferença nas chances de uma mulher não ter filhos se ela possui religião (referência) ou não. E ainda que haja significância estatística, algumas delas não têm significância interpretativa, uma vez que as chances são no máximo 10% maiores ou menores comparando com e sem religião. Este é o caso do modelo 2 para a coorte de 1947-1951. Ainda que a análise descritiva indicasse que a ausência de filhos parece estar mais associada a ausência de religião, ao se controlar pelas demais variáveis, não se observa diferença importante entre elas. Entre as coortes de nascimento mais recentes, porém, a chance de uma mulher pertencente a categoria sem religião não ter filhos é sempre maior que a de uma mulher com religião, cerca de 30% na coorte de 1951-1955, e 23% na de 1966-1970, a mais jovem. Percebe-se, portanto, a partir de 1951 uma tendência declinante, isto é, a chance de uma mulher sem religião não ter filho diminui com as coortes.

Para as regiões brasileiras, é possível notar que as razões de chance se tornam menores com o passar do tempo. Por exemplo, uma mulher da coorte 1942-1946 que vivia no Sudeste tinha uma chance 1,31 vezes maior ter zero filho do que uma que vivia no Norte, já para a coorte mais jovem de 1966-1970 a chance é 47% maior. Além disso, a diferença entre as regiões também diminui no período. O Centro-Oeste que apresentava uma razão de chance igual à 1,68 na coorte de 1942-1946, passa a exibir um valor equivalente à 1,08 na coorte de 1966-1970, isto é, a chance de uma mulher que reside no Centro-Oeste não ter filho é praticamente a mesma de uma mulher que mora no Norte. Chama ainda atenção o fato de na coorte mais jovem (1966-1970) apresentar, não só na região Centro-Oeste, como na Sul, chance de zero filho equivalente à observada na região Norte. As duas únicas regiões que exibem chance consideravelmente maior quando comparadas à referência são Nordeste e Sudeste, evidenciando um possível processo de convergência entre as regiões, de forma semelhante ao que ocorre para a fecundidade como um todo, como discutido em 2.1 por Berquó e Cavenaghi (2005).

Vale ainda destacar que as chances de uma mulher não ter filhos, em relação a uma que vive no Norte, são sempre maiores na região Sudeste, seguidas pelas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Estes resultados corroboram com o que foi encontrado na análise descritiva,

**TABELA 5 - Estimativas pontuais das razões de chance dos modelos de regressão logística para as seis coortes selecionadas – mulheres com idades de 40 a 49 anos na data dos Censos de 1991, 2000 e 2010**

	Coorte de Nascimento											
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5		Modelo 6	
	1942-1946 N = 3175138		1947-1951 N = 3989786		1951-1955 N = 4517329		1956-1960 N = 5427903		1961-1965 N = 6143348		1966-1970 N = 6692409	
	OR	SE										
<i>Intercepto</i>	0,1831	0,0002***	0,0164	0,0002***	0,0285	0,0003***	0,0279	0,0002***	0,0453	0,0003***	0,0473	0,0003***
<b>Raça/Cor</b>												
<i>Parda (omitida)</i>												
Branca	1,0380	0,0063***	1,0978	0,0059***	1,0539	0,0052***	1,0878	0,0048***	1,0546	0,0035***	1,0721	0,0033***
Preta	1,0878	0,1200***	1,1976	0,0118***	1,2511	0,0107***	1,2260	0,0095***	1,1073	0,0062***	1,0984	0,0057***
Outras raças	1,2155	0,0308***	1,4507	0,0318***	1,1610	0,0220***	1,3783	0,0239***	1,1122	0,0135***	1,1617	0,0125***
<b>Situação Conjugal</b>												
<i>Alguma vez viveu com cônjuge (omitida)</i>												
Nunca viveu com cônjuge	53,8881	0,2919***	54,5903	0,2564***	69,3065	0,3445***	58,9806	0,2468***	30,8335	0,1118***	28,6210	0,0943***
<b>Educação</b>												
<i>Fundamental Incompleto (omitida)</i>												
Fundamental Completo	1,2716	0,011***	1,2874	0,0092***	1,1352	0,0069***	1,0910	0,0057***	1,0386	0,0042***	1,0165	0,0039***
Médio Completo	2,0300	0,0158***	1,9587	0,0126***	1,8196	0,0100***	1,8331	0,0088***	1,4391	0,0057***	1,5297	0,0056***
Superior Completo	2,8917	0,0266***	3,0914	0,0232***	2,8084	0,0183***	3,1824	0,0186***	2,3681	0,0102***	2,6343	0,0107***
<b>Religião</b>												
<i>Com Religião (omitida)</i>												
Sem Religião	0,9948	0,0148	1,0851	0,0132***	1,3092	0,0133***	1,2818	0,0109***	1,2623	0,0081***	1,2322	0,0070***
<b>Região Brasileira</b>												
<i>Norte (omitida)</i>												
Centro-Oeste	1,6873	0,0306***	1,3891	0,0220***	1,1208	0,0154***	1,0639	0,0126***	1,0467	0,0093***	1,0814	0,0083***
Sul	1,9108	0,0307***	1,7870	0,0246***	1,4028	0,0167***	1,3566	0,0140***	1,1523	0,0091***	1,0867	0,0075***
Nordeste	2,0928	0,0315***	1,8876	0,0243***	1,4234	0,0160***	1,3778	0,0134***	1,2849	0,0094***	1,2248	0,0077***
Sudeste	2,3176	0,0348***	2,1422	0,0273***	1,6203	0,0178***	1,5474	0,0146***	1,5539	0,0111***	1,4740	0,0089***
<b>Loc. Geográfica</b>												
<i>Rural (omitida)</i>												
Urbano	0,8235	0,0057***	0,8457	0,0054***	0,8432	0,0054***	0,8452	0,0050***	0,9619	0,0048***	0,9860	0,0046***

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria. Nota: \* p<0,1; \*\* p<0,05; \*\*\* p<0,01.

isto é, a maior prevalência em *childlessness* no Sudeste e a menor no Norte.

A variável de localização geográfica destaca-se não pela magnitude de suas razões de chances, mas, pela direção em que elas afetam a ausência de filhos. Os resultados da modelagem são opostos ao que se esperava com a análise descritiva. Nela, mulheres residentes em área urbanas apresentavam percentuais mais altos de ausência de filhos do que as mulheres residentes em áreas rurais. Porém, ao se controlar pelas demais variáveis socioeconômicas e demográficas, isto é, avaliar o efeito isolado desta variável sobre a ausência de filhos, a situação se inverte. Em todos os modelos ajustados a chance de uma mulher residente em áreas urbanas não ter filhos é menor do que a de uma mulher residente em área rural. Porém, vale ainda ressaltar que para os modelos 5 e 6, isto é, as coortes 1961-1965 e 1966-1970, as chances de uma mulher na zona urbana não ter filho se aproximam muito das chances de uma mulher residindo em áreas rurais. A investigação das razões relacionadas a esta inversão pode exigir esforços extras de seleção de variáveis e modelagem estatística, além da exploração de conteúdo específico sobre a relação entre urbanização e fecundidade, por exemplo. Tendo em vista o escopo deste estudo, esta investigação fica como sugestão de agenda de pesquisa.

Em conclusão, os subcapítulos 4.1 e 4.2 demonstram que, de uma maneira geral, os resultados descritivos estiveram em consonância com os achados dos modelos ajustados, a exceção da variável de localização geográfica. De forma específica, chamou atenção o fato de a variável situação conjugal apresentar uma associação com *childlessness* ainda muito forte, apesar de a magnitude aparentar perder força ao longo das coortes.

### **4.3 Resultados da Decomposição**

Os resultados descritivos e de regressão analisados acima mostram que mudanças ocorreram tanto na composição (características), como nos coeficientes ou taxas (comportamento reprodutivo). Com o intuito de quantificar a contribuição relativa de cada uma dessas variações no aumento da proporção de mulheres sem filho, implementou-se decomposição baseada em regressão logística, conforme descrição em 3.4. Foram selecionadas as coortes mais antiga (1942-1946) e mais recente (1966-1970). Dessa forma, é possível visualizar o que ocorre no período como um todo, tendo em vista que a tendência de aumento na proporção de *childlessness* é contínua, conforme o Gráfico 1 apresentou.

A Tabela 6 apresenta os resultados, especificando as contribuições individuais das mudanças em cada uma das categorias das variáveis, assim como a soma delas em ambos os componentes de composição e taxa. De forma semelhante ao que fazem Hayford (2013) e Reher e Requena (2018), este trabalho dá maior destaque às variáveis de situação conjugal e educação, tendo em vista a importância destas na explicação da ausência de filhos, conforme discutido na revisão bibliográfica e reforçado pelos resultados das regressões logísticas. Ressalta-se, porém, que também serão discutidos os principais achados acerca das demais variáveis de controle inseridas no modelo.

A análise se inicia com os componentes agregados (Mudança Total), isto é, quanto do total do aumento na proporção de mulheres sem filhos é devido a efeito de composição, e quanto é devido a efeito de taxa. Observa-se que ambos os componentes contribuem positivamente para a tendência crescente de *childlessness*, com vantagem para a contribuição das mudanças no comportamento reprodutivo (56,18% do total). O recorte aqui analisado abarca um período de intensas mudanças na composição da população decorrentes do processo de transição demográfica que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960. Vislumbrando uma futura análise que contemple coortes nascidas posteriormente, isto é, inseridas num contexto de transição mais moderada, ou mesmo pós-transicional, é possível hipotetizar que a parcela de contribuição das mudanças no comportamento reprodutivo será ainda maior *vis-à-vis* os efeitos composicionais. Quanto a este cenário, pode-se pensar numa hipótese em que uma futura decomposição que utilize de coortes nascimento mais recentes apresente uma parcela de contribuição de taxas ainda maior. Isto é, quanto mais distante de um período de variadas flutuações composicionais, maior tende a ser o papel do comportamento reprodutivo para moldar o contexto de *childlessness*.

É possível ver também que praticamente 30% da mudança total é atribuível ao intercepto. Assim como Hayford (2013) expõe, este percentual pode ser pensado como uma mudança secular experimentada em toda população. Isto é, quase um terço do aumento da proporção de mulheres sem filho decorre de mudanças gerais, ao invés de um comportamento específico de determinado segmento individual da população. É possível perceber, portanto, uma importante diferença entre o que se encontra para o Brasil e para os EUA. Conforme descrito em 2.3, em ambos os períodos analisados por Hayford (2013), a maior parcela de mudança em *childlessness* é atribuível ao intercepto.

Analisando especificamente as contribuições de cada uma das categorias das variáveis, observa-se que o aumento da proporção de mulheres sem filhos é atribuível principalmente a duas mudanças: 1) na composição das mulheres com fundamental incompleto (35% do total); 2) no comportamento reprodutivo das mulheres que alguma vez viveram com cônjuge ou que ainda vivem atualmente (30% do total). Pode-se dizer, portanto, que a não ocorrência dessas duas grandes mudanças teria provocado um aumento em *childlessness* de magnitude bem menor, se comparado ao que foi, de fato, observado. Isto é, o crescimento proporcional entre a coorte mais antiga e a mais recente não alcançaria um aumento de 50%.

As mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres que alguma vez viveram com cônjuge contribuindo em grande medida para o aumento de *childlessness* é mais um indício de uma importante discussão colocada ao longo deste capítulo de análise dos resultados. As descritivas mostraram que a proporção de mulheres sem filho que alguma vez estiveram unidas aumentou ao longo das coortes. Já as regressões logísticas indicaram uma queda na força da associação existente entre ausência de filho e ausência de união, ainda que esta relação permaneça como a mais forte entre as variáveis. Como já sugerido, este contexto parece estar indicando um distanciamento da relação entre união e reprodução. O fato de a decomposição mostrar que o aumento de *childlessness* foi atribuível, em grande medida, a mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres alguma vez unidas parece estar apontando para o mesmo cenário. A união expõe as mulheres a um maior risco de se tornarem mães, mas, como a decomposição indica, a forma com que elas têm mudado seu comportamento ao longo das coortes está contribuindo fortemente para o aumento de *childlessness*.

Toda esta conjuntura exposta pode servir como um importante indicador de uma situação na qual não se unir representa cada vez menos a ausência de filhos. Dado que relativamente há mais mulheres unidas sem filho, que a associação entre não se unir e não ser mãe diminui, e que o comportamento reprodutivo das que alguma vez se uniram está direcionado a aumentar a proporção de *childlessness*, é possível reforçar a hipótese de crescente desvinculação entre união e reprodução (apesar de a relação entre estas variáveis ainda ser forte). Conforme discutido em Reher e Requena (2018), boa parte da ausência de filhos em sociedades mais antigas era decorrente apenas da composição proporcional de mulheres unidas e não unidas. Porém, quando se trata de contextos mais atuais, devido a esse afrouxamento, o panorama tende a mudar.

De forma paralela a esse debate acerca da desvinculação, ainda ao se analisar o grande impacto das mudanças no comportamento reprodutivo das que já se uniram no aumento de *childlessness*, surge a discussão sobre o caráter voluntário que a ausência de filhos pode assumir. Este resultado da decomposição, aliado, mais uma vez, às descritivas que mostram uma crescente prevalência de *childlessness* nesse grupo de mulheres, e às regressões logísticas que indicam a (ainda) forte associação existente entre união e reprodução, parece estar indicando um contexto no qual as mulheres estão optando deliberadamente pela ausência de filhos. Dado que as mudanças no comportamento reprodutivo das que já se uniram apontam para o aumento de *childlessness*, e excluindo a possibilidade dessas mulheres não se tornarem mães em razão de impedimentos biológicos, a hipótese mais plausível é que elas estejam escolhendo não se reproduzir, ou seja, deliberando a favor da ausência de filhos voluntária. Portanto, essa mesma tríade de resultados que reúne descritivas, regressões logísticas e decomposição, parece estar apontando para um cenário comum, qual seja, o de aumento da proporção de mulheres que não possuem filhos devido a questões voluntárias.

É ainda possível estabelecer relação entre essa discussão e o que expõem Poston e Trent (1982) e Rowland (1998) em 2.2. Segundo estes autores, os elevados níveis de *childlessness* observados em coortes antigas nascidas ainda no início do século XX (especialmente na Europa) eram decorrentes de fatores como mal nutrição, doenças infectocontagiosas e ausência de condições estruturais e econômicas das sociedades e das famílias. Estes aspectos levantados demonstram, portanto, um viés de involuntariedade, isto é, as mulheres não tinham filhos por questões outras que não o seu próprio desejo. Porém, quando se analisa as recentes coortes brasileiras, está presente um novo conjunto de preferências e prioridades. Como Reher e Requena (2018) também expõem, a ausência de filhos não parece resultar dessas limitações tradicionais, mas, de maiores níveis de agência individual.

Ainda que os dados brasileiros não forneçam a possibilidade de entender se ausência de filhos é voluntária ou involuntária a partir de pesquisas que utilizem perguntas específicas para tal, quando se alia a discussão acima aos resultados encontrados principalmente pela decomposição, os quais revelam que as mulheres alguma vez unidas estão mudando seu comportamento reprodutivo no sentido de uma crescente proporção de *childlessness*, torna-se possível reforçar a hipótese de que a ausência de filhos atual é em grande parte voluntária. Se união e reprodução são muito relacionados, se a proporção de mulheres que já se uniram

e não possuem filhos aumenta, e, especialmente, se mudanças no comportamento dessas mesmas mulheres contribuem fortemente para o aumento de *childlessness*, quer dizer que existe uma escolha deliberada, com exceção de um possível impedimento biológico que inviabilize o nascimento de uma criança.

No que tange às mulheres com Fundamental Incompleto, além das já citadas mudanças de composição, os efeitos de taxa também tiveram razoável contribuição para a tendência de aumento de *childlessness* no Brasil – 12% do total. Ambos os efeitos somam, portanto, 47% do total da variação na variável dependente. Ao analisar Fundamental Completo, por outro lado, vê-se que as mudanças ocorridas nessa categoria teriam provocado uma tendência de queda na proporção de mulheres sem filho, caso as demais variações não tivessem ocorrido. As mudanças de composição e de taxa na categoria Médio Completo quase se anulam, ao passo que as variações composicionais em Superior Completo contribuem muito mais do que os efeitos de taxa, resultado este que parece ser reflexo do processo de universalização do ensino superior no país, o qual provocou maior inserção de jovens e adultos nas universidades.

Quanto à situação conjugal, como já exposto nas discussões acerca do *afrouxamento e voluntariedade*, o efeito de taxa importa mais do que o de composição: 27,47% *versus*. 7,81% - o que soma 35% do total das mudanças em *childlessness*. Vê-se, portanto, que as mudanças nessa variável são compostas quase em sua totalidade por mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres que alguma vez viveu com cônjuge. Variações na composição de ambas as categorias da variável contribuem pouco para o aumento de *childlessness*, e as alterações no comportamento reprodutivo daquelas nunca unidas corroboram para uma tendência contrária (assim como ocorre para a categoria Fundamental Completo). Isto é, na ausência de outras mudanças, as mudanças que ocorreram no comportamento reprodutivo das nunca unidas teriam gerado tendência de declínio na proporção de mulheres sem filho. Este efeito por si só pode funcionar como mais um indício do já sugerido afrouxamento, ao passo em que mulheres sem parceiro da coorte mais jovem parecem estar optando em maior medida pela maternidade, se comparadas às mulheres pertencentes à coorte mais antiga.

Analisando as categorias de forma agregada em cada uma das variáveis (as linhas da Tabela 6 que apresentam o *Total*), o aumento na proporção de mulheres sem filho pode ser atribuído, majoritariamente às mudanças na variável de Educação. Apesar de os efeitos de taxa na

variável de Situação Conjugal serem de grande relevância, as variações na composição da mesma são menores. Assim, no cômputo geral, a mudança total (composição + taxa) na variável de Educação contribui mais para o aumento de *childlessness* do que a mudança total em Situação Conjugal. De maneira contrária, Hayford (2013) e Reher e Requena (2018) encontram que variações na composição das mulheres solteiras impactaram mais do que alterações na educação. Também diferente do cenário brasileiro no qual variações composicionais no Fundamental Incompleto possuem maior impacto, os contextos norte-americano (HAYFORD, 2013) e espanhol (REHER e REQUENA, 2018) mostram que o aumento de *childlessness* pode ser mais atribuído às variações na composição das mulheres com diploma universitário.

Como se vê, mudanças tanto de ordem composicional como comportamental nas variáveis de educação e situação conjugal são as que mais contribuem para o aumento da proporção de mulheres sem filho no Brasil. Contudo, além destas e da já discutida contribuição do intercepto, alterações entre as coortes nas demais variáveis também explicam a crescente proporção de *childlessness*.

No que tange às regiões brasileiras, vê-se que ambos efeitos de composição (em menor nível) e taxa (em maior nível) fariam com que a proporção de mulheres sem filho diminuísse ao longo das coortes, caso as demais variáveis não mudassem. Tratando especificamente das categorias, o comportamento reprodutivo das mulheres do Norte contribui para a tendência crescente, ao passo que as outras regiões exerceriam força no sentido do decréscimo de *childlessness*. Isto é, as mulheres das demais regiões parecem estar se comportando em termos reprodutivos de forma a reduzirem a ausência de filhos proporcionalmente. Os efeitos de composição são relativamente menores, e apenas Sul e Nordeste contribuiriam para a observada tendência crescente – as demais reduziriam a proporção, caso outras mudanças não ocorressem.

A contribuição total da variável Religião se assemelha à de regiões brasileiras. Isto é, o somatório das mudanças na variável contribuiria para a produção de uma tendência decrescente de *childlessness*, caso outras variações não ocorressem. Todavia, os componentes impactam de maneira oposta entre si, isto é, mudanças de composição contribuem para a tendência crescente, ao passo em que mudanças no comportamento reprodutivo tendem a direcionar a tendência para baixo. Entre eles, o efeito de taxa é mais forte. Analisando as categorias de forma específica, as mudanças no comportamento

reprodutivo das mulheres que possuem religião equivalem a quase totalidade das variações. Os efeitos de taxa na outra categoria e os efeitos de composição em ambas as categorias representam uma contribuição muito pequena na variável e no total.

As alterações na variável de Localização Geográfica são compostas basicamente por mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres que residem na área urbana. Os efeitos de taxa das residentes na zona rural e as variações no componente de composição das duas categorias atuam no sentido de produzir uma tendência decrescente da proporção de mulheres sem filhos (caso outras mudanças não ocorressem), porém, suas contribuições são relativamente bem menores. Para esta variável, portanto, o que mais importa para explicar a tendência crescente de *childlessness* são as mudanças comportamentais na zona urbana.

Por fim, as mudanças na variável Raça/Cor são as que menos contribuem relativamente para o aumento da proporção de mulheres sem filho entre as coortes de nascimento analisadas. Quanto aos componentes, as variações no comportamento reprodutivo impactam em maior medida se comparadas às mudanças composicionais nesta variável. As contribuições de cada umas das categorias em ambos os componentes são relativamente bem pequenas *vis-à-vis* as demais, não havendo qualquer destaque entre elas.

**TABELA 6 - Decomposição não linear multivariada entre as coortes de nascimento de 1942-1946 a 1966-1970 de mulheres sem filho que reportaram ter de 40 a 49 anos nos Censos de 1991, 2000 e 2010**

	Efeito de Composição (E)		Efeito de Taxa (C)		Efeito Total (C+E)	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
<b>Mudança Total</b>	0,019419000	43,819000000	0,024897000	56,181000000	0,044316000	100,000000000
Intercepto			0,013163000	29,702000000	0,013163000	29,702000000
<b>Raça/Cor</b>						
Parda	-0,000317540	-0,716530000	0,000099739	0,225060000	-0,000217801	-0,491470000
Branca	0,000072471	0,163530000	0,000816470	1,842400000	0,000888941	2,005930000
Preta	0,000037471	0,084553000	0,000010110	0,022814000	0,000047581	0,107367000
Outras raças	0,000048775	0,110060000	-0,000016167	-0,036480000	0,000032608	0,073580000
<i>Total Raça/Cor</i>	-0,000158823	-0,358387000	0,000910152	2,053794000	0,000751329	1,695407000
<b>Situação Conjugal</b>						
Alguma vez viveu com cônjuge	0,001739400	3,924800000	0,013334000	30,088000000	0,015073400	34,012800000
Nunca viveu com cônjuge	0,001725300	3,893200000	-0,001157800	-2,612600000	0,000567500	1,280600000
<i>Total Situação Conjugal</i>	0,003464700	7,818000000	0,012176200	27,475400000	0,015640900	35,293400000
<b>Educação</b>						
Fundamental Incompleto	0,015647000	35,306000000	0,005330400	12,028000000	0,020977400	47,334000000
Fundamental Completo	-0,005982900	-13,500000000	-0,000328560	-0,741400000	-0,006311460	-14,241400000
Médio Completo	0,001282600	2,894100000	-0,000524870	-1,184400000	0,000757730	1,709700000
Superior Completo	0,005570600	12,570000000	0,000124170	0,280200000	0,005694770	12,850200000
<i>Total Educação</i>	0,016517300	37,270100000	0,004601140	10,382400000	0,021118440	47,652500000
<b>Religião</b>						
Com Religião	0,000306480	0,691570000	-0,005102600	-11,514000000	-0,004796120	-10,822430000
Sem Religião	0,000305610	0,689600000	0,000130070	0,293500000	0,000435680	0,983100000
<i>Total Religião</i>	0,000612090	1,381170000	-0,004972530	-11,220500000	-0,004360440	-9,839330000
<b>Região Brasileira</b>						
Norte	-0,000298490	-0,673540000	0,000938750	2,118300000	0,000640260	1,444760000
Centro-Oeste	-0,000116590	-0,263070000	-0,000141760	-0,319870000	-0,000258350	-0,582940000
Sul	0,000093471	0,210920000	-0,001265600	-2,855700000	-0,001172129	-2,644780000
Nordeste	0,000003707	0,008365000	-0,001680600	-3,792300000	-0,001676893	-3,783935000
Sudeste	-0,000555890	-1,254400000	-0,001173500	-2,647900000	-0,001729390	-3,902300000
<i>Total Região Brasileira</i>	-0,000873792	-1,971725000	-0,003322710	-7,497470000	-0,004196502	-9,469195000
<b>Loc. Geográfica</b>						
Rural	-0,000073741	-0,166400000	-0,000868640	-1,960100000	-0,000942381	-2,126500000
Urbano	-0,000073673	-0,166240000	0,003210800	7,245100000	0,003137127	7,078860000
<i>Total Loc. Geográfica</i>	-0,000147414	-0,332640000	0,002342160	5,285000000	0,002194746	4,952360000

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos de 1991, 2000 e 2010.

## 5 CONCLUSÃO

Entre as coortes de nascimento de 1942-1946 a 1966-1970, diagnosticou-se uma elevação de quase 50% na proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filho. Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo entender quais as mudanças mais contribuíram para a crescente tendência. Isto é, dadas as variações na composição dessa população, e a associação entre *childlessness* e suas principais variáveis explicativas, realizou-se decomposição baseada em regressão logística para quantificar qual a parcela atribuível a mudanças composicionais, e qual a parcela atribuível a mudanças de taxa.

Com o propósito de embasar o estudo, primeiramente foi apresentado um arcabouço teórico e conceitual acerca das principais questões que permeiam a ausência de filhos. Esta discussão percorreu um processo que foi desde a transição da fecundidade no Brasil até as diferentes caracterizações que *childlessness* pode assumir, perpassando pelo seu contexto e por suas mais importantes variáveis de explicação. Este vasto arcabouço se encerra com um resumo das principais possibilidades dentre as quais as mulheres podem terminar o período reprodutivo sem filhos, resumo este denominado por *macro contextos definidores da ausência de filhos*.

Posteriormente, foram expostas as bases de dados, apresentadas as variáveis e explicados os principais métodos utilizados. Assim como apontado por Reher e Requena (2018), os modelos utilizados neste estudo são limitados pela disponibilidade de dados e pelo significado das variações ocorridas ao longo do tempo. Por isso, fornecem uma visão com algumas restrições de um processo muito grande de mudança social. Fatores como mudanças culturais, disponibilidade de métodos contraceptivos e o significado de família, além de não estarem incluídos nas bases de dados utilizadas, se alteraram durante o período analisado. A ausência de variáveis como estas citadas acaba por limitar a discussão dos resultados, os quais, por sua vez, funcionam como importantes sugestões do que, de fato, vem ocorrendo com a ausência de filhos ao longo do tempo. Entretanto, essas limitações não podem impedir a realização de estudos como este. É necessário, sim, ter consciência de que um grande conjunto de fatores não controlados pode estar por trás de eventos como *childlessness*,

porém, com as devidas ressalvas, é possível tentar entender as contribuições das mudanças ocorridas em importantes variáveis que explicam a ausência de filhos.

O processo de analisar o que mais impacta a crescente tendência da proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filhos envolveu três etapas. A primeira delas é composta pela discussão dos resultados descritivos. Analisou-se a estrutura de cada uma das coortes de nascimento e a prevalência de *childlessness* nas diferentes categorias das variáveis. Encontrou-se que a ausência de filhos está mais presente entre as mulheres pretas, que nunca viveram com cônjuge, com superior completo, sem religião, residentes no sudeste e predominantemente em áreas urbanas.

A segunda etapa consistiu na discussão dos resultados das regressões logísticas. Quando se controla pelas demais variáveis, as mulheres pretas possuem maior chance de não terem filhos; as que nunca viveram com cônjuge estão mais associadas à *childlessness* (apesar desta associação ser ainda muito forte, começou a apresentar queda); ter ensino superior completo é a categoria que mais aumenta a chance de não ser mãe; no que tange à religião, a relação com maior força se apresenta nas coortes mais recentes, quando aquelas que não possuem qualquer crença possuem maior chance de não se reproduzirem; e, por fim, *childlessness* está mais associada a residir no sudeste e nas áreas rurais. Vê-se, portanto, que, com exceção desta última variável de localização geográfica, os resultados foram consistentes em relação aos esperados para as associações analisadas nas descritivas.

A terceira e mais importante etapa compreende a discussão do que se encontrou através de decomposição baseada em regressão logística. Em resumo, o principal resultado deste trabalho mostra, de forma agregada, que mudanças no comportamento reprodutivo contribuem mais do que variações na composição das mulheres. De maneira desagregada, isto é, analisando cada uma das variáveis controladas, o aumento da proporção de mulheres sem filho é decorrente na sua maior parte de mudanças na composição das mulheres com fundamental incompleto e no comportamento reprodutivo das mulheres que alguma vez viveram com cônjuge. O intercepto também possui relevância. Uma parcela importante do aumento de *childlessness* decorre de mudanças gerais, ao invés de um comportamento específico de determinado segmento individual da população.

Quanto à primeira dessas contribuições citadas, é possível ver através da Tabela 2 que a proporção de mulheres com fundamental incompleto cai quase pela metade entre as coortes

mais antiga e mais recente, a principal variação de composição dentre todas as categorias analisadas nas variáveis de controle.

Quanto às mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres que alguma vez viveram com cônjuge, surgem duas importantes discussões. A primeira delas trata do sugerido afrouxamento/desvinculação entre união e reprodução. Este é entendido e evidenciado através de uma sequência de resultados que culmina com a decomposição. Primeiramente, através das descritivas, percebe-se aumento proporcional da ausência de filhos entre as já unidas; depois, as regressões logísticas apontam queda na associação entre não se unir e não ser mãe; e, por fim, mudanças no comportamento reprodutivo dessas mulheres já unidas contribuem fortemente para o aumento de *childlessness*.

A segunda grande discussão reflete sobre o aparente aumento da ausência de filhos voluntária. Este debate torna-se ainda mais interessante, tendo em vista que as bases de dados disponíveis não permitem a análise direta desta situação. Assim, ainda que os insumos de pesquisa para entender este fenômeno (*voluntary childlessness*) sejam limitados, a partir da conexão de uma série de resultados, é possível sugerir (com parcimônia) que a ausência de filhos voluntária tem aumentado no Brasil. Este raciocínio é evidenciado através da mesma sequência relatada no parágrafo anterior, a qual se inicia com as descritivas, passa pelas regressões logísticas e termina com a decomposição. Excluindo, portanto, a possibilidade de não se ter filhos em virtude de impedimentos biológicos, pode-se sugerir que as mulheres estão, cada vez mais, deliberando (sozinhas ou em conjunto de seus parceiros) em favor da ausência de filhos.

Por fim, a decomposição mostrou que o somatório de mudanças (composição + taxa) na variável de educação superou o somatório de mudanças na variável de situação conjugal. A partir deste resultado, é possível levantar uma hipótese de que os padrões encontrados para países desenvolvidos (EUA e Espanha) se diferem dos achados para países em desenvolvimento. Ao passo que em Hayford (2013) e Reher e Requena (2018), as mudanças na variável de status marital foram as que mais contribuíram para o aumento em *childlessness*, o contexto brasileiro mostra que sua tendência de crescimento é majoritariamente atribuível a variações na educação, ainda que alterações no comportamento reprodutivo entre as já unidas alguma vez tenham contribuído em grande medida. A discussão acerca desse questionamento, isto é, se os padrões dos países desenvolvidos se

assemelham ou se diferem dos em desenvolvimento, fica como uma sugestão de agenda de pesquisa futura.

Outra recomendação é realizar este mesmo tipo de investigação através de decomposição utilizando coortes de mulheres nascidas na unidade federativa de São Paulo. Tendo este estado nível de desenvolvimento socioeconômico superior ao do Brasil como um todo, é possível comparar os futuros resultados com o que encontraram Hayford (2013) e Reher e Requena (2018), com o sentido de entender se a realidade de São Paulo no que tange à *childlessness* se assemelha mais ao contexto brasileiro ou à conjuntura norte-americana e espanhola. De forma parecida, outra agenda seria de estudar, comparativamente, os países da América Latina – contexto ainda não discutido pela literatura.

Uma quarta futura pesquisa que os resultados deste trabalho possibilitam sugerir, trata da interconexão entre mercado de casamento, reprodução e raça. Os resultados das regressões logísticas apontaram para uma maior chance de permanecer sem filhos entre as pretas e nunca unidas. É sabido também que as pretas possuem maior dificuldade em encontrar parceiro. Diante disso, um interessante estudo seria investigar a interconexão entre essas variáveis.

Uma quinta e última sugestão de trabalho que surge através desta dissertação seria investigar a fundo diferentes motivos, aspectos e fatores individuais – sociodemográficos, biológicos e psicológicos (dentre outras naturezas) – que influenciam e condicionam a ausência de filhos voluntária e involuntária. Apesar de a discussão acerca da ausência de filhos estar ganhando espaço, pouco foi feito no sentido de entender profundamente os motivos individuais que possam estar influenciando e condicionando a ausência de filhos tanto voluntária, como involuntária. O presente estudo, por exemplo, não consegue distinguir as mulheres sem filho segundo essa caracterização, em decorrência de limitação dos dados. Portanto, trabalhos que possuam propostas de ir a campo e coletar dados que permitam esse tipo de análise são de grande importância. Por meio destes é possível apresentar singularidades de diferentes grupos e perfis de mulheres encontrados, o que contribui sensivelmente para o entendimento do fenômeno como um todo, e permite discutir sobre os distintos *backgrounds* que condicionam a ausência de filhos.

Conforme exposto por Tanturri *et al.* (2015), o debate acerca da ausência de filhos cresce continuamente e seu futuro panorama se encontra em aberto. A utilização de dados que

possibilitem a análise de coortes mais recentes de mulheres brasileiras que já tenham terminado o período reprodutivo fornece o potencial de continuar a investigação iniciada por este trabalho, e, conseqüentemente, entender se o padrão de resultados aqui encontrados permanece ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABMA, J. C.; MARTINEZ, G. M. Childlessness among Older Women in the United States: Trends and Profiles. *Journal of Marriage and Family*, v. 68, n. 4, p.1045-1056, 2006.

Agrillo, C; Nelini, C. (2008) Childfree by choice: a review, *Journal of Cultural Geography*, 25:3, 347-363, DOI: 10.1080/08873630802476292.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Timing of childbearing in below replacement fertility regimes: how and why Brazil is different? In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 26., 2009, Marrakech. Anais... Paris: IUSSP, 2009.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. BARROS, L. F. W. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2010.

ANNELI, M., SZALMA, I. Childlessness Intentions and Ideals in Europe. *Finnish Yearbook of Population Research XLIX 2014*, pp. 31–55.

Balbo, N., Billari, F. C., Mills, M. & Bilari, F. C. Feb-2013 In: *European journal of population-Revue europeenne de demographie*. 29, 1, p. 1-38 38.

Bauer, T. K., S. Gohlmann, and M. Sinning. 2007. Gender differences in smoking behavior. *Health Economics* 16: 895–909.

Becker, G. (1960). An economic analysis of fertility. In A. J. Coale, H. Gille, G. Z. Johnson and C. V. Kiser (Eds.), *Demographic and Economic Change in Developed Countries* (pp.209 – 240). Princeton, NJ: Princeton University Press.

BERQUÓ; CAVENAGHI. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos estudos*, v. 74, p. 11-15, 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Brazilian fertility regimes: profiles of women below and above replacement levels. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 25., 2005, Tours. Anais... Tours: IUSSP, 2005.

BERQUÓ, E.S. Algumas indagações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil. In: CLACSO (Org.), *Familia reproducción de la población y dinámica de la sociedade capitalista*. São Paulo: Clacso, 1983, p. 207-228.

Berrington, A. (2004, Autumn). Perpetual Postponers? Women, Men's and Couple's fertility Intentions and Subsequent Fertility Behaviour. *Population Trends*, 117, 9-19.

Billari, F. C. and H.-P. Kohler. 2004. "Patterns of low and very low fertility in Europe". *Population Studies* 58 (2): 161-176.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_, Andersson, G., & Lundstrom, H. (2007). Approaching the limit: Long-term trends in late and very late fertility. *Population and Development Review*, 33, 149–170.

Bongaarts, J. (1978). A Framework for Analyzing the Proximate Determinants of Fertility. *Population and Development Review*, 4(1), 105-132. doi:10.2307/1972149.

Bongaarts, J. (2002). The end of the fertility transition in the developed world. *Population and Development Review*, 28(3), 419–443.

Burkimsher, M; Zeman, K. 2017. Childlessness in Switzerland and Austria. In: Kreyenfeld, M. and Konietzka, D. (eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, causes, and consequences*. Cham: Springer International: p. 115-137. Doi: 10.1007/978-3-319- 44667-7\_7.

Carmichael, G. A., & Whittaker, A. (2007). Choice and circumstance: Qualitative insights into contemporary childlessness in Australia. *European Journal of Population*, 23, 111–143.

Carvalho, J. A. M. e Brito, F. (2005). "A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios", *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, v.22, n.2, p.351-370, jul./dez.

Carvalho, J.A.M; Garcia, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, J.A.M., SAWYER, D.R. e PAIVA, P. The recent sharp decline in fertility in Brazil: economic boom, social inequality and baby bust. Cidade do México: The Population Council, 1981. (Working Paper, 8).

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.; RODRIGUES, R.N. (1998) Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia: Belo Horizonte: Série Textos Didáticos N.1 ABEP, 1994. 63 p.

CAVENAGHI, S. M. e ALVES, J. E. D. Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity. Socioeconomic and regional diversity. In: XXVII IUSSP International Population Conference, 2013, Bussan. Proceedings of XXVII IUSSP International Population Conference. Paris: IUSSP, 2013. v. 1. p. 1-25.

CHESNAIS, J.-C. (1996). Fertility, family and social policy, *Population and Development Review* 22(4): 729–739.

Ciaccio, V. 2006. Childfree motivators and social/political views. Thesis (PhD) Yona College, New Rochelle, NY, USA.

Esteve, A.; Florez-Paredes, E. 2018. The Stability Paradox: Why Expansion of Women's Education Has Not Delayed Early Union Formation or Childbearing in Latin America. DOI:10.1111/sifp.12055.

Even, W. E., and D. A. Macpherson. 1993. The decline of private-sector unionization and the gender wage gap. *Journal of Human Resources* 28: 279–296.

Fanta, Javiera y Nicolás Sacco (2018), "Tendencias de nupcialidad definitiva en países de América Latina y el Caribe: ¿Hacia la desuniversalización de la maternidad?", en *Coyuntura Demográfica*, núm. 13, pp. 24-31.

Fairlie, R. W. 2005. An extension of the Blinder–Oaxaca decomposition technique to logit and probit models. *Journal of Economic and Social Measurement* 30: 305–316.

\_\_\_\_\_. R. W. 1999. "The Absence of the African-American Owned Business: An Analysis of the Dynamics of Self-Employment," *Journal of Labor Economics*, 17(1): 80-108.

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*, n. 5, p. 62-103, 1989.

FERREIRA, M. F; VERONA, A.P. 2015. Entre aproveitar outras coisas, filhos e livros: O Perfil das “childless” brasileiras. 17º Seminário sobre a Economia Mineira.

Festy, P. (1980). On the new context of marriage in Western Europe. *Population and Development Review*, 6, 311–315.

Frejka, T. 2017. Childlessness in the United States. In: Kreyenfeld, M. and Konietzka, D. (eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, causes, and consequences*. Cham: Springer International: p. 159-179. Doi: 10.1007/978-3-319-44667-7\_7.

FRIAS, L. A. de M.; CARVALHO, J. A. M. de. Uma avaliação de fecundidade no Brasil ao início do século. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 9, n. 2, p. 193-199, 1992.

GOLDSTEIN, J. R.; SOBOTKA, T.; JASILIONIENE, A. The end of lowest-low fertility? *Population and Development Review*, v. 35, n. 4, p. 663-700, 2009.

GOLDSTEIN, J. R.; LUTZ, W.; TESTA, M.R (2003), “The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe”, *Population Research and Policy Review*, 22(5-6), 479-96.

Gomulka, J., and N. Stern. 1990. The employment of married women in the United Kingdom 1970–83. *Economica* 57: 171–199.

González, María-José and Teresa Jurado-Guerrero, 2006. Remaining Childless in Affluent Economies. A Comparison of France, West Germany, Italy, and Spain, 1994-2001. *European Journal of Population* 22(4): 317-352. doi: 10.1007/s10680-006-9000-y.

Guzmán, J. M.; Rodríguez, J. La fecundidad pre-transicional en América Latina: un capítulo olvidado. *Notas de Población*, v. 21, n. 57, p. 217-246, 1993.

Hajnal, J. (1965). European marriage patterns in perspective. In D. V. Glass & D. E. C. Eversley (Eds.), *Population in history: Essays in historical demography* (pp. 101–143). London: Edward Arnold.

Hakim, C. (2000). *Work-lifestyle choices in the 21st century: Preference theory*. Oxford: Oxford University Press.

Hakim, C. (2002). A new approach to explaining fertility patterns: Preference theory. *Population and Development Review*, 29(3), 349-373.

Hayford, S. R. (2013). Marriage (still) matters: The contribution of demographic change to trends in childlessness in the United States. *Demography*, 50, 1641–1661.

Hoem, Jan M., Gerda Neyer, and Gunnar Andersson, 2006. Education and Childlessness. The Relationship between Educational Field, Educational Level, and Childlessness among Swedish Women Born in 1955-59. *Demographic Research* 14(15): 331-380. doi: 10.4054/DemRes.2006.14.15.

Houseknecht S. K., (1987). Voluntary Childlessness», in M. B. Sussman and S. K. Steinmetz (Eds.), *Handbook of Marriage and the Family*, New York, Plenum Press, pp. 369-395.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil 2016*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2016\\_v43\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo.pdf)> . Acesso em: 04/04/2018.

Jalovaara, Marika; Fasang, Anette Eva (2017) : From never partnered to serial cohabitators: union trajectories to childlessness, *Demographic Research: a peer reviewed, open-access journal of population sciences*, ISSN 1435-9871, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, Vol. 36, pp. 1703-1720.

Jann, B. 2006. fairlie: Stata module to generate nonlinear decomposition of binary outcome differentials. Statistical Software Components S456727, Department of Economics, Boston College. <http://ideas.repec.org/c/boc/bocode/s456727.html>.

———. 2008. The Blinder–Oaxaca decomposition for linear regression models. *Stata Journal* 8: 453–479.

Kitagawa, E. M. 1955. "Components of a Difference between Two Rates." *Journal of the American Statistical Association* 50:1 168-94.

Kravdal, Ø. (2001). The high fertility of college educated women in Norway. An artifact of the separate modeling of each parity transition. *Demographic Research*, 5, 187–216. <http://www.demographic-research.org/volumes/vol5/6/5-6.pdf>.

Kreyenfeld, M. R., Konietzka, D. 2017. Analyzing Childlessness. In: Kreyenfeld, M. and Konietzka, D. (eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, causes, and consequences*. Cham: Springer International: p. 3-15. Doi: 10.1007/978-3-319-44667-7\_7.

Lesthaeghe, R. 2010. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *Population and Development Review*, 36 (2), June: 211–25.

Livingston, G.; Cohn, Vera. Childlessness Up Among All Women; Down Among Women with Advanced Degrees. Pew Research Center's Social & Demographic Trends Project 02.419.4372 <http://pewsocialtrends.org>.

LONG, J. S. Regression models for categorical and limited dependent variables. Thousand Oaks: SAGE, 1997. 296 p. (Advanced quantitative techniques in the social sciences series; 7.).

LONGO, L. A. F. B. Uniões intra e interraciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000. 2011. 299 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LUTZ, W. The Future of Human Reproduction: Will Birth Rates Recover or Continue to Fall? AGEING HORIZONS Issue No. 7, 15–21 - [https://www.ageing.ox.ac.uk/files/ageing\\_horizons\\_7\\_lutz\\_fd.pdf](https://www.ageing.ox.ac.uk/files/ageing_horizons_7_lutz_fd.pdf).

MARTINE, G. Brazil's Fertility Decline, 1965-95: A Fresh Look at Key Factors. *Population and Development Review*, v. 22, n. 1, p. 47-75, 1996.

McAllister, F. and Clarke, L. (1998). Choosing childlessness: family and parenthood, policy and practice. London: Family Policy Studies Centre.

McAllister, F., & Clarke, L. (2000). Voluntary childlessness: Trends and implications. In G. R. Bentley & C. G. Mascie-Taylor (Eds.), *Infertility in the modern world. Present and future prospects* (pp. 189–237). Cambridge: Cambridge University Press.

MCDONALD, P. Gender equity in theories of fertility transition. *Population and Development Review*, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.

MENEGHIM, J. C. A.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Análise da relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas para mulheres de 50 a 59 anos no período de 1980 a 2010 no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: ABEP, 2016.

MERRICK, T.W. e BERQUÓ, E.S. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy, 1983.

Miettinen, Anneli, 2010. 'Voluntary or Involuntary Childlessness? Socio-Demographic Factors and Childlessness Intentions among Childless Finnish Men and Women aged 25-44.' *Finnish Yearbook of Population Research* 45: 5-24.

Miettinen, Anneli & Rotkirch, Anna & Szalma, Ivett & Donno, Annalisa & Tanturri, Maria-Letizia. (2015). Increasing childlessness in Europe: time trends and country differences. *Families and Societies Working Paper*.

Mills, M., Rindfuss, R. R., McDonald, P., & te Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reasons and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6), 848–860.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Águas de Lindóia-SP: Abep, 2012.

Neyer, G.; Hoem, J.; Andersson, G. 2017. Childlessness in Switzerland and Austria. In: Kreyenfeld, M. and Konietzka, D. (eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, causes, and consequences*. Cham: Springer International: p. 183-207. Doi: 10.1007/978-3-319-44667-7\_7.

Nicoletti C. & Tanturri M.L. (2008). Differences in Delaying Motherhood across European Countries: Empirical Evidence from the ECHP, *European Journal of Population*, 24 (2), 157-183.

Nielsen, H. S. 1998. Discrimination and detailed decomposition in a logit model. *Economics Letters* 61: 115–120.

Oaxaca, R. L. (1973). Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, 14, 693–709.

Oaxaca, R. L., and M. R. Ransom. 1988. Searching for the effect of unionism on the wages of union and nonunion workers. *Journal of Labor Research* 9: 139–148.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 1, p. 25-33, 1989.

Oppenheimer, V. K. (1994). Women's rising employment and the future of the family in industrial societies. *Population and Development Review*, 20, 293–342.

Portanti, Martina and Simon Whitworth, 2009. A Comparison of the Characteristics of Childless Women and Mother in the ONS Longitudinal Study. *Population Trends* 136: 10{20. doi: 10.1057/pt.2009.15.

Poston, D. L. and Trent, K. (1982). International variability in childlessness: A descriptive and analytical study. *Journal of Family Issues*, 3:473–491.

Powers, Daniel A., Hirotohi Yoshioka, and Myeong-Su Yun. 2011. Mvdcmp: Multivariate decomposition for nonlinear response models. *Stata Journal* 11 (4): 556-76.

Powers, D. A., and M.-S. Yun. 2009. Multivariate decomposition for hazard rate models. *Sociological Methodology* 39: 233–263.

PRÄG, P. *et al.* 2016. Childlessness and Assisted Reproduction in Europe. Disponível em: <osf.io/preprints/socarxiv/sxgu4>.

REHER, D. S. (2011), Economic and Social Implications of the Demographic Transition. *Population and Development Review*, 37: 11–33 - <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1728-4457.2011.00376.x/epdf>

Reher, D. & Requena, M. *Eur J Population* (2018). Childlessness in Twentieth-Century Spain: A Cohort Analysis for Women Born 1920–1969. <https://doi.org/10.1007/s10680-018-9471-7>.

RIOS-NETO, E. (2005), "Questões Emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro", *REBEP*, V. 22, N.2.

Rotkirch, A. and Miettinen, A. 2017. Childlessness in Finland. In: Kreyenfeld, M. and Konietzka, D. (eds.). *Childlessness in Europe: Contexts, causes, and consequences*. Cham: Springer International: 139–158. Doi: 10.1007/978-3-319-44667-7\_7.

ROSETO-BIXBY, R. L.; CASTRO-MARTÍN, T.; MARTÍN-GARCIA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? *Demographic Research*. v. 20, p. 169-194, 2009.

Rowland, R. (1998). Cross-National trend in Childlessness, *Working Papers in Demography* n. 73, The Australian National University.

Rowland, Ronald T. 2007. Historical Trends in Childlessness. *Journal of Family Issues*. Vol 28, Issue 10, pp. 1311 – 1337 First Published October 1.

Simpson, R. (2007). *Defying Nature? Contemporary Discourses around Delayed Childbearing and Childlessness in Britain*. GeNet Seminar: Low Fertility in Industrialised Countries, London School of Economics.

Sobotka, T., Billari, F. C., & Kohler, H.-P. (2010). The return of late childbearing in developed countries: Causes, trends and implications. Vienna: Vienna Institute of Demography.

SOBOTKA, T. Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, v. 30, n. 2, p. 195-220, 2004.

Sobotka, T. & Testa, M. R. (2008). Attitudes and intentions toward childlessness in Europe. In: Höhn, C. D. Avramov and I. Kotowska (Eds.), *People, population change and policies. Lessons from the Population Policy Acceptance study*. (Vol.1., pp. 177-211). Springer.

Szalma, Ivett and Judit Takács, 2015. Who Remains Childless? Unrealized Fertility Plans in Hungary. *Czech Sociological Review* 51(6): 1047-1076. doi: 10.13060/00380288.2015.51.6.228.

TANTURRI *et al.* State-of-the-art report: Childlessness in Europe. Families and Societies Working Paper, n. 32, 2015.

\_\_\_\_\_. MENCARINI, L. 2008. Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy. *Population and Development Review*, v. 34, n. 1, p. 51-77.

Tocchioni, Valentina. (2018). Exploring the childless universe: profiles and fertility intentions of men and women without children in Italy. *Demographic Research*, Volume 38, Article 19, pages 451,470.

US Census Bureau (2004) Fertility of American women. Current Population Survey Reports. URL: [www.census.gov](http://www.census.gov) (accessed June 2018).

Van Hook, J., Brown, S. L., & Kwenda, M. N. (2004). A decomposition of trends in poverty among children of immigrants. *Demography*, 41, 649–670.

Veevers, J.E. (1979). Voluntary childlessness: A review of issues and evidence. *Marriage and Family Review*, 2, 2-26.

Vitali, A., Billari, F. C., Prskawetz, A., & Testa, M. R. (2009). Preference theory and low fertility: A comparative perspective. *European Journal of Population*, 25(4), 413–438.

Waren, W., & Pals, H. (2013). Comparing characteristics of voluntarily childless men and women. *Journal of Population Research*, 30(2), 151-170. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/42636316>.

Yun, M. S. 2004. "Decomposing Differences in the First Moment." *Economics Letters* 82:275-80.

Zaidi, Batool & Philip Morgan, S. (2017). The Second Demographic Transition: A Review and Appraisal. *Annual Review of Sociology*. 43. 10.1146/annurev-soc-060116-053442.